

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Kenia Mirelle Resende

**Reuniões pedagógicas da Escola Estadual Brighenti Cesare: possibilidades
para a formação continuada**

**Juiz de Fora
2025**

Kenia Mirelle Resende

**Reuniões pedagógicas da Escola Estadual Brighenti Cesare: possibilidades
para a formação continuada**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edna Silva Faria

**Juiz de Fora
2025**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

RESENDE, KENIA MIRELLE .

Reuniões pedagógicas da Escola Estadual Brighenti Cesare : possibilidades para a formação continuada / KENIA MIRELLE RESENDE. -- 2025.

135 f.

Orientadora: Edna Silva Faria

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2025.

1. atividade extraclasse. 2. formação continuada de professores. 3. educação. I. Faria, Edna Silva, orient. II. Título.

Kenia Mirelle Resende

**Reuniões pedagógicas da Escola Estadual Brighenti Cesare: possibilidades
para a formação continuada**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 13 de março de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a) Dr(a) Edna Silva Faria – Orientadora
Universidade Federal de Goiás

Prof(a) Dr(a) Patrícia Rafael Otoni Ribeiro
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Amone Inácia Alves
Universidade Federal de Goiás

Juiz de Fora, 24/02/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Edna Silva Faria, Usuário Externo**, em 17/03/2025, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Rafaela Otoni Ribeiro, Professor(a)**, em 25/03/2025, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amone Inácia Alves, Usuário Externo**, em 08/05/2025, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2262846** e o código CRC **AA9369C8**.

Dedico este trabalho aos meus pais, minhas maiores referências e porto seguro; à minha filha, Maria Antônia, que representa o melhor de mim; e ao meu marido, pela compreensão, paciência e apoio incondicional, ao longo desta árdua jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, fonte de força, sabedoria e inspiração. Sua presença constante foi meu alicerce nos momentos de dúvida e desafios; e Sua graça tornou possível a realização deste sonho.

Agradeço profundamente aos meus pais, Nelci e Rosângela, que sempre foram a base da minha vida. Sou imensamente grata pela paciência, compreensão e amor incondicional que demonstraram, ao longo dessa trajetória. Vocês estiveram ao meu lado, me apoiando nos momentos de desafios, respeitando meu tempo e dando-me forças para seguir em frente. Este trabalho é, em grande parte, fruto do carinho e da dedicação que sempre recebi de vocês. Meu amor e gratidão eternos.

Agradeço imensamente ao meu marido, cuja compreensão e paciência foram fundamentais, ao longo desta jornada. Agradeço por sua presença constante, especialmente nos momentos em que minha dedicação ao trabalho me afastou por instantes. Sua paciência com minha ausência e apoio incondicional me deram a força necessária para continuar sempre acreditando em mim.

Gostaria de dedicar um agradecimento especial à minha filha que, com muito carinho e compreensão, soube lidar com minha ausência, durante as aulas presenciais e com a dedicação que exigiu a escrita deste trabalho. Sua paciência, apoio e constantes, suas palavras de incentivo foram fundamentais para que eu seguisse em frente, mesmo nos momentos de maior dificuldade. Você foi uma fonte de motivação e alegria durante toda essa jornada, sou eternamente grata por sua presença e amor. Este trabalho também é seu, fruto do seu apoio e incentivo.

Agradeço à minha orientadora Edna e à Suporte Acadêmico Adriana que, com dedicação, sabedoria e paciência, foram fundamentais na construção deste trabalho.

Obrigada a toda a equipe do PPGP que, com excelência e dedicação, ofereceram oportunidades valiosas de aprendizado, ao longo desta jornada.

Enfim, deixo meu sincero agradecimento a todos que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a realização desta formação. Comprometo-me a colaborar para que a educação continue a desempenhar seu papel transformador na sociedade.

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP), do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão teve como objeto de estudo as dificuldades enfrentadas pela equipe gestora no acompanhamento e na promoção de formação continuada, dentro do tempo dedicado às atividades extraclasse. O objetivo geral desta pesquisa foi analisar o cumprimento da carga horária destinada às atividades extraclasse na Escola Estadual Brighenti Cesare, visando ações para a efetivação da formação continuada dos professores. Como objetivos específicos, definiu-se: (i) descrever as ações desenvolvidas pela gestão da escola para o cumprimento da carga horária destinada às atividades extraclasse; (ii) analisar as dificuldades e desafios enfrentados pela gestão da escola, no que se refere às demandas formativas dos professores; e (iii) propor o desenvolvimento de ações que priorizem a formação continuada dos professores. Para tanto, utilizou-se a metodologia de pesquisa qualitativa, que permitiu uma análise detalhada e contextualizada dos registros escritos, destacando as nuances e implicações das discussões registradas. Como principais referenciais teóricos, utilizaram-se autores do campo da educação, tais como: Alvarado-Prada et al (2010), Flóride e Steinle (2019), Gatti (2017), Nóvoa (2014) e outros que trouxeram contribuições relevantes sobre como a escola pode ser um rico espaço de formação e desenvolvimento profissional do docente. Após a coleta e análise dos dados, por meio da pesquisa documental, constatou-se que as reuniões coletivas realizadas na escola, em 2023 e 2024, concentravam-se em sua maioria nos eixos administrativo e pedagógico, enquanto os eixos de planejamento e formação continuada receberam atenção mínima. Com base nesses resultados, foi elaborado um Plano de Ação Educacional, que inclui a utilização das reuniões coletivas como espaços formativos em serviço; o planejamento e a organização dessas reuniões pela gestão escolar e a promoção de momentos de planejamento coletivo voltados para ações pedagógicas e interdisciplinares.

Palavras-chave: atividade extraclasse; formação continuada de professores; educação.

ABSTRACT

This dissertation was developed as part of the Professional Master's Degree in Management and Evaluation of Public Education (PPGP) at the Center for Public Policy and Evaluation of Education at the Federal University of Juiz de Fora (CAEd/UFJF). The object of the management case study was the difficulties faced by the management team in monitoring and promoting continuing education, within the time dedicated to out-of-class activities. The general aim of this research was to analyze compliance with the workload allocated to out-of-class activities at Brighenti Cesare State School, with a view to taking action to ensure that teachers receive continuing training. The specific objectives were: (i) to describe the actions taken by the school's management to comply with the workload allocated to out-of-class activities; (ii) to analyze the difficulties and challenges faced by the school's management with regard to teachers' training demands; and (iii) to propose the development of actions that prioritize teachers' continuing training. To this end, we used a qualitative research methodology, which allowed for a detailed and contextualized analysis of the written records, highlighting the nuances and implications of the discussions recorded. As the main theoretical references, authors from the field of education were used, such as: Alvarado-Prada et al (2010), Flóride and Steinle (2019), Gatti (2017), Nóvoa (2014) and others who brought relevant contributions on how the school can be a rich space for teacher training and professional development. After collecting and analyzing the data through documentary research, it was found that the collective meetings held at the school in 2023 and 2024 focused mostly on the administrative and pedagogical axes, while the planning and continuing education axes received minimal attention. Based on these results, an Educational Action Plan was drawn up, which includes the use of collective meetings as in-service training spaces; the planning and organization of these meetings by the school management and the promotion of collective planning moments focused on pedagogical and interdisciplinary actions.

Keywords: out-of-class activities; continuing teacher training; education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Dias Módulo II determinados no Calendário Escolar – 2022.....	50
Quadro 2	- Análise dos temas abordados em reuniões coletivas da Escola Brighenti Cesare, em 2022.....	58
Quadro 3	- Dias Módulo II determinados no Calendário Escolar – 2023.....	72
Quadro 4	- Análise dos temas abordados em reuniões coletivas da Escola Brighenti Cesare, em 2023.....	74
Quadro 5	- Síntese 5W2H das ações propostas no PAE.....	98
Quadro 6	- Apresentação do PAE.....	101
Quadro 7	- Descrição das ações sugeridas.....	102
Quadro 8	- Organização dos assuntos a serem abordados nas reuniões coletivas.....	103
Quadro 9	- Reuniões coletivas: planejamento.....	105
Quadro 10	- Ações pedagógicas e interdisciplinares.....	106
Quadro 11	- Monitoramento e avaliação do PAE.....	109
Quadro 12	- Formulário de monitoramento e avaliação.....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	-	Número de alunos da Escola Estadual Brighenti Cesare no ano de 2023.....	36
Tabela 2	-	Servidores da Escola Estadual Brighenti Cesare em 2023.....	37
Tabela 3	-	Taxa de rendimentos por etapa escolar no ano de 2023.....	39
Tabela 4	-	Resultado do desempenho nas avaliações do PROEB 5º ano (Língua Portuguesa e Matemática).....	40
Tabela 5	-	Padrão de desempenho nas avaliações do PROEB 5º ano – Língua Portuguesa.....	41
Tabela 6	-	Padrão de desempenho nas avaliações do PROEB 5º ano – Matemática.....	42
Tabela 7	-	Resultados de desempenho nas avaliações externas do SIMAVE para o 3º ano do ensino fundamental (2013-2018).....	43
Tabela 8	-	Evolução do percentual de estudantes por padrão de desempenho nas avaliações externas do SIMAVE (PROALFA 3º ano – Língua Portuguesa).....	44
Tabela 9	-	Resultados do desempenho nas avaliações externas do SIMAVE (PROFALFA 2º ano).....	45
Tabela 10	-	Avaliação de Língua Portuguesa PROALFA 2º ano (2018-2021).....	45
Tabela 11	-	Avaliação de Matemática -PROALFA 2º ano (2018-2021).....	46
Tabela 12	-	Resultado do desempenho nas avaliações externas do SAEB (5º ano) – (2015 – 2021).....	47
Tabela 13	-	Carga horária dos professores da E. E. Brighenti Cesare (2023).....	49
Tabela 14	-	Carga horária de atividade extraclasse dos professores da Escola Estadual Brighenti Cesare.....	52
Tabela 15	-	Temas abordados e frequência durante as reuniões coletivas da Escola Estadual Brighenti Cesare.....	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	-	Análise das pautas das 19 reuniões coletivas de 2023.....	82
Gráfico 2	-	Tabulação dos temas abordados durante as reuniões.....	84
Gráfico 3	-	Comparativo entre as reuniões coletivas de 2022 e 2023.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CAED	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CRMG	Currículo Referência de Minas Gerais
EAD	Educação a distância
EEB	Especialista em Educação Básica
FDG	Fundação de Desenvolvimento Gerencial
GIDE	Gestão Integrada da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Inse	Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGP	Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROALFA	Programa de Avaliação da Alfabetização
PROEB	Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SIMAVE	Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública
SEE/MG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SRE	Superintendência Regional de Ensino
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	AS ATIVIDADES EXTRACLASSE NO CONSTRUTO DA PROFISSÃO DOCENTE.....	15
2.1	A FORMAÇÃO CONTINUADA E AS ATIVIDADES EXTRACLASSE NO CONSTRUTO DA PROFISSÃO DOCENTE NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	15
2.2	A FORMAÇÃO CONTINUADA E AS ATIVIDADES EXTRACLASSE NA REDE DE ENSINO ESTADUAL DE MINAS GERAIS.....	21
2.3	A ESCOLA ESTADUAL BRIGHENTI CESARE.....	29
2.4	O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES EXTRACLASSE NA ESCOLA ESTADUAL BRIGHENTI CESARE.....	43
3	AS ATIVIDADES EXTRACLASSE E A FORMAÇÃO DOCENTE: DISCUSSÃO TEÓRICA E PESQUISA DE CAMPO.....	56
3.1	DISCUTINDO A FORMAÇÃO CONTINUADA.....	56
3.2	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	64
3.3	ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	68
3.3.1	Análise dos temas abordados durante reuniões coletivas no ano de 2023.....	68
3.3.2	Sob os eixos administrativo, supervisão pedagógica, formação e planejamento: a análise documental dos anos 2022 e 2023.....	83
4	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL.....	92
4.1	APRESENTAÇÃO DO PAE.....	97
4.2	REUNIÕES COLETIVAS COMO ESPAÇO FORMATIVO EM SERVIÇO.....	98
4.3	PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DAS REUNIÕES COLETIVAS PELA GESTÃO ESCOLAR.....	100
4.4	PLANEJAMENTO COLETIVO PARA AÇÕES PEDAGÓGICAS E INTERDISCIPLINARES.....	102
4.5	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PAE.....	104
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
	REFERÊNCIAS.....	109

1 INTRODUÇÃO

A valorização do trabalho docente ultrapassa os aspectos financeiros e salariais, consiste em reconhecer que esse profissional precisa de um tempo específico para seu aperfeiçoamento, em especial, para a formação continuada dentro de sua jornada de trabalho, uma vez que o corpo docente, além de cumprir a carga horária destinada exclusivamente à docência, seguindo as normativas legais vigentes, cumpre, ainda, uma carga horária fora de sala de aula, denominada atividade extraclasse.

A atividade extraclasse docente desempenha um papel crucial na melhoria do planejamento pedagógico e na formação continuada dos educadores, representando uma oportunidade para o desenvolvimento profissional que vai extrapolar o âmbito da sala de aula, além de oferecer diversos benefícios, tanto para os próprios professores quanto para os alunos e para as instituições de ensino.

É notável, contudo, a ênfase dada às atividades de ensino que envolvem o contato direto com os alunos e as aulas ministradas em sala; muitas vezes, subestimando o valor do tempo reservado para o planejamento, o estudo e o desenvolvimento profissional contínuo dos docentes, em uma visão contrária ao que é estabelecido pelas normativas atuais.

Nesse sentido, percebe-se que a formação continuada para os docentes em âmbito escolar precisa ser proporcionada e incentivada na Escola Estadual Brighenti Cesare pois, apesar de a instituição seguir as normativas vigentes, relativas ao cumprimento da carga horária destinada às atividades extraclasse, não há um acompanhamento efetivo da gestão no que se refere às ações desenvolvidas pelos professores durante esse período, bem como um baixo aprofundamento em assuntos referentes a planejamento coletivo, a reflexões das práticas pedagógicas dos professores, a ações de intervenção pedagógicas efetivas e a temas referentes à formação continuada para o corpo docente em ambiente escolar.

A pesquisa teve como local de estudo a escola supracitada, que está localizada na cidade de São João del-Rei (MG), e se propôs a investigar os recursos utilizados pela gestão escolar no acompanhamento do cumprimento da carga horária destinada às atividades extraclasse pelo corpo docente, bem como estabelecer estratégias para a formação continuada da equipe dentro desse cômputo de carga horária.

Na escola, no ano de 2008, dei início à minha carreira na área da educação, por meio de um contrato temporário. Logo em seguida, assegurei um novo contrato de três meses em outra escola estadual, ocupando a posição de professora substituta. No ano subsequente, em 2009, retornei à Escola Estadual Brighenti Cesare, onde permaneço até o período atual. Fui contratada para lecionar para uma turma de 1º ano do Ensino Fundamental, marcando minha primeira experiência como professora regente, durante todo o ano letivo.

No período de 2009 a 2019, minha atuação profissional esteve voltada para as turmas de alfabetização, uma vez que, especificamente, lecionei para turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental. Inicialmente, fui direcionada para essas turmas por indicação da Especialista em Educação Básica (EEB) e, posteriormente, optei por continuar nessa área devido à minha afinidade e seguindo os critérios de escolha de turmas estabelecidos anualmente pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG).

Em 2019, surgiu uma nova oportunidade: por meio de um processo de eleição, que ocorreu em todas as escolas estaduais de Minas Gerais, fui escolhida pela comunidade escolar para ocupar o cargo de diretora em comissão. Exerci essa função por dois anos e três meses, no entanto, ao ser nomeada para um cargo de professora na Rede Municipal de São João del-Rei, decidi renunciar ao cargo de diretora escolar e retornar à minha posição como professora da turma de 1º ano do Ensino Fundamental, na escola estadual.

Ao término do ano de 2022, participei de um novo processo de seleção para o cargo de vice-diretora escolar, como parte da equipe de gestão da escola. Iniciei, então, o ano de 2023, nessa nova função.

Assumir a responsabilidade pela administração de uma escola é um desafio significativo, especialmente considerando que minha formação inicial é como professora dos Anos Iniciais. Minha experiência, em sala, envolve ministrar aulas de acordo com as diretrizes vigentes, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG). Além disso, devo participar ativamente na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) e outros projetos escolares, participar de reuniões pedagógicas organizadas pela escola, colaborar no desenvolvimento de projetos educacionais e lidar com registros tanto burocráticos quanto pedagógicos, além de responder às demandas provenientes da supervisão e direção da escola.

Minha jornada, tanto em sala de aula quanto na gestão escolar, mostrou-me que ambas as funções exigem uma formação sólida, que vai além do aprendizado inicial na universidade e que a verdadeira formação é moldada pelas experiências diárias nos ambientes escolares, que se evidenciam nas situações rotineiras do cenário educacional.

Ao assumir a gestão escolar, na rede estadual de Minas Gerais, a equipe gestora assume também várias responsabilidades, ao assinar um termo de compromisso durante a posse, incluindo o estímulo ao desenvolvimento profissional de docentes e demais servidores por meio de formação e qualificação. No contexto dos professores, uma tarefa importante da equipe gestora é organizar e acompanhar as horas destinadas às atividades extraclasse.

A carga horária destinada às atividades extraclasse a ser cumprida pelos professores refere-se a um terço da jornada de trabalho semanal que esse profissional precisa cumprir, fora da sala de aula e sem o contato direto com os alunos, conforme determina a Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008¹, também conhecida como “Lei do Piso”, cujas orientações para o cumprimento sofreram diversas alterações, de acordo com normativas publicadas ao longo dos últimos anos, assunto que será abordado em detalhes, ao longo deste texto.

Desde as primeiras determinações legais, no entanto, vislumbrou-se, dentro dessa carga horária, possibilidades e oportunidades para a realização de uma formação continuada para os docentes. Considerando, assim, minha experiência durante todo esse tempo em sala de aula e à frente da gestão da escola, acredito que a atuação do professor não se restringe às atividades desempenhadas em sala de aula, bem como a formação deste profissional também não se limita àquela formação inicial, que ocorre na universidade.

Dessa forma, considerando as normativas legais acerca da carga horária do professor, tal realidade trouxe-me uma inquietação diante da forma como vem sendo cumprida a carga horária destinada às atividades extraclasse, principalmente no que se refere à formação continuada para os docentes nos ambientes escolares.

Mediante o exposto, definiu-se como questão central da pesquisa: “De que maneira a gestão escolar poderia acompanhar e propor a formação continuada a seu corpo docente dentro da sua carga horária destinada às atividades

¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm

extraclasse?”. Assim, a motivação para esta pesquisa surgiu da identificação das dificuldades enfrentadas pela equipe gestora no acompanhamento e na promoção de formação continuada, dentro do tempo dedicado às atividades extraclasse.

Diante disso, a pesquisa teve por objetivo geral analisar o cumprimento da carga horária destinada às atividades extraclasse na Escola Estadual Brighenti Cesare, visando a aplicação de ações para a efetivação da formação continuada dos professores. Como objetivos específicos, definiu-se: (i) descrever as ações desenvolvidas pela gestão da escola para o cumprimento da carga horária destinada às atividades extraclasse; (ii) analisar as dificuldades e desafios enfrentados pela gestão da escola, no que se refere às demandas formativas dos professores da escola, e (iii) propor o desenvolvimento de ações que priorizem a formação continuada dos docentes.

Posto o ponto central da pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa baseada na análise de documentos oficiais, de modo específico, das pautas de reuniões coletivas, uma vez que se busca compreender as dinâmicas, os processos e significados presentes e registrados. Essa abordagem permitiu uma análise contextualizada dos registros escritos, observando as nuances e implicações das discussões registradas. Para tanto, usamos como processo metodológico a análise documental, como se verá ao longo deste trabalho.

Dessa forma, a presente dissertação foi organizada em cinco capítulos, começando com esta Introdução. No segundo capítulo, apresentou-se a Escola Estadual Brighenti Cesare como o cenário da pesquisa e discutiu-se o papel das atividades extraclasse na carreira docente, considerando as normas nacionais e estaduais, com foco na formação continuada. Isso permitiu a identificação das dificuldades enfrentadas pela escola na supervisão e no desenvolvimento de propostas de formação continuada, dentro das horas destinadas às atividades extraclasse.

No terceiro capítulo, foi realizada uma revisão teórica sobre a formação docente, com base nos estudos de Alvarado-Prada et al. (2010), Flóride e Steinle (2019), Gatti (2017) e Nóvoa (2014), relacionando-a a uma prática incorporada ao cotidiano da profissão e que deve ser desenvolvida também durante a jornada de trabalho. Além disso, foram detalhados o percurso metodológico adotado na pesquisa, a apresentação dos dados investigados e sua respectiva análise, destacando os desafios e as dificuldades enfrentados pela gestão escolar no que diz

respeito às demandas da formação docente dentro da carga horária destinada às atividades extraclasse.

No quarto capítulo, foi elaborado um Plano de Ação Educacional (PAE), no qual são propostas três ações principais: a primeira propõe o uso das reuniões coletivas como espaços formativos, integrando-as às atividades em serviço; a segunda sugere o planejamento e a organização dessas reuniões pela equipe gestora, visando a otimizar sua eficácia. Por fim, a terceira ação prioriza o planejamento coletivo de ações pedagógicas e interdisciplinares, promovendo maior integração e colaboração entre os professores.

Por último, no quinto capítulo, são apresentadas as considerações finais, incluindo uma síntese dos principais resultados da pesquisa e uma reflexão sobre os desdobramentos futuros, com recomendações voltadas para o fortalecimento do trabalho da equipe escolar e a continuidade das ações propostas.

2 AS ATIVIDADES EXTRACLASSE NO CONSTRUTO DA PROFISSÃO DOCENTE

Este capítulo aborda o contexto da carga horária, destinada às atividades extraclasse, na construção da profissão docente, enfatizando a formação continuada como uma das propostas a serem realizadas dentro dessa carga horária. Para tanto, o presente capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira seção, o tema da formação continuada dos professores é examinado como um meio de identificar as oportunidades de desenvolvimento do conhecimento desses profissionais, a alocação da carga horária para atividades extraclasse à luz da teoria, em conformidade com as perspectivas legais no âmbito nacional. Em seguida, na segunda seção, é conduzido um estudo das regulamentações relacionadas à carga horária atribuída às atividades extraclasse, no contexto da rede estadual de Minas Gerais.

Subsequentemente, nas terceira e quarta seções, é apresentada a Escola Estadual Brighenti Cesare como ponto central da discussão e investigação deste estudo, buscando analisar a gestão das atividades extraclasse nessa instituição e também examinar os desafios enfrentados pela escola, no tocante ao monitoramento e à proposição de iniciativas de formação continuada para seus docentes, no contexto das atividades extraclasse.

2.1 A FORMAÇÃO CONTINUADA E AS ATIVIDADES EXTRACLASSE NO CONSTRUTO DA PROFISSÃO DOCENTE NO CONTEXTO BRASILEIRO

Discutir acerca da formação docente faz-se essencial para a sociedade, uma vez que, adequada, ela está diretamente relacionada à qualidade da educação oferecida nas escolas. A formação inicial de professores começa nas Instituições de Ensino Superior, por meio dos cursos de licenciatura; no entanto, é fundamental compreender que essa formação não deve ser vista como o único ponto de partida na carreira docente, é necessário que a formação se estenda ao longo da trajetória profissional.

Enfatiza-se, nesta discussão, a ideia de que a formação de professores não se limita à graduação, visto que a educação é um campo dinâmico com constantes

mudanças, tanto em métodos de ensino, tecnologia, teorias educacionais e, principalmente, em relação às necessidades dos alunos.

A formação de professores transcende os limites da formação inicial, revelando-se como um processo contínuo e dinâmico. No contexto educacional em constante evolução, é necessário compreender que a excelência no ensino demanda uma permanente busca por atualização. Mais do que um ponto de chegada, a graduação representa o ponto de partida para uma jornada de aprendizado contínuo, preparando os educadores a responderem às variadas e mutáveis necessidades dos alunos. Nesse cenário, a formação continuada se revela como alicerce fundamental, possibilitando aos professores adaptarem-se e inovarem, promovendo um ambiente educacional mais enriquecedor e consoante às demandas da sociedade contemporânea.

À medida que os professores trilham seu percurso profissional, deparam-se com inúmeros desafios e novas demandas, apontando que a formação docente precisa ser contínua, ao longo de toda a trajetória profissional. Tardif (2005) contribui ao ressaltar que os saberes docentes são adquiridos, antes do processo de formação acadêmica, por meio de etapas de aprendizagem e de socialização que perpassam sua história de vida até a carreira deste profissional, uma vez que a formação docente é permeada por conhecimentos técnicos e vivências que englobam toda a trajetória de vida do professor, desde sua experiência como aluno. Os professores que o influenciaram tornam-se referências a serem seguidas ou evitadas, destacando a referência duradoura da experiência educacional na construção de sua prática pedagógica.

Nesse contexto, destaca-se que a formação do docente não se encerra com a conclusão de um curso superior de licenciatura, que é fundamental para habilitar o profissional para a prática docente. Pelo contrário, a formação deve ser contínua e construída ao longo de toda a carreira, por meio de estudos e discussões que têm origem no ambiente de trabalho, ou seja, na escola, juntamente com colegas de profissão. É crucial entender que essa formação vai além do simples cumprimento da carga horária destinada às atividades curriculares.

A formação desempenha um papel fundamental ao instigar o professor a refletir sobre sua prática profissional, uma vez que é na escola, seja de forma individual ou colaborativa, que se dá a interação entre os diversos atores envolvidos no processo educativo. Sobre esse aspecto, Nóvoa (2014, p. 228) aponta que “é no

trabalho de reflexão individual e coletiva que eles encontrarão os meios necessários ao desenvolvimento profissional”.

Diniz-Pereira e Soares (2019, p. 3) agregam que a trajetória da profissão docente “é complexa, envolvendo conhecimento teórico, prático, marcado pelas incertezas e brevidade de suas ações”. Diante da complexidade impregnada na função docente, é essencial que esse profissional compreenda a importância da formação continuada como um pilar para seu contínuo desenvolvimento profissional.

No tocante à legislação, é importante iniciar as discussões pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996² que, por meio de seu Artigo 62, garante a formação continuada aos profissionais da educação, ao afirmar que pode ser desenvolvida tanto no seu local de trabalho ou em instituições de ensino superior (Brasil, 1996, recurso *on-line*). Ainda referente à LDB, ressalta-se o Art. 67, que trata da valorização dos profissionais de educação, assegurando que o tempo “reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluindo-o em sua carga de horária de trabalho (Brasil, 1996, recurso *on-line*).

Posteriormente, em âmbito nacional, cita-se a promulgação da Lei nº 11.738/2008, também conhecida nacionalmente como a “Lei do Piso”, que versava sobre um piso salarial nacional para os profissionais do magistério e um limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos (Brasil, 2008, recurso *on-line*). A partir da “Lei do Piso”, evidenciou-se a distinção existente na carga horária dos profissionais do magistério, estabelecendo uma parte específica a ser cumprida em sala de aula e em outros espaços escolares onde ocorre a interação com os alunos. Além disso, uma outra parcela dessa carga horária deve ser destinada a atividades que não envolvem a interação direta com os alunos, mas sim ações relacionadas ao planejamento, elaboração de avaliações, participação em reuniões pedagógicas, formações e outras responsabilidades que não se configuram como o exercício direto da docência.

Após o estabelecimento da carga horária aos profissionais do magistério, alguns Estados do Brasil, incluindo Minas Gerais, propuseram a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4167 – para destituir os direitos garantidos pela “Lei

² Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

do Piso”, lei federal, alegando que a proposta acarretaria ônus aos cofres públicos, estaduais e municipais. Tal ação possibilitou que os Estados prorrogassem o cumprimento da legislação federal.

Em contexto nacional, destaca-se também o Plano Nacional de Educação (PNE), um documento orientador, utilizado para a elaboração de políticas públicas de educação, em todas as esferas de governo. Nele, estão estabelecidos os princípios, diretrizes, metas e estratégias a serem seguidos para enfrentar os desafios educacionais em todo o país.

O atual PNE foi instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Brasil, 2014)³ e se baseia em duas leis de grande relevância: a Constituição Federal de 1988 e a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que passou a considera-lo como uma exigência constitucional com periodicidade (Brasil, 2014, recurso *on-line*). O PNE/2014 reforça e complementa as legislações previamente mencionadas, ao tratar da valorização do profissional de educação e da formação continuada em serviço como estratégias fundamentais para a melhoria da qualidade do ensino oferecido.

No que diz respeito à política de valorização do magistério, destaca-se a meta 15: formação continuada para os profissionais da educação:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (Brasil, 2014, recurso *on-line*).

Essa meta visa a garantir que todos os professores da educação básica possuam formação específica em sua área de atuação, objetivando uma prática pedagógica mais qualificada. Para isso, propõe a criação de uma política nacional de formação continuada, que promova o desenvolvimento profissional permanente dos docentes, assegurando que estejam em constante processo de aperfeiçoamento, tanto em aspectos pedagógicos quanto em termos de atualização de conhecimentos e metodologias.

³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

A meta 16, por sua vez, traz a valorização dos professores da educação básica por meio da ampliação da formação em nível de pós-graduação e da garantia de formação continuada, cujo objetivo é que 50% dos docentes tenham qualificação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, até o final da vigência do plano. Essa meta sublinha a importância de oferecer oportunidades constantes de aperfeiçoamento e atualização para os educadores, reconhecendo que o desenvolvimento profissional deve ser um processo contínuo, ao longo de toda a carreira docente (Brasil, 2014, recurso *on-line*).

Destaca-se a meta 17, que trata da valorização dos profissionais do magistério nas redes públicas de educação básica, estabelecendo a equiparação do rendimento médio dos professores ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência do plano. Nesse contexto, tal meta reforça a necessidade de implementar planos de carreira específicos para os docentes das redes públicas, abrangendo a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (Brasil, 2014, recurso *on-line*).

Considerando os avanços nas legislações nacionais que visam valorizar a formação continuada como um direito do docente e um pré-requisito essencial para o aprimoramento da qualidade das aulas e, conseqüentemente, da educação, é importante apresentar ainda a Resolução nº 2/2015⁴, do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2015, recurso *on-line*), a qual destaca que a formação continuada transcende o simples cumprimento de um plano de carreira, englobando aspectos coletivos, organizacionais e profissionais.

Além disso, exige uma reflexão constante sobre o processo pedagógico, buscando o aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político dos professores, promovendo uma prática docente mais qualificada e reflexiva. Nesse contexto, a referida resolução destaca que a formação continuada é uma ferramenta essencial para proporcionar aos docentes as condições necessárias para enfrentar os desafios contemporâneos da educação, além de contribuir significativamente para a qualidade do ensino oferecido nos ambientes escolares.

Acrescenta-se ao exposto, a Resolução nº 2/2019⁵, também do Conselho Nacional de Educação, que traz as diretrizes curriculares nacionais para a formação

⁴Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>

⁵ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>.

continuada dos profissionais da Educação Básica, atrelada à instituição da BNCC (Brasil, 2019). Destarte, a presente Resolução concentra-se na necessidade de uma forma continuada junto às mudanças e inovações educacionais estabelecidas pela BNCC, visando assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa.

Considerando o exposto, observa-se um avanço nas legislações nacionais no que se refere ao incentivo da formação continuada em serviço dos professores, sendo um ponto chave para uma educação de qualidade. Esses marcos legais visam garantir que os docentes possam desenvolver-se profissionalmente de forma contínua, mantendo-se atualizados em relação às novas metodologias, tecnologias educacionais e abordagens pedagógicas.

A implementação efetiva dessas políticas nas escolas nem sempre ocorre conforme o previsto na legislação, pois encontra-se uma lacuna evidente entre o que as legislações determinam e as condições reais enfrentadas pelos educadores no ambiente escolar; ou seja, de um lado tem-se a importância teórica e normativa da formação continuada e, de outro, a realidade educacional repleta de barreiras que interferem no sucesso das iniciativas voltadas para o desenvolvimento profissional dos professores, como: a falta de tempo, a sobrecarga de trabalho, a ausência de apoio institucional e a desarticulação entre as políticas públicas e a prática escolar como entraves significativos.

As análises dessas dificuldades, bem como a compreensão dos desafios envolvidos na concretização da formação continuada em serviço, tornam-se, portanto, fundamentais para identificar soluções viáveis e para aproximar as políticas educacionais da realidade cotidiana das escolas. Assim, observa-se que ainda há muito a ser feito, pois não é suficiente ter leis que regulamentem a formação continuada em serviço; é necessário garantir as condições adequadas para que essas políticas sejam implementadas de forma eficaz, resultando em uma educação de qualidade.

Nesse sentido, proceder-se-á à apresentação da situação específica do estado de Minas Gerais. Isso posto, na próxima seção, serão apresentados os textos normativos que tratam da carga horária destinada às atividades extraclasse no estado, onde está localizada a Escola Estadual Brighenti Cesare, *lócus* deste estudo.

2.2 A FORMAÇÃO CONTINUADA E AS ATIVIDADES EXTRACLASSE NA REDE DE ENSINO ESTADUAL DE MINAS GERAIS

Após a análise da situação em âmbito nacional, é importante abordar as diretrizes normativas que regulam a execução das atividades extraclasse no Estado de Minas Gerais, bem como compreender como essas regulamentações influenciam a prática da profissão docente.

A Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais vem reconhecendo, gradualmente, que as horas de atividades extraclasse estão diretamente ligadas às melhorias da educação mineira. Uma de suas primeiras legislações, a Lei nº 6.277, de 17 de dezembro de 1973⁶, abrange o Estatuto do Magistério de Ensino de 1º e 2º Graus do Estado de Minas Gerais e dispõe que: “o período de trabalho do pessoal docente será de 20 horas semanais” (Minas Gerais, 1973, recurso *on-line*). O documento ainda não apresentava uma distinção relacionada ao tempo destinado à docência e às atividades extraclasse.

No ano de 1977, a lei supracitada foi parcialmente revogada pela Lei nº 7.109, de 13 de outubro⁷. Nela, constava o Estatuto do Pessoal do Magistério Público do Estado de Minas Gerais, cuja nova versão trazia avanços significativos em relação à jornada de trabalho dos professores, conforme descrito no Artigo 13:

Módulo 1: regência efetiva de atividades, área de estudo ou disciplina;

Módulo 2: elaboração de programas e planos de trabalho, controle e avaliação do rendimento escolar, recuperação dos alunos, reuniões, auto aperfeiçoamento, pesquisa educacional e cooperação, no âmbito da escola, para aprimoramento tanto do processo ensino-aprendizagem, como da ação educacional e participação ativa na vida comunitária da escola. (Minas Gerais, 1977, recurso *on-line*).

O documento já trazia a diferenciação em relação à jornada de trabalho dos professores, dividindo-a em dois módulos de atividades: o módulo I, destinado à docência e o módulo II, como um tempo de outras atividades que são inerentes à função docente. A Lei supracitada, em seu Artigo 99, estipula ainda que os professores precisam cumprir uma carga horária de 24 horas semanais, referente à proporcionalidade determinada no Art.13 (Minas Gerais, 1977, recurso *on-line*).

⁶ Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/6277/1973/?cons=1>

⁷ Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/7109/1977/?cons=1>

Assim, a Lei nº 7.109, de 13 de outubro de 1977, determina que o professor regente das primeiras séries, do então 1º grau⁸, e os professores responsáveis por atividades especializadas, em uma área de estudo ou disciplina, ministrariam 18 (dezoito) horas-aula, ou seja, a carga horária destinada à docência, enquanto as demais horas de trabalho eram designadas ao cumprimento das obrigações do Módulo II, abrangendo também os intervalos de aula e recreio (Minas Gerais, 1977, recurso *on-line*).

Posteriormente, houve a promulgação da Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004⁹, que instituía as carreiras dos Profissionais de Educação Básica de Minas Gerais, trazendo em seu Artigo 33, parágrafo 1º, a seguinte redação:

§ 1º - A carga horária semanal de trabalho do Professor de Educação Básica compreenderá:
I - dezesseis horas destinadas à docência
II - oito horas destinadas a atividades extraclasse, observadas a seguinte distribuição:
a) Quatro horas semanais em local de livre escolha do professor;
b) Quatro horas semanais na própria escola ou em local definido pela direção da escola, sendo até duas horas semanais dedicadas a reuniões (Brasil, 2004, recurso *on-line*).

Nota-se, portanto, um avanço em relação à discriminação da carga horária destinada às atividades extraclasse (módulo II), determinando uma especificidade a ser cumprida em ambiente escolhido pelo professor, e aquelas que devem ser cumpridas no espaço escolar e, ainda, em relação à última, encontra-se uma carga horária específica para reuniões. No mesmo Artigo (Art. 33), no § 5º, há especificações de ações que abrangem a atividade extraclasse que podem ser desempenhadas pelos professores.

Capacitações, planejamento, avaliações e reuniões, bem como outras atribuições específicas do cargo que não configurem o exercício da docência, sendo vedada a utilização dessa parcela de carga horária para substituição eventual de professores. (Minas Gerais, 2004, recurso *on-line*).

Complementando o exposto até o momento, a lei tende a valorizar um tempo de qualidade destinado ao planejamento e à capacitação dos professores, evitando

⁸ 1º grau atualmente denominado Ensino Fundamental.

⁹ Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/15293/2004/?cons=1>

que esse profissional se desvie de sua função para atender a possíveis demandas na escola como, por exemplo, substituição de professores faltosos.

Diante desse cenário nacional, o então governador do Estado de Minas Gerais alterou a Lei nº 15.293/2004, por meio da promulgação da Lei nº 20.592, de 28 de dezembro de 2012¹⁰, cuja redação do Artigo 33 passa a vigorar na Lei atual como primeiro artigo, mantendo a redação referente à carga horária dos professores de Educação Básica para atender à proporcionalidade proposta pela Lei Nacional do Piso.

As últimas duas leis, citadas anteriormente, não fazem distinção em relação à carga horária de 24 horas semanais a ser cumprida pelo professor de Educação Básica, adequando-se apenas na proporcionalidade exigida pela Lei Nacional do Piso e trazendo em seu Artigo 33, §5º, as atividades que podem ser desempenhadas pelo professor dentro do 1/3 da carga horária destinada às atividades extraclasse:

Atividades de capacitação, planejamento, avaliação e reuniões, bem como outras atribuições específicas do cargo que não configurem o exercício da docência, sendo vedada a utilização dessa parcela da carga horária para a substituição eventual de professores. (Minas Gerais, 2012, recurso *on-line*).

Seguindo o marco normativo, que permeia a execução da carga horária destinada a atividades extraclasse, em cenário estadual, passou a vigorar, em 2013, o Decreto SEE nº 46.125, de 04 de janeiro¹¹, que aborda a carga horária de atividades extraclasse a ser cumprida por um professor de Educação Básica com uma jornada semanal de 24 horas, seguindo a redação dada pelo Art. 1º da Lei nº 20.592/2012.

Além da carga horária empreendida em sala de aula, exclusivamente na docência, os professores de educação básica precisam cumprir uma carga horária destinada às atividades extraclasse no ambiente escolar, baseando-se no que estava previsto nas legislações citadas anteriormente. O diferencial trazido pelo Decreto versa sobre a carga horária de atividades extraclasse a serem cumpridas pelos professores de Educação Básica na própria escola, de acordo com o parágrafo 2º do Art. 4º:

¹⁰ Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/20592/2012/>

¹¹ Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/46125/2013/>

§ 2º O subsídio do Professor de Educação Básica a que se refere este artigo será estabelecido conforme a tabela constante no item I.1 do Anexo I da Lei nº 18.975, de 29 de junho de 2010, e será proporcional ao número de horas semanais fixadas para o cargo. (Minas Gerais, 2013, recurso *on-line*, p.2).

O Decreto SEE nº 46.125/2013 contempla ainda que, a carga horária destinada às atividades extraclasse, a ser cumprida pelos professores deve ser proporcional ao número de aulas semanais ministradas, conforme demonstrado na tabela (Anexo I) que traz o referido documento (Minas Gerais, 2013).

Essa carga horária é subdividida de acordo com o local de cumprimento: uma parte deve ser realizada em local definido pela equipe gestora da escola, enquanto a outra pode ocorrer em local de livre escolha do docente. A título de exemplo, um professor com carga horária semanal de 24 horas, das quais 16 horas são destinadas à docência em sala de aula, deverá cumprir 8 horas de atividades extraclasse, sendo 4 horas em local indicado pela gestão escolar e as demais 4 horas em local livremente escolhido.

O Decreto SEE nº 46.125/2013 traz, ainda, menções importantes àqueles professores da Educação Básica que cumprem sua jornada fora das salas de aulas, normatizando em seu Art. 2º que:

Art. 2º O Professor de Educação Básica que não estiver no exercício da docência, que exercer suas atividades no apoio ao funcionamento da biblioteca ou nos Núcleos de Tecnologias Educacionais - NTE, cumprirá vinte e quatro horas semanais no exercício dessas atividades, incluindo as horas destinadas a reuniões, em local definido pela direção do órgão de sua lotação. (Minas Gerais, 2013, p.2).

Compreende-se, dessa forma, que os profissionais que se enquadrarem nas prerrogativas trazidas pelo Decreto deverão cumprir as vinte e quatro horas semanais em local destinado pela direção da escola, incluindo as horas designadas às reuniões coletivas.

Posteriormente, a fim de contribuir com os dispostos no Decreto nº 46.125/2013, a SEE/MG emitiu o Ofício nº 1.801/2013¹², cujo objetivo era detalhar as atividades que poderiam ser executadas pelos professores no cumprimento da carga horária destinada às atividades extraclasse. Nesse documento, orientava-se que até

¹² Disponível em:

<https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/stories/noticias/2013/Junho/1801.pdf>

2 horas semanais precisavam ser destinadas a reuniões coletivas, priorizando ações voltadas para a capacitação e formação continuada do professor e conduzidas pela direção e supervisão da escola (Minas Gerais, 2013b, recurso *on-line*).

Seguidamente, foi publicado pela SEE/MG o Ofício Circular GS nº 2.663, de 13 de setembro de 2016¹³, vigente até fevereiro de 2024, revogando o Ofício nº 1.801/2013, a fim de complementar orientações acerca das atribuições que os professores poderiam desempenhar no tocante do cumprimento da carga horária destinada às atividades extraclasse. Ressalta-se como uma contribuição significativa do mencionado Ofício Circular expedido pelo Governo do Estado, as competências referentes ao diretor das escolas estaduais frente ao cumprimento da carga horária destinada às atividades extraclasse:

O diretor, no exercício das atribuições específicas de seu cargo e de sua liderança, é o responsável pela gestão pedagógica e administrativa da escola, e, portanto, também responsável pelo processo de coordenação, programação e desenvolvimento das atividades extraclasse, observadas a legislação, a realidade e as peculiaridades da escola. (Minas Gerais, 2016, recurso *on-line*, p.1).

Mediante isso, ao atribuir ao diretor a função de “coordenação, programação e desenvolvimento das atividades extraclasse”, atentando-se à legislação, à realidade e às da escola, o Ofício Circular GS nº 2663/2016 desdobra a carga horária já citada no Decreto nº 46.125/2013, a ser cumprida em atividades que devem ser desempenhadas pelo professor em atividades extraclasse para a jornada de 24 horas:

4 horas semanais na própria escola ou em local definido pela direção: destas 4 horas, até 2 (duas) horas semanais devem ser dedicadas a reuniões de caráter coletivo e as demais deverão ser dedicadas a ações de capacitação, formação continuada, planejamento, avaliação e reuniões, bem como outras ações relativas às atribuições específicas do cargo de professor, que não configurem o exercício da docência. (Minas Gerais, 2016, recurso *on-line*, p.2).

Diante do exposto, destaca-se a importância de se reservar um tempo específico para atividades de formação continuada, ao planejamento, à avaliação e a

¹³ Disponível em: <https://orientaeducacao.files.wordpress.com/2017/02/ofc3adcio-circular-2663-2016-cumprimento-de-carga-horc3a1ria-destinada-c3a0s-atividades-extraclasse-4.pdf>

outras responsabilidades relacionadas ao cargo de professor, que não envolvem o ensino direto em sala de aula, mas são ações que demonstram um compromisso com a qualidade da educação e o desenvolvimento profissional dos docentes, contribuindo para um ambiente escolar enriquecedor para os alunos.

Registra-se a contribuição do Ofício Circular GS nº 2663/2016, acerca das reuniões coletivas:

Estas reuniões, de caráter coletivo, são programadas pela Direção, em conjunto com Especialistas em Educação Básica, para o desenvolvimento de temas pedagógicos, administrativos ou institucionais de forma a atender às diretrizes do PPP (Minas Gerais, 2016, p. 2).

As reuniões de caráter coletivo, que compõem a carga horária destinada às atividades extraclasse, configuram-se como espaços fundamentais para a reflexão sobre as práticas pedagógicas, a socialização de experiências entre os docentes e a revisão colaborativa dos objetivos e métodos de trabalho da equipe escolar. Nesse contexto, tais encontros assumem um papel estratégico ao fortalecer o planejamento coletivo e fomentar a participação ativa do corpo docente nas decisões pedagógicas da instituição. Além disso, o Ofício supracitado informa que “é importante ressaltar que nenhum profissional poderá ser dispensado dessas reuniões, exceto se estiver em afastamento legal” (Minas Gerais, 2016, p. 3).

Conforme exposto, a carga horária destinada às atividades extraclasse não se resume apenas a reuniões coletivas, pois os professores devem cumprir ainda uma carga horária proporcional à que exercem exclusivamente na docência, também dentro do ambiente escolar, acerca da carga horária presencial, que deve ser destinada a atividades de capacitação, de formação continuada, de planejamento, de avaliação e de outras específicas do cargo, exceto o exercício da docência, como demonstra o item 2.2 do Ofício Circular GS nº 2663/2016:

Estas atividades devem ser cumpridas na própria escola ou em local definido ou autorizado pela Direção e a respectiva carga horária dependerá do número de horas destinado às reuniões de caráter coletivo. (Minas Gerais, 2016, p. 3).

Acrescente-se que, no cumprimento da carga horária presencial, destinada às atividades extraclasse, as horas designadas para capacitação e formação

continuada de professores poderão ser compensadas quando os docentes participarem de cursos promovidos pela SEE/MG, Superintendência Regional de Ensino (SRE), ou outras parceiras da SEE/SRE, conforme o Ofício GS nº 2663/2016:

As atividades de capacitação, formação continuada somente serão consideradas para cumprimento da carga horária extraclasse quando forem referentes às seguintes ações:

- a) Cursos presenciais de curta duração, encontros e reuniões Promovidos pela Secretaria de Estado de Educação (SEE), Superintendências Regionais de Ensino (SRE) ou realizados pela SEE/SRE em parceria com outras instituições. Nestes casos, os professores deverão apresentar comprovante de participação nas atividades realizadas;
- b) Cursos de curta duração, totalmente EAD ou semipresenciais, realizados pela SEE ou pelas SRE, pelo Ministério da Educação, por entidades parceiras conveniadas à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais ou Superintendências Regionais de Ensino, ou por outro Órgão Público Estadual, desde que o tema estudado esteja ligado ao trabalho do servidor. Também, neste caso, os professores deverão apresentar comprovante de inscrição e ao final de cada módulo, a comprovação das atividades realizadas ou de conclusão.
- c) poderão ser autorizados pela direção da escola, para fins de cumprimento da carga horária de atividades extraclasse relativas à capacitação, formação continuada, a participação em cursos de iniciativa própria. (Minas Gerais, 2016, recurso *on-line*, p.3).

O documento normativo cita, no item A, como possibilidade de cumprimento de carga horária presencial, a participação em cursos de curta duração, porém não traz uma definição acerca do que seriam tais cursos. O Ofício vigente viabiliza uma abertura significativa de incentivo à formação continuada dos professores dentro de sua jornada semanal de trabalho, contudo enfraquece a possibilidade destinada aos momentos de formação durante as reuniões coletivas, uma vez que são neles que o diretor e EEB dispõem de um tempo com toda a equipe reunida.

Recentemente, a SEE/MG, por meio da Resolução nº 4.968, publicada em 23 de fevereiro de 2024, regulamentou as normas para o cumprimento da carga horária destinada às atividades extraclasse pelos professores da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino. Essa normativa está em conformidade com o que já havia sido estabelecido pela Lei Estadual nº 15.293, mencionada anteriormente neste trabalho (Minas Gerais, 2024, recurso *on-line*). Embora a nova Resolução apresente algumas atualizações, ela não se afasta significativamente do que já foi disposto pelas

resoluções anteriores. Um dos principais pontos de ajuste refere-se às atividades específicas que devem ser realizadas pelos professores no tempo destinado às atividades extraclasse.

São consideradas atividades extraclasse aquelas destinadas a estudos, planejamento, avaliação, formação continuada, reuniões e outras atribuições específicas inerentes ao cargo de professor que não configurem o exercício da docência e tenham como objetivo o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem. (Minas Gerais, 2024, p.1).

A Resolução SEE nº 4.968 reforça, portanto, a importância de uma gestão mais detalhada do tempo extraclasse, promovendo maior clareza sobre as responsabilidades dos educadores, nesse período. Com isso, busca-se assegurar que os docentes possam utilizar esse tempo de maneira eficaz, favorecendo o desenvolvimento profissional contínuo e a melhoria das práticas pedagógicas.

Ressalta-se que a distribuição da carga horária destinada às atividades extraclasse manteve o já exposto pelas normativas anteriores, citadas na pesquisa. A ressalva encontra-se nas ações que abrangem a carga horária a ser cumprida na própria escola ou em local definido pela direção, ou seja, além das duas horas semanais dedicadas a reuniões de caráter coletivo, o restante da carga horária deve ser cumprida preferencialmente em:

ações de cunho pedagógico, como formação continuada, elaboração de estratégias avaliativas conjuntas, reuniões e planejamentos interáreas para alinhamento de metodologias e estratégias de aprendizagem e outras ações específicas do cargo de PEB, que não configurem o exercício da docência. (Minas Gerais, 2024, p. 2).

Essa normativa contribui para as discussões acerca da formação continuada e do papel das atividades extraclasse na qualificação do trabalho docente, uma vez que a organização desse tempo é fundamental para a promoção de práticas pedagógicas inovadoras e reflexivas, visando a melhoria na qualidade da educação. Além disso, a Resolução reforça a importância desse tempo para o desenvolvimento da formação continuada, reconhecendo as reuniões coletivas como espaços privilegiados para a reflexão crítica sobre a prática docente.

No entanto, sua efetivação no ambiente escolar enfrenta alguns entraves que dificultam o pleno aproveitamento desse tempo para a qualificação profissional, evidenciando a necessidade de uma organização do tempo escolar e das políticas de formação continuada, que precisam considerar as condições reais de trabalho dos professores e promover um ambiente que valorize efetivamente o desenvolvimento profissional. Sem essas adequações, as ações formativas correm o risco de serem percebidas como burocráticas e pouco transformadoras, prejudicando a implementação de práticas pedagógicas que visam o aprimoramento do processo de ensino e de aprendizagem de nossos estudantes.

As normativas abordadas até o momento regulamentam e reconhecem a importância da formação continuada no ambiente escolar, vinculando-a à carga horária dos professores como uma estratégia para aprimorar os resultados de aprendizagem dos alunos. Ao estabelecerem essa prática como um dever das políticas públicas, as normativas não apenas reconhecem o caráter obrigatório da formação continuada, mas também a posicionam como um direito e responsabilidade dos professores.

Soma-se a essas normativas, o Plano Estadual de Educação de Minas Gerais (PEE), instituído pela Lei nº 23.197, de 26 de dezembro de 2018, que estabelece diretrizes e metas para a melhoria da qualidade da educação no estado, para o período de 2018 a 2027, contemplando a formação continuada como uma ação estratégica essencial. Dessa forma, essas diretrizes visam promover o desenvolvimento profissional, com o objetivo de qualificar o ensino e melhorar a qualidade da educação oferecida aos estudantes (Minas Gerais, 2018, recurso *on-line*).

À luz dos contextos normativos discutidos até o momento, destacam-se os avanços empreendidos pelo Estado de Minas Gerais no incentivo à formação continuada, em especial no que diz respeito à sua vinculação com a carga horária destinada às atividades extraclasse. No entanto, o maior desafio encontra-se na implementação dessa política no ambiente escolar, especificamente na organização e no acompanhamento eficaz do uso dessa carga horária para a formação continuada dos docentes. Com esses esclarecimentos, a próxima seção apresentará a Escola Estadual Brighenti Cesare, instituição que ocupa o papel central nesta pesquisa.

2.3 A ESCOLA ESTADUAL BRIGHENTI CESARE

Nesta seção será apresentada a Escola Estadual Brighenti Cesare, incluindo detalhes sobre a infraestrutura física, o corpo docente, o corpo discente e demais funcionários; além disso, serão discutidas as estratégias adotadas pela escola para garantir o cumprimento da carga horária destinada às atividades extraclasse de seus professores.

A Escola Estadual Brighenti Cesare está situada na cidade de São João del-Rei, localizada na mesorregião de Campos das Vertentes, no sudoeste do Estado de Minas Gerais. São João del-Rei é uma cidade com mais de três séculos de história e possui uma população de cerca de 90 mil habitantes, caracterizando-se como uma cidade de médio porte (IBGE, 2023).

A instituição teve sua origem marcada pela doação de um terreno feita pelo Senhor Américo Deodoro Brighenti à Prefeitura Municipal de São João del-Rei. No terreno funcionava uma antiga fábrica de vinho. O doador, Américo Deodoro Brighenti, foi um imigrante italiano que chegou à São João del-Rei em 6 de maio de 1890, trabalhou como comerciante e fabricante de vinho e realizou a doação em homenagem a seu pai, Cesare Brighenti, o patrono da escola.

A Escola Estadual Brighenti Cesare iniciou suas atividades como Grupo Escolar em 15 de fevereiro de 1966, com o objetivo de atender às crianças do bairro, oferecendo o ensino das séries iniciais, do 1º ao 5º ano. Nessa ocasião, também passou a receber os alunos oriundos da Escola Municipal local, que anteriormente funcionava nas instalações da antiga fábrica de vinho, sob responsabilidade da prefeitura. Somente, em 1990 houve a ampliação da oferta de ensino para incluir as séries finais do ensino fundamental (5ª à 8ª séries).

Atualmente, em relação aos espaços físicos, a escola possui oito salas de aulas de aproximadamente 40m², equipadas com ventiladores e projetores; uma sala de professores, conjugada com a sala da supervisão; uma secretaria, conjugada com a sala da direção e vice-direção; uma biblioteca de aproximadamente 40m²; cozinha e dispensa; dois pátios sem cobertura; uma quadra coberta; parquinho; instalações sanitárias para alunos, para servidores e uma instalação sanitária adaptada para pessoas com deficiência.

Conforme descrição, observa-se que a escola dispõe de um espaço físico relativamente limitado para funcionamento adequado, uma vez que algumas salas precisam funcionar conjugadas para abrigar funções distintas. Dessa forma, a título de exemplo, a sala dos professores abriga também a sala dos supervisores, o que interfere nas funções desempenhadas pela EEB, uma vez que o profissional não dispõe de um ambiente mais tranquilo para atender a sua equipe de professores, aos alunos e, até mesmo, responsáveis de alunos em situações que requerem uma conversa mais reservada. Assim, como a equipe gestora realiza todas as suas funções no mesmo espaço físico que a secretaria, tanto a equipe gestora quanto a equipe da secretaria necessitam de espaço físico adequado para exercerem suas funções. Nas condições atuais, a escola adapta-se dentro da sua realidade para desempenhar da melhor forma suas atribuições, mas é um desejo da equipe a ampliação para o desmembramento das salas conjugadas.

Com a limitação do espaço físico, a Sala de Recursos Multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE) funciona em sala anexa à escola, dotada de equipamentos, mobiliários e recursos pedagógicos, alocada em um espaço cedido pela Associação de moradores do bairro. Diante da inexistência de um espaço físico, nas dependências da escola, destinado a essa finalidade, a utilização do espaço cedido foi a alternativa encontrada pela direção para proporcionar aos alunos, que necessitam do AEE, um espaço adequado.

No ano de 2023, o funcionamento da escola aconteceu em dois turnos, matutino e vespertino, abrangendo apenas o Ensino Fundamental, organizado em duas etapas: o Ensino Fundamental Anos Iniciais, do 1º ao 5º ano, no turno vespertino; o Ensino Fundamental Anos Finais, do 6º ao 9º ano, no turno matutino. A escola está atendendo, em média, a 340 alunos distribuídos em oito turmas do Ensino Fundamental Anos Iniciais e oito turmas do Ensino Fundamental Anos Finais, conforme dados apresentados na Tabela 1, em que se observa que a escola dispõe de um número maior de alunos matriculados no Ensino Fundamental – Anos Finais, que compreende do 6º ao 9º ano, sendo duas turmas para cada ano de escolaridade. Em número menor, 149 alunos frequentam o Ensino Fundamental - Anos Iniciais, que compreende do 1º ao 5º ano, divididos em: duas turmas de 1º ano; uma turma de 2º ano; duas turmas de 3º ano; uma turma de 4º ano e duas turmas de 5º ano.

Tabela 1 – Número de alunos da Escola Estadual Brighenti Cesare no ano de 2023

Nível de ensino	Número de alunos	Turno
Ensino Fundamental – Anos Iniciais	149	Tarde
Ensino Fundamental – Anos Finais	191	Manhã

Fonte: SIMADE, 2023.

No que se refere ao Indicador de Nível Socioeconômico (Inse) dos alunos atendidos pela escola, o Projeto Político Pedagógico (PPP) aponta que a instituição atende alunos provenientes de classe média baixa. O PPP (2020) ainda acrescenta:

Para a escola, esse índice se justifica no fato de que os responsáveis tiveram acesso restrito aos estudos, possuindo pouco preparo para ajudar os filhos, além de contar com recursos limitados de comunicação e informação, bem como de acesso a outros meios: tecnológicos e culturais, o que impacta no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. (PPP, 2020, p. 12).

Contrapondo ao Inse dos alunos matriculados na instituição escolar elencado no PPP, de acordo com as informações apresentadas no QEDu (2023, recurso *on-line*), a escola atende a alunos provenientes da classe média alta. Tal índice foi calculado por meio dos questionários contextuais, aplicados durante as avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), respondidos no ano de 2021. Ressalta-se que os questionários são respondidos a cada dois anos, periodicidade de aplicação dos testes do SAEB.

Segundo os dados pesquisados no QEDu (2023, recurso *on-line*) nesse nível, considera-se que a mãe/responsável da maioria dos estudantes possui o ensino médio completo ou ensino superior completo, enquanto o pai/responsável possui o ensino fundamental completo até o ensino superior completo. Considera-se que grande parte dos estudantes possui uma geladeira, um ou dois quartos, um banheiro, *wi-fi*, máquina de lavar roupas, *freezer*, um carro, garagem e forno de micro-ondas.

Os dados fornecidos, anteriormente, foram coletados ao longo de um período de 2 anos e evidenciam variações que podem explicar as discrepâncias nas informações e que os questionários foram respondidos pelos alunos atualmente matriculados na instituição. Esses dados auxiliam na compreensão do contexto escolar em que os discentes estão inseridos evidenciando a identificação de

possíveis causas que podem estar relacionadas ao processo de aprendizagem do alunado.

No que tange aos servidores da escola, na Tabela 2, a seguir, são apresentados os dados referentes ao recurso humano escolar, no ano de 2023.

Tabela 2 – Servidores da Escola Estadual Brighenti Cesare em 2023

(Continua)

Cargo/função		Quantitativo	Situação funcional	Habilitação
Diretor de escola		01	Efetivo	Educação Física
Vice-diretor		01	Efetivo	Pedagogia
Auxiliar de Serviços de Educação Básica – ASB		10	Contratado	Ensino Fundamental/ Médio
Assistente técnico de Educação Básica - ATB		02	Contratado	Ensino Médio/técnico
Assistente técnico de Educação Básica - ATB		01	Efetivo	Ensino Médio/técnico
Secretária Escolar		01	Efetivo	Ensino Médio/técnico
Especialista em Educação Básica – EEB		02	Efetivo	Pedagogia
Professor de Educação Básica – Regente de turma		05	Efetivo	Pedagogia/ Normal Superior
		03	Contratado	
Professor de Educação Básica – Eventual		01	Contratado	Pedagogia/ Normal Superior
Professor para o Ensino do Uso da Biblioteca		01	Efetivo	Pedagogia/ Normal Superior
		01	Contratado	Pedagogia/ Normal Superior
Professor de Educação Básica – Regente de aulas	Matemática	02	Efetivo	Matemática
	L. Portuguesa	02	Efetivo	Letras
	Inglês	01	Efetivo	Letras
	Ciências	01	Efetivo	Ciências Biológicas
	Geografia	02	Efetivo	Geografia
	História	01	Efetivo	História
		01	Contratado	História
	Arte	01	Efetivo	Teatro

(Conclusão)

Cargo/função		Quantitativo	Situação funcional	Habilitação
	Ensino	01	Contratado	Normal Superior

	Religioso			
	E. Física	02	Contratado	Educação Física
		01*	Efetiva	Educação Física
	ACLTA**	09	Contratado	Pedagogia/Ed. Especial
	Sala de recursos	01	Contratado	Pedagogia/Ed. Especial

* Professora em Ajustamento Funcional¹⁴

** Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologia Assistiva

Fonte: Sysadp (2023)

Verifica-se, na Tabela 2, que a escola dispõe de um percentual de 43% de servidores efetivos e de 57% de servidores contratados. Por meio dos dados, observa-se que o número de servidores efetivos é representado, em sua maioria, por professores regentes de turmas¹⁵ e regentes de aulas¹⁶; por sua vez, o grande número de servidores contratados são os ASB e professores ACLTA, dados que demonstram a necessidade de realização de concurso público na área e são cargos que representam uma grande troca de funcionários no cotidiano da escola, dificultando a criação de vínculos com a instituição.

Sobre a instituição escolar, é importante apresentar as taxas de rendimento alcançadas pela escola em 2023, uma vez que tais dados auxiliam na avaliação da qualidade educacional oferecida pela escola, bem como na identificação de possíveis entraves que possibilitarão a elaboração de um planejamento estratégico, a fim de superar os desafios e buscar melhorias para a instituição. A Tabela 3, a seguir, demonstra os dados referentes ao ano de 2022.

Tabela 3 – Taxa de rendimento por etapa escolar no ano de 2023

	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos Iniciais	0,0%	0,0%	100%

¹⁴ Profissional que por recomendação de uma junta médica precisam evitar atividades que possam comprometer seu Quadro de saúde.

¹⁵ Professores que atuam nos Anos Iniciais do Ensino

¹⁶ Professores habilitados em conteúdos específicos.

Anos Finais	0,0%	0,0%	100%
-------------	------	------	------

Fonte: QEduc (2023)

As informações fornecidas pela Tabela 3 evidenciam que a escola possui uma taxa de reprovação baixa nas etapas do Ensino Fundamental, além de taxas de abandono nulas. Esses resultados positivos refletem o comprometimento da escola com a busca ativa de seus alunos, demonstrando um esforço contínuo para garantir o progresso acadêmico de todos os estudantes.

Dentro da dinâmica escolar, é importante abordar a participação da instituição no Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE), proposto pela SEE/MG. O SIMAVE é um sistema de avaliação em larga escala, utilizado como ferramenta para um diagnóstico da qualidade da educação que vem sendo ofertada aos estudantes. Por meio do resultado dessas avaliações, estabelecem-se estratégias de mudanças necessárias para a oferta de uma educação pública de qualidade (Minas Gerais, 2023).

Atualmente, o SIMAVE é destinado aos alunos de turmas dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio, realizando o Programa de Avaliação da Rede Pública da Educação Básica (PROEB); e a alunos dos 2º e 3º anos do Ensino Fundamental, realizando o Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA). Ambos os programas têm por objetivo avaliar o nível de apropriação dos conhecimentos e as habilidades alcançadas pelos estudantes nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática (Minas Gerais, 2023, recurso *on-line*).

É apresentada, a seguir, na Tabela 5, a evolução da proficiência média da escola nas avaliações do SIMAVE, abrangendo o PROALFA e PROEB, enfatizando uma análise das avaliações destinadas aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em suas últimas edições. A Tabela 5 demonstra a proficiência média alcançada pelos alunos matriculados em turmas de 5º ano do Ensino Fundamental, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, desde os anos de 2011 a 2021¹⁷. Por meio dos dados expostos, observa-se que a escola alcançou os seguintes resultados nas avaliações do PROEB:

¹⁷ Não há dados para o ano de 2020, uma vez que a avaliação não foi aplicada em função do período de pandemia de COVID-19, um tempo em que o isolamento social foi imposto e o ensino remoto implantado em todo o país

Tabela 4 - Resultado do desempenho nas avaliações do PROEB 5º ano (Língua Portuguesa e Matemática)

Anos	Proficiência média	
	Língua Portuguesa	Matemática
2011	227,3	253,4
2012	217,2	240
2013	192,1	210,6
2014	217,4	221,8
2016	225,8	233
2018	226,5	227,6
2019	209,3	233,0
2021	230	238

Fonte: SIMAVE (2023)

Conforme observado, na disciplina de Língua Portuguesa, a escola apresenta uma oscilação em seus resultados¹⁸, não demonstrando um resultado crescente no desempenho dos alunos matriculados no 5º ano do Ensino Fundamental, destacando-se a proficiência atingida no ano de 2021 como a mais alta nos últimos 10 anos. A oscilação nos resultados se apresenta para a disciplina de Matemática que, ao contrário da disciplina de Língua Portuguesa, alcançou seu melhor resultado no ano de 2011, apresentando uma redução de aproximadamente 14 pontos, num período de 10 anos.

Ao analisar os resultados das avaliações em larga escala e as pautas das reuniões coletivas, identifica-se a ausência de momentos dedicados a um estudo profundo e reflexivo sobre o desempenho dos alunos. Nesse sentido, não há um encontro coletivo voltado para o estabelecimento de ações e estratégias direcionadas à compreensão e melhoria dos resultados em sala de aula, uma vez que as reuniões coletivas se configuram como oportunidades valiosas para essa reflexão, estudo e análise, proporcionando, igualmente, a orientação de ações pedagógicas voltadas à construção de melhores resultados.

Prosseguindo na observação dos resultados obtidos para a escola, ressalta-se a análise do padrão de desempenho na avaliação do PROEB em Língua

¹⁸ Nota-se que, entre os anos de 2015 e 2017, não houve dados disponíveis para turmas de 5º ano, pois, nesse período, foram avaliados apenas alunos matriculados no 7º ano do Ensino Fundamental, conforme consulta realizada na base de dados do SIMAVE.

Portuguesa, entre os anos de 2011 a 2021 (5º ano do ensino fundamental), em conformidade com os dados apresentados na Tabela 5, a seguir.

Em relação à porcentagem de alunos distribuídos de acordo com o padrão de desenvolvimento, nas avaliações externas do PROEB em Língua Portuguesa, observa-se, na Tabela 6, um aumento progressivo de estudantes nos níveis recomendados e avançados, entre os anos de 2014 e 2018, demonstrando uma oscilação significativa daqueles que apresentam baixo desempenho. No ano de 2019, o percentual de alunos foi reduzido de 72,2% para 56,6% e, no ano de 2021, nota-se, novamente, um aumento no percentual de alunos nos níveis recomendado e avançado, com uma redução de 2% no nível baixo.

Tabela 5 - Padrão de desempenho nas avaliações do PROEB 5º ano - Língua Portuguesa

Anos	Padrão de Desempenho (%)			
	Baixo	Intermediário	Recomendado	Avançado
2011	7,8	45,1	47,1	-
2012	18,4	41,1	39,5	-
2013	31,6	42,1	26,3	
2014	8,1	27	43,2	21,6
2016	2,9	28,6	42,9	25,7
2018	5,6	22,2	36,1	36,1
2019	10,0	33,3	43,3	13,3
2021	8,0	24	36	32

Fonte: SIMAVE (2023)

Em relação à evolução do percentual de estudantes, de acordo com o padrão de desenvolvimento para a disciplina Matemática, temos os dados apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 - Padrão de desempenho nas avaliações do PROEB 5º ano – Matemática

Anos	Padrão de Desempenho (%)			
	Baixo	Intermediário	Recomendado	Avançado
2011	4	20	76	

2012	10,8	24,2	64,9	
2013	18,4	52,6	29	
2014	17,1	20	42,9	20
2016	17,1	20	42,9	20
2018	11,1	36,1	41,7	11,1
2019	6,73	6,7	43,31	13,3
2021	8	32	40	20

Fonte: SIMAVE (2023)

Em relação à disciplina de Matemática, observa-se que mais de 50% dos alunos encontram-se nos níveis recomendado e avançado, a partir do ano de 2014, refletindo uma melhoria nos resultados alcançados pela escola, em comparação com os anos anteriores; nos anos de 2011 e 2012, mais de 50% dos alunos encontravam-se no nível recomendado e não havia alunos no nível avançado. Em relação à porcentagem de alunos no nível baixo, no ano de 2011, a escola apresentou seu melhor resultado; entre os anos de 2012 e 2016, o número de alunos nesse nível aumentou consideravelmente, apresentando uma redução nos anos de 2018 e 2019 e, novamente, um aumento de aproximadamente 2%, em 2021.

No que se refere aos demais padrões de desempenho, identifica-se um aumento considerável, de 25 pontos, de alunos no nível intermediário no ano de 2019 para 2021. Em relação ao nível avançado, observa-se um crescimento de 7 pontos no ano de 2021, embora seja possível visualizar uma ligeira queda, por volta de 3 pontos, de alunos no nível recomendado. Destaca-se que a escola alcançou um desempenho notável no ano de 2021, que foi desafiador, marcado pelo retorno das aulas presenciais, após o período pandêmico, refletindo o resultado do trabalho remoto desenvolvido durante essa fase.

Partindo para a análise do desempenho de alunos matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental, temos os dados apresentados abaixo, na Tabela 7.

Tabela 7 - Resultados de desempenho nas avaliações externas do SIMAVE para o 3º ano do ensino fundamental (2013-2018)

Anos	Proficiência média	
	Língua Portuguesa	Matemática

2013	563,4	-
2014	585,5	-
2015	605,2	-
2016	573,9	-
2017	617	608,1
2018	629,3	603,8

Fonte: SIMAVE (2023)

No que se refere aos resultados, na avaliação do PROALFA, aplicada para as turmas de 3º ano do Ensino Fundamental, observa-se que, entre os anos de 2013 e 2016, houve a avaliação somente para a disciplina de Língua Portuguesa e, apenas no ano de 2017, introduziu-se a disciplina de Matemática. Assim como nos resultados alcançados na avaliação do PROEB, a escola apresentou um crescimento de 42 pontos no ano de 2015 em relação ao ano de 2013, ressaltando seu maior desempenho no ano de 2018, ambos em Língua Portuguesa. Considerando que na disciplina Matemática tem-se apenas dois resultados, os alunos apresentaram uma redução pouco significativa em sua proficiência no ano de 2018, houve uma redução em relação ao desempenho dos alunos em Língua Portuguesa, que apresentou, em 2018, o melhor resultado desde 2013.

Além da proficiência média, é importante uma análise criteriosa da evolução do percentual de estudantes por padrão de desempenho na avaliação externa mencionada acima. Tais dados estão destacados na Tabela 8:

Tabela 8 - Evolução do percentual de estudantes por padrão de desempenho nas avaliações externas do SIMAVE (PROALFA 3º ano - Língua Portuguesa)

Anos	Padrão de Desempenho (%)			
	Baixo	Intermediário	Recomendado	Avançado

2013	6,9	6,9	79,3	6,9
2014	0	8,6	74,3	17,1
2015	4,0	4,0	68	24
2016	12,1	9,1	57,6	21,2
2017	0	4,5	59,1	36,4
2018	0	0	60,7	39,3

Fonte: SIMAVE (2023)

Ao observar o desempenho dos alunos matriculados no 3º ano, em uma análise comparativa entre 2013 e 2018, nota-se que, em 2013, grande parte dos alunos (79,3%) encontrava-se no padrão recomendado, ao passo que havia 6,9% dos alunos em cada um dos demais padrões de desempenho. Em contrapartida, em 2018, observa-se que 60,7% dos alunos encontrava-se no padrão de desempenho recomendado e 39,3% no padrão avançado, não havendo estudantes nos demais padrões (baixo e intermediário), houve, portanto, uma melhora dos resultados da escola.

Em relação ao padrão de desempenho avançado, percebe-se um aumento da porcentagem de alunos entre 2014 e 2015; uma queda em 2016 e um acréscimo em 2017 e 2018. A partir de 2018, tem-se a inclusão de turmas do 2º ano do Ensino Fundamental, avaliadas pelo PROALFA, cabendo, dessa forma, a análise desses dados, expostos na Tabela 9, a seguir.

Tabela 9 - Resultados do desempenho nas avaliações externas do SIMAVE
(PROALFA 2º ano)

Anos	Proficiência média	
	Língua Portuguesa	Matemática

2018	542,9	535,8
2019	558,1	568
2021	567	618

Fonte: SIMAVE (2023)

Na proficiência alcançada pelos alunos do 2º ano, avaliados na escola, observa-se um resultado diferente dos dados analisados acima para o 3º ano, em que se nota uma crescente na apropriação de conhecimentos e habilidades alcançadas por nossos alunos, tanto em Língua Portuguesa, quanto em Matemática, com um destaque para a última: um aumento de 83 pontos na disciplina de Matemática e de 25 pontos em Língua Portuguesa, no período de 2018 a 2021.

Em seguida, é apresentada a evolução do percentual dos alunos avaliados nesse ano de escolaridade, de acordo com o padrão de desempenho nas avaliações externas do SIMAVE, especificadamente a avaliação de Língua Portuguesa do PROALFA, aplicada ao 2º ano. Os dados estão explícitos na Tabela 10, a seguir.

Tabela 10 - Avaliação de Língua Portuguesa PROALFA 2º ano (2018-2021)

Anos	Padrão de Desempenho (%) – Língua Portuguesa			
	Baixo	Intermediário	Recomendado	Avançado
2018	0	2,9	70,6	26,5
2019	0	7,4	66,7	25,9
2021	0	4	57	39

Fonte: SIMAVE (2023)

Por meio dos dados explícitos acima, nota-se que o percentual de alunos, no nível avançado em 2021, cresceu 13% em comparação ao ano de 2019, assim como houve uma redução de 3,4% de alunos no nível intermediário, ao passo que, no ano de 2021, apresentou-se também a redução no nível intermediário. Tais dados indicam uma melhora notada pela distribuição dos alunos somente entre os padrões de desempenho intermediário, recomendado e avançado, nos três anos discriminados; contudo, se compararmos os anos de 2018 e 2021, veremos uma queda, pouco significativa, na porcentagem de alunos nos níveis recomendado e avançado, de 97,1% (somando-se os dois níveis) em 2018 para 96% em 2021, mas

com relação à análise do nível avançado, percebe-se um aumento de 12,5 pontos de 2018 para 2021, o que demarca o bom resultado alcançado pela escola.

Prosseguindo para a análise do desempenho dos alunos da escola em questão, nas avaliações do PROALFA, a seguir, na Tabela 11, está o padrão de desempenho referente à disciplina de Matemática, entre 2018 e 2021.

Tabela 11 - Avaliação de Matemática (PROALFA 2º ano) – 2018 a 2021

Anos	Padrão de Desempenho (%) – Matemática			
	Baixo	Intermediário	Recomendado	Avançado
2018	0	33,3	59,3	7,4
2019	0	11,8	67,6	20,6
2021	0	4	44	52

Fonte: SIMAVE (2023)

Analizando os resultados apresentados pelos alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental, por meio do padrão de desempenho, na avaliação do PROALFA, para a disciplina Matemática, nota-se uma redução de, aproximadamente, 30% de alunos no padrão intermediário, comparando os anos de 2018 e 2021; tem-se um aumento de 31,4% de alunos no padrão avançado em 2021, refletindo um resultado positivo no alcance das habilidades referentes a esse ano de escolaridade, quando comparado ao ano de 2019, ressaltando que a escola não apresentou, no intervalo acima exposto, alunos no nível baixo.

As avaliações em larga escala não se limitam àquelas propostas pelo SIMAVE. Em nível nacional, tem-se o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), consistindo num conjunto de avaliações em larga escala, que permite realizar um panorama da educação brasileira, bem como todos os fatores que podem interferir no desempenho dos estudantes, a cada dois anos (Brasil, 2023, recurso *on-line*).

O desempenho nas avaliações do SAEB, dos alunos matriculados no 5º ano do Ensino Fundamental da escola, está elucidado na Tabela 12, a seguir.

Tabela 12 - Resultado do desempenho nas avaliações externas do SAEB (5º ano) – (2015 - 2021)

Anos	Proficiência média
------	--------------------

	Língua Portuguesa	Matemática
2015	214,2	220,14
2017	243,8	238,45
2019	211,6	220,94
2021	209,62	222,01

Fonte: Qedu (2023)

Procedendo a análise do desempenho dos alunos do 5º ano, nas avaliações propostas pelo SAEB, observa-se que, em Língua Portuguesa, houve um aumento significativo de 29 pontos no ano de 2017, em relação ao ano de 2015; um declínio de 34 pontos em 2019, em relação ao melhor resultado apresentado pela escola, em 2017. Sobre a disciplina de Matemática, nota-se um aumento de 18,31 pontos, em 2017, em comparação ao ano de 2015, porém percebe-se um decréscimo de 17,51 pontos, no ano de 2019.

Já na edição de 2021, constatou-se um aumento de aproximadamente 2 pontos no desempenho dos alunos, em ambas as disciplinas. Considerando o desempenho apresentado pela escola na edição de 2021, observa-se o declínio em Língua Portuguesa e um aumento para a disciplina Matemática, demonstrando a necessidade de uma análise criteriosa para identificar os pontos necessários de intervenção e a incorporação de ações no planejamento pedagógico.

A análise dos resultados das avaliações em larga escala demonstra-se como uma pauta importante a ser discutida e abordada, durante as reuniões coletivas destinadas ao cumprimento das horas de atividade extraclasse, uma vez que esses resultados oferecem uma visão abrangente do desempenho dos alunos e das práticas pedagógicas que são adotadas na escola. Durante as reuniões, é necessária a realização de uma reflexão coletiva que possibilite a identificação dos padrões e tendências nos resultados, bem como a elaboração de planos de ação, visando sempre os melhores resultados.

No que tange à participação da instituição em programas e projetos, a escola participa, desde o ano de 2019, da Gestão Integrada da Educação, proposta pela SEE/MG - GIDE. O programa, ofertado pela rede estadual de educação, é realizado por meio de uma parceria com a Fundação de Desenvolvimento Gerencial (FDG), dentro da proposta do Programa Gestão pela Aprendizagem, voltado exclusivamente para o Ensino Fundamental. O objetivo central desse projeto é o avanço nos

indicadores de qualidade da educação, tendo como referências as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e SIMAVE, para os quais, a partir de um diagnóstico inicial da escola, são realizadas ações pedagógicas junto aos alunos e comunidade escolar (SEE/MG, 2023, recurso *on-line*).

Considerando a participação da instituição em programas e projetos, por meio do projeto de extensão denominado Benke: corais infanto-juvenis propostos pela Universidade Federal de São João del-Rei, os alunos dos Anos Iniciais são contemplados com aulas de música, quinzenalmente. Esse projeto é executado por uma professora e dois bolsistas, que ministram por ano de escolaridade, durante o turno de aula dessa etapa de ensino.

Após delinear o funcionamento da Escola Estadual Brighenti Cesare e apresentar seu sistema organizacional, faz-se necessário trazer a forma que dispõe para o acompanhamento do cumprimento das atividades extraclasse, ponto em que está inserido o caso de gestão e objeto deste estudo.

2.4 O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES EXTRACLASSE NA ESCOLA ESTADUAL BRIGHENTI CESARE

Nesta seção, será abordada a estrutura que a Escola Estadual Brighenti Cesare dispõe para monitorar e acompanhar o cumprimento da carga horária destinada para as atividades extraclasse, enfatizando a dificuldade enfrentada pela gestão escolar no acompanhamento efetivo das ações desenvolvidas pelo corpo docente, durante o cumprimento dessa carga horária.

A escola organiza o cumprimento das atividades extraclasse da seguinte maneira: duas horas semanais são destinadas a reuniões coletivas e o excedente, para totalizar a carga horária destinada a cada professor, é cumprido no ambiente escolar, porém não há um acompanhamento formal da direção no que se refere às ações desenvolvidas pelos professores no ambiente escolar.

Na Tabela 13, apresenta-se a carga horária cumprida pelos professores da Escola Estadual Brighenti Cesare, no ano de 2023, de forma proporcional ao número de horas dedicadas à docência.

Tabela 13 – Carga horária dos professores da E. E. Brighenti Cesare (2023)

Número de horas na docência	Em local definido pela escola	Número de professores	Situação contratual (Efetivo/Contratado)
06h	1h 30 min.	01	Efetivo
06h	1h 30 min.	01	Contratado
08h	2h	01	Contratado
08h	2h	01	Efetivo
16h	4h	04	Contratado
16h	4h	02	Efetivo
18h	4h 30 min.	06	Efetivo
18h	4h 30 min.	05	Contratado
20h	5h	04	Efetivo
20h	5h	05	Contratado
21h	5h 15min.	05	Contratado
24h	6h	01	Efetivo

Fonte: Sysadp (2023).

Conforme exposto na Tabela 13, observa-se que quatro professores permanecem menos de 10h/a na docência, por não possuírem um cargo completo de 16h/a; assim, as horas de atividades extraclasse são proporcionais às horas dedicadas à docência. Em contrapartida, há um professor efetivo que assumiu a extensão de carga horária, cumprindo 24h/a na docência, sendo assim, as horas de atividades extraclasse também são proporcionais. Os dados apresentados não contemplam a professora que desenvolve suas atividades na biblioteca, mas que se encontra em ajustamento funcional por problemas de saúde e, uma vez que, considerando a resolução da SEE/MG nº 4.789, de 11 de novembro de 2022, o professor precisa cumprir 24 horas semanais por não estar no exercício da regência (Minas Gerais, 2022, recurso *on-line*).

Retratando a situação dos professores da escola pesquisada, de acordo com o número de aulas desenvolvidas na docência, verifica-se uma variação em relação à carga horária de atividades extraclasse a serem cumpridas em local determinado pela escola semanalmente, variando de 1 hora e 30 minutos até 6 horas, conforme demonstrado na Tabela 14. Sobre as horas destinadas às atividades extraclasse, o Decreto SEE nº 46.125/2013, complementa:

As atividades extraclasse a que se refere o inciso II compreendem atividades de capacitação, planejamento, avaliação e reuniões, bem como outras atribuições específicas do cargo que não configurem o exercício da docência, sendo vedada a utilização dessa parcela da carga horária para substituição eventual de professores. (Minas Gerais, 2013, p. 1).

Essa organização se efetiva pelo disposto no Decreto: “quatro horas semanais na própria escola ou em local definido pela direção da escola, sendo até duas horas semanais dedicadas a reuniões” (Minas Gerais, 2013, p. 1). Embasada na orientação, a escola padroniza as reuniões coletivas com uma carga horária de duas horas semanais, por sua vez a carga horária excedente de atividades extraclasse são cumpridas no formato de módulo individual no ambiente escolar.

As reuniões referem-se às duas horas em que a escola opta por cumprir quinzenalmente, perfazendo um total de quatro horas, conforme orientação trazida pelo Decreto nº 46.125/2013: “§ 5º A carga horária semanal destinada a reuniões a que se refere a alínea “b” do inciso II poderá, a critério da direção da escola, ser acumulada para utilização dentro de um mesmo mês” (Minas Gerais, 2013, p. 1).

As datas para as reuniões coletivas são apresentadas aos docentes no primeiro dia escolar do ano letivo, estão elencadas no calendário escolar, conforme demonstra o Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Dias Módulo II determinados no Calendário Escolar – 2022

(Continua)

Mês	Dias previstos no calendário
Fevereiro	08 e 22
Março	08 e 22
Abril	05 e 19
Maio	10 e 24

(conclusão)

Mês	Dias previstos no calendário
Junho	07 e 21
Julho	05 e 26
Agosto	09 e 23

Setembro	13 e 27
Outubro	04 e 25
Novembro	08 e 22
Dezembro	13

Fonte: Calendário Escolar (2022)

Durante o ano de 2022, estavam previstas 21 reuniões coletivas. Nos livros de atas de reuniões, constatou-se que foram realizadas 20 reuniões de caráter coletivo, demonstrando que a escola cumpriu praticamente todo o planejamento de reuniões, contudo, por meio da análise e levantamento realizados nos Livros de Atas, destinados às pautas de reuniões da escola, evidencia-se a carência na oferta de momentos de capacitação e formação continuada para o corpo docente em ambiente escolar proporcionado pela equipe pedagógica, momentos destinados a planejamento coletivos, bem como de discussões acerca de temas que possam contribuir para o exercício da docência.

No ano de 2022, segundo dados encontrados no Livro de Pontos da escola, apenas um professor pertencente ao Quadro de docentes cumpria sua carga horária de atividades extraclasse inferior às duas horas semanais, apenas o previsto na legislação para sua carga horária em docência durante a reunião coletiva.

Dentro da carga horária necessária para fechar o cômputo de horas destinadas às atividades extraclasse, o professor pode optar por cumpri-la ao início, término ou intervalo das aulas ou ainda no contraturno. O Ofício Circular SB nº 2663/2016, sobre essa organização, dispõe que:

Para o desenvolvimento dessas ações, poderão ser aproveitados os horários vagos entre uma aula e outra (as “janelas”), bem como o período entre a troca dos turnos, com gerenciamento da direção ou Especialista de Educação Básica. Não podem ser utilizados ou computados os períodos de recreio. (Minas Gerais, 2016, recurso *on-line*, p.5).

Diante do que prevê a legislação vigente (Minas Gerais, 2016), alguns professores utilizam da sua carga horária de atividades extraclasse excedente, destinadas às reuniões coletivas, para capacitações e formações continuadas, tendo em vista que as reuniões coletivas são de caráter obrigatório e a escola em questão padroniza uma carga horária de duas horas para esses momentos.

Na Escola Estadual Brighenti Cesare, verifica-se que, do total de 31 professores de Educação Básica, 14 utilizam parte da carga horária destinada às atividades extraclasse para fins de capacitação e formação continuada, não cumprindo de forma presencial essa carga horária no ambiente escolar, o que perfaz 45% do total de professores. O restante do corpo docente cumpre essa carga horária em ambiente escolar, porém a escola não dispõe de um planejamento estratégico para a organização e acompanhamento das atividades desenvolvidas por eles, sendo uma carga horária carente de ações planejadas, no sentido de fortalecer a equipe para ações de formação continuada que possam contribuir para o compromisso de uma maior qualidade na educação.

A Tabela 14, a seguir, demonstra as atividades exercidas pelo corpo docente da escola, dentro do seu cômputo de carga horária de atividades extraclasse.

Tabela 14 – Carga horária de atividade extraclasse dos professores da Escola Estadual Brighenti Cesare

(Continua)

Professor	Horas na docência	2h/semanais: reunião coletiva	Horas de módulo individual	Atividades desenvolvidas pelo professor no módulo individual
1	06 h	1 h 30 min.	-	-
2	06 h	1 h 30 min.	-	-
3	08 h	2h	-	-
4	08 h	2h	-	-
5	16 h	2h	2h	Elaboração e planejamento de aulas e atividades
6	16 h	2h	2h	Elaboração e planejamento de aulas e atividades
7	16 h	2h	2h	Curso de iniciativa própria do

(Continuação)

Professor	Horas na docência	2h/semanais: reunião coletiva	Horas de módulo individual	Atividades desenvolvidas pelo professor no módulo individual
				professor

8	16 h	2h	2h	Elaboração e planejamento de aulas e atividades
9	16 h	2h	2h	Elaboração e planejamento de aulas e atividades
10	16 h	2h	2h	Curso de iniciativa própria do professor
11	18h	2h	2h30min	Curso de iniciativa própria do professor
12	18 h	2h	2h30min	Elaboração e planejamento de aulas e atividades
13	18 h	2h	2h30min	Elaboração e planejamento de aulas e atividades
14	18 h	2h	2h30min	Elaboração e planejamento de aulas e atividades
15	18 h	2h	2h30min	Elaboração e planejamento de aulas e atividades
16	18 h	2h	2h30min	Elaboração e planejamento de aulas e atividades
17	18 h	2h	2h30min	Elaboração e planejamento de aulas e atividades
18	18 h	2h	2h30min	Elaboração e planejamento de aulas e atividades
19	18 h	2h	2h30min	Elaboração e planejamento de aulas e atividades
20	18 h	2h	2h30min	Elaboração e planejamento de aulas e atividades
21	18 h	2h	2h30min	Elaboração e planejamento de aulas e atividades

(continuação)

Professor	Horas na docência	2h/semanais: reunião coletiva	Horas de módulo individual	Atividades desenvolvidas pelo professor no módulo individual
22	20h	2h	3h	Elaboração e planejamento

				de aulas
23	20h	2h	3h	Curso de iniciativa própria do professor
24	20h	2h	3h	Curso de curta duração em parceria com outras instituições
25	20h	2h	3h	Curso de curta duração em parceria com outras instituições
26	20h	2h	3h	Elaboração e planejamento de aulas
27	20h	2h	3h	Curso de iniciativa própria do professor
28	20h	2h	3h	Curso de iniciativa própria do professor
29	20h	2h	3h	Curso de iniciativa própria do professor
30	20h	2h	3h	Curso de iniciativa própria do professor
31	21h	2h	3h15min.	Curso de iniciativa própria do professor
32	21h	2h	3h15min.	Curso de iniciativa própria do professor
33	21h	2h	3h15min.	Curso de iniciativa própria do professor
34	21h	2h	3h15min.	Curso de iniciativa própria do professor
35	21h	2h	3h15min.	Curso de iniciativa própria do professor
(conclusão)				
Professor	Horas na docência	2h/semanais: reunião coletiva	Horas de módulo individual	Atividades desenvolvidas pelo professor no módulo individual
				professor

36	24h	2h	4h	Curso de pós-graduação – Mestrado
----	-----	----	----	--------------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do Controle de livro de ponto (2023).

Observa-se, na Tabela 14, que, do total de professores, somente quatro deles não cumprem de forma individual as horas destinadas às atividades extraclasse, uma vez que as horas necessárias, conforme Anexo I, do Decreto nº 46.125/2013, são cumpridas em reuniões coletivas. O documento apresenta que 16 professores utilizam da carga horária de atividades extraclasse para momentos de elaboração e planejamento de aulas e atividades, ao mesmo tempo em que outros 16 professores utilizam da carga horária de atividades extraclasse como alternativa de formação continuada.

As situações discutidas, anteriormente, corroboram com o que traz o Ofício 2663/2016 (Minas Gerais, 2016): a carga horária destinada às atividades extraclasse a serem cumpridas presencialmente podem ser destinadas a atividades de capacitação, formação continuada, planejamento, avaliações e outras, exceto o exercício da docência.

Posto isso, é importante o acompanhamento da direção e EEB de forma sistemática, não só para a carga horária de atividades extraclasse cumpridas na forma de reunião coletivas, mas também em relação à carga horária que o servidor precisa cumprir dentro do ambiente escolar ou em local por ela autorizado com propósitos de formação continuada. As legislações, citadas anteriormente, além de normatizarem o cumprimento da carga horária referente às atividades extraclasse para os professores de Educação Básica, trazem ricas informações acerca da competência do diretor escolar no que se refere ao cumprimento dessa carga horária.

Compete, pois, a cada Diretor Escolar garantir o cumprimento efetivo dessas atividades, considerando sua importância para o crescimento profissional de sua equipe e o desenvolvimento das ações coletivas indispensáveis ao planejamento e à avaliação, na perspectiva de implementação do Projeto Político-Pedagógico e da construção de uma escola inclusiva, democrática e participativa, que garanta os direitos de aprendizagem a todos os estudantes. (Minas Gerais, 2016, p. 1).

Tal determinação consta nos documentos que regem o funcionamento da Escola Estadual Brighenti Cesare. O Regimento Escolar, de 2022, aborda, entre as competências a serem desempenhadas pela EEB, a função de planejar, organizar e coordenar as reuniões coletivas e determina a participação de todos os professores em tais reuniões. O Projeto Político Pedagógico (PPP) contribui ao indicar que:

Nas reuniões a escola aborda as seguintes temáticas: análise e busca de soluções para os problemas de aprendizagem e rendimento escolar, os critérios e procedimentos de avaliação dos alunos, acompanhamento das ações do Projeto Político Pedagógico da escola, reflexão e busca de soluções para problemas disciplinares ou de relacionamentos interpessoais, compartilhamento de experiências bem-sucedidas relativas ao currículo entre os professores, análise de indicadores de desempenho da escola e reflexão sobre fatores intervenientes, intra e extraescolares nas avaliações externas, aprendizagem dos estudantes. (Escola Estadual Brighenti Cesare, 2022, p. 39).

Tem-se um documento orientador, encaminhado recentemente às escolas da Rede Estadual, denominado “Reuniões Pedagógicas: atividades extraclasse” que, além de preconizar o aparato legal, mencionado nesta pesquisa, reforça a formação continuada como pauta nas escolas estaduais, com temas em consonância com as diretrizes da Rede de Ensino e o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) para todas as etapas de ensino (Minas Gerais, 2022). Reforça-se a concepção de formação continuada para a SEE: “A formação continuada é um processo constante de aperfeiçoamento do fazer pedagógico e as mudanças que acometeram a sociedade nas últimas décadas tornaram-se um fator que intensifica essa necessidade” (Minas Gerais, 2022, p. 6).

Na escola pesquisada, verificou-se que as reuniões coletivas são organizadas pela direção da escola e especialistas, contando com a participação de todos os docentes, incluindo o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais; professores de atendimento educacional especializado (apoio) e professor eventual. As informações tratadas nos momentos destinados às reuniões coletivas são estabelecidas pela equipe gestora (direção e especialistas), por meio de uma pauta com uma breve síntese dos assuntos a serem abordados e que são entregues ao início de cada encontro.

Considerando todas as normativas necessárias para o cumprimento da carga horária destinada às atividades extraclasse, na escola pesquisada, observa-se que

as reuniões coletivas acontecem seguindo a legislação vigente e exatamente 50% dos professores frequentam capacitações e formação continuada dentro da carga horária destinada às atividades extraclasse. Evidencia-se, dessa forma, que os momentos destinados às atividades extraclasse podem ser explorados e utilizados como um rico momento de formação, articulação de temas relevantes, contribuindo para a prática pedagógica de uma equipe, apesar de ser possível observar toda a organização empreendida pela gestão escolar da Escola Estadual Brighenti Cesare.

Para analisar as pautas das reuniões coletivas, consideraram-se temas administrativos e/ou institucionais, abrangendo demandas da SEE/SRE, informações e procedimentos gerais da escola. No âmbito pedagógico, incluem-se assuntos relacionados à organização do ano letivo, avaliações, preenchimento do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), ações de intervenção pedagógica e outras iniciativas essenciais para o bom desenvolvimento das atividades pedagógicas. Além disso, identificou-se momentos dedicados ao planejamento coletivo, durante as reuniões.

A seguir, o quadro 2 apresenta os principais temas abordados mensalmente durante as reuniões coletivas da escola no ano de 2022 .

Quadro 2 - Análise dos temas abordados em reuniões coletivas da Escola Estadual Brighenti Cesare, em 2022

Data	Tema/atividade		
	Administrativos e/ou institucionais	Pedagógicos	Planejamento
Fevereiro	x	x	
Março	x		
Abril	x	x	x
Maio	x	x	
Junho	x	x	
Julho	x	x	
Agosto	x	x	x
Setembro	x	x	
Outubro	x		
Novembro	x	x	

Fonte: A autora (2025)

Os assuntos abordados de forma detalhada durante as reuniões coletivas no ano de 2022 considerando o tema/atividade citados no quadro anterior constam no anexo II.

Ao analisar as pautas planejadas para as reuniões coletivas, observa-se que todos os assuntos abordados são apresentados de forma organizada, de acordo com os temas ou atividades discutidas durante os momentos coletivos, contudo, nas informações coletadas no ano de 2022, evidencia-se que os momentos coletivos se restringem às discussões e repasses de cunho administrativos e/ou institucionais nas 20 reuniões, realizadas durante o ano. Ressalta-se que 18 reuniões trouxeram como tema assuntos com abordagens pedagógicas que englobam ações destinadas à organização do cotidiano escolar, avaliações internas ou externas, bem como demandas específicas advindas das SEE-MG.

Considerando o total de reuniões realizadas na escola em 2022, constata-se que apenas 2 delas (19/04 e 23/08) foram destinadas a momentos voltados a ações de planejamento pedagógico, ambas com o objetivo de elaboração de planejamento direcionados para as intervenções pedagógicas, uma ação específica e organizada com a finalidade de retomar habilidades ainda não alcançadas pelos alunos por ano de escolaridade. É notória, portanto, a carência de momentos destinados ao planejamento coletivo, reflexões, rodas de conversa e estudos voltados a ações para o desenvolvimento do profissional do docente.

Diante das evidências encontradas, a motivação para o caso de gestão surgiu do fato de acompanhar o cumprimento da carga horária de atividades extraclasse, ao observar que, apesar de toda a organização empreendida pela gestão escolar, para que seja cumprida seguindo as normativas vigentes, a equipe encontra dificuldades para implementar e fomentar a realização de ações voltadas à capacitação e formação continuada de seus profissionais no ambiente escolar.

Dessa forma, o próximo capítulo abordará a formação continuada sob a perspectiva teórica, apresentará o percurso metodológico adotado e, por fim, trará a análise dos dados coletados ao longo da pesquisa.

3 AS ATIVIDADES EXTRACLASSE E A FORMAÇÃO DOCENTE: DISCUSSÃO TEÓRICA E PESQUISA DE CAMPO

Neste capítulo, estruturado em duas seções, são abordados aspectos importantes desta pesquisa. Na primeira, de forma mais ampla, são discutidos aspectos relacionados à formação docente, relacionando-a como uma ação do cotidiano da profissão docente a ser desenvolvida dentro de sua jornada de trabalho. Na segunda seção, é apresentada a metodologia utilizada, apresentando os dados investigados e a análise destes, destacando os desafios e dificuldades enfrentados pela gestão escolar no que diz respeito às necessidades de formação continuada dos professores, dentro de sua jornada de trabalho.

3.1 DISCUTINDO A FORMAÇÃO CONTINUADA

Nesta seção, são explorados aspectos acerca da formação continuada de professores, enquanto ação a ser desenvolvida no ambiente escolar, baseando-se nas perspectivas de estudiosos da área.

As propostas de formação continuada para docentes vêm sendo discutidas amplamente nos últimos anos, tratando-se de uma inquietação, tanto para o poder público, como para pesquisadores e estudiosos da educação (Gatti, 2017). Nesse contexto, a educação continuada atravessa o panorama educacional com o objetivo de aprimorar a excelência do ensino fornecido nas instituições de ensino do Brasil. Isso se justifica pelo fato de que é na escola que os estudantes buscam aprimorar seus conhecimentos em temas estruturados ao longo da história da humanidade, fundamentais para seu desenvolvimento e humanização. Além disso, a formação continuada visa preparar os educadores para enfrentar os desafios presentes no cenário educacional contemporâneo.

Acredita-se, dessa forma, que a formação inicial é fundamental na preparação do profissional que atuará nos ambientes escolares, porém não pode ser considerada como uma etapa única, uma vez que os desafios inerentes à complexidade da profissão docente exigem um aperfeiçoamento contínuo ao longo da carreira, sendo necessário que o docente esteja em constante desenvolvimento profissional para enfrentá-los.

A formação profissional não se finaliza com a conclusão do curso de licenciatura, é contínua e se desdobra por meio de cursos posteriores, estudos e discussões que são promovidos dentro da escola, em colaboração com os colegas. Compreendendo que a formação continuada vai além do simples cumprimento das atividades extracurriculares, identifica-se por englobar o crescimento profissional dentro da equipe por meio das trocas e momentos de reflexão entre os profissionais da escola.

Corroborando esse pensamento, Tardif (2005) ressalta que a aprendizagem perpassa por uma escolarização relativamente longa, em que se fornecem conhecimentos teóricos e técnicos necessários para a execução da função, mas no caso dos profissionais do magistério, no processo de formação, o indivíduo também aprende por meio das rotinas e práticas do trabalho do próprio ambiente laboral; dessa maneira, a formação continuada assume um papel essencial ao instigar o professor a refletir sobre seu próprio trabalho, promovendo seu desenvolvimento profissional, ao longo da carreira.

Sobre essa reflexão, Freire (1991 *apud* Flóride; Steinle, 2019) contribui, ao afirmar que “ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma como educador, permanente, na prática e na reflexão da prática” (Freire, 1991, p. 589 *apud* Flóride; Steinle, 2019). Sobre isso, Tardif (2005, p. 64) ainda complementa que “(...) o saber profissional está de um certo modo, na confluência entre várias fontes de saberes provenientes da história individual, da sociedade, da instituição escolar, dos outros atores educativos, dos lugares de formação, etc”.

Isso posto, pondera-se que a formação continuada se manifesta na capacidade do professor em refletir sobre seu próprio desempenho, buscando uma formação em constante evolução. A escola, seja no âmbito individual ou coletivo, constitui-se como um cenário em que a interação entre os agentes do processo educativo acontece de forma mais significativa.

Sobre essa perspectiva, Nóvoa (2014, p. 228) destaca que “é no trabalho de reflexão individual ou coletiva que os professores encontrarão os meios necessários ao desenvolvimento profissional”. Essa citação ilustra a importância da reflexão, tanto individual quanto coletiva, sobre a prática como um componente essencial para o desenvolvimento profissional, uma ação que pode acontecer durante as reuniões coletivas, por meio da organização de ações da gestão escolar em que os

profissionais encontrarão os recursos necessários para aprimorar suas habilidades e competências por meio desse processo reflexivo.

Ambas as formas de reflexão a serem propostas no âmbito das reuniões coletivas, que fazem parte da carga horária destinada às atividades extraclasse, são percebidas como meios fundamentais para os profissionais atingirem seu potencial e se adaptarem às demandas em constante evolução de suas respectivas áreas. Esse processo contínuo de análise crítica e aprendizado mútuo contribui significativamente para o desenvolvimento profissional, ao longo do tempo. Nessa perspectiva, observa-se, por meio do exposto na seção anterior, que a escola pesquisada carece de momentos destinados à reflexão coletiva do trabalho pedagógico, porém limita-se a reuniões pautadas por demandas administrativas e organizacionais.

A alocação de tempo para a realização de atividades extraclasse na Escola Estadual Brighenti Cesare surge como um período propício para a promoção da reflexão, tanto de forma individual quanto colaborativa, dentro da equipe. Esses momentos podem ser dedicados à análise aprofundada e à compreensão do ambiente escolar, permitindo a identificação de áreas passíveis de aprimoramento. Acerca deles, Tardif (2005) acrescenta que os professores, com frequência, tendem a incorporar os valores do grupo, compartilhar suas experiências profissionais com outros membros e trocar conhecimentos, transformando-se em membros que estão intimamente familiarizados com a cultura de sua profissão.

Considerando a escola como um espaço de interação entre indivíduos, seja de maneira individual ou coletiva, junto ao mundo do conhecimento, os professores assumem, nesse contexto, uma responsabilidade crucial de mediar as relações que se desenvolvem na construção do saber. Sobre isso, Alvarado-Prada; Freitas e Freitas (2010, p. 380) ressaltam que “esta situação cotidiana e complexa requer dos professores uma preparação que implica ter uma base de conhecimentos para aprender continuamente e, por sua vez, mediar aprendizagens por parte dos alunos”.

A contribuição dos autores supracitados enfatiza o quão é essencial uma sólida compreensão dos conteúdos específicos por parte dos professores, uma base que enriquece o processo de aprendizagem. Para tanto, a preparação dos professores requer habilidade em aprender continuamente, assim a natureza dinâmica do ambiente educacional exige dos educadores uma disposição constante

para aprender e se adaptar. Isso envolve não apenas a atualização regular de informações relacionadas às suas áreas de atuação, mas também a busca por novas abordagens pedagógicas, tecnologias educacionais e estratégias de engajamento dos alunos. A formação continuada torna-se, logo, uma ferramenta fundamental para enfrentar os desafios em constante evolução no campo da educação.

O ato de mediar, de forma coletiva, o processo de aprendizagem dos alunos no espaço escolar resulta no desenvolvimento permanente da aprendizagem por parte dos mediadores, ou seja, os professores, por isso a preparação abrangente dos docentes não apenas os prepara para lidar com a diversidade de desafios que enfrentam diariamente, mas para serem facilitadores eficazes do desenvolvimento cognitivo, emocional e social de seus alunos. Essa abordagem contribui para a formação de indivíduos mais bem preparados, criativos e adaptáveis, preparando-os para os cenários complexos que enfrentarão ao longo de suas vidas, pois o ambiente escolar é um espaço de constante formação e aprendizagem que se constrói por meio das relações que acontecem no dia a dia (Alvarado-Prada, 2010).

A alocação da carga horária destinada às atividades extraclasse, realizada de forma coletiva, revela-se como um momento estratégico e oportuno para a reflexão e aprimoramento do corpo docente, um momento a ser explorado pela gestão escolar. De forma colaborativa, as reuniões coletivas devem ser destinadas à reflexão conjunta de práticas pedagógicas, ao estabelecimento de novas metodologias e a momentos de formação e crescimento profissional.

Em relação a esse ponto de vista, Diniz-Pereira e Soares (2019) complementam que a profissão docente é descrita por sua complexidade, envolvendo tanto o conhecimento teórico quanto o prático, e é frequentemente marcada pela incerteza e brevidade das ações. Considerando as incertezas que caracterizam a profissão docente, os educadores precisam lidar com variáveis imprevisíveis, como as diferentes necessidades de aprendizagem dos alunos, dinâmicas de sala de aula em constante mudança e desafios socioemocionais, dessa maneira o profissional docente necessita constantemente realizar uma reflexão e questionar sua prática pedagógica, estendendo-a para além do ambiente físico da escola e, por consequência, fazê-la assemelhar-se ao cenário e mudanças globais ao buscar compreender e aprimorar sua própria atuação, tendo em vista as

mudanças educacionais e sociais por meio de pesquisas dentro de sua atuação profissional.

A atividade docente está intimamente ligada à sua história de vida, principalmente à sua socialização enquanto aluno, mas também a seu desenvolvimento como profissional, que é fortemente influenciado pelas particularidades do aluno e pelo contexto em que vive, considerando suas necessidades individuais (Tardif, 2005). Nessa perspectiva, compreende-se que é por meio das investigações conduzidas pelo professor em sua área de atuação que ele consegue efetivar transformações na realidade na qual está inserido. Faz-se essencial “pensar e fazer a formação de professores... [considerando] os porquês, o para quê e o para quem ela é realizada” (Gatti, 2017, p. 722), o que nos aponta para a reflexão sobre a necessidade da formação docente, desde sua formação inicial até a formação continuada nos ambientes escolares.

A formação continuada é um constante processo de aprendizagem desenvolvido individual ou coletivamente, pautado na compreensão do contexto escolar que deve fazer parte das tarefas desenvolvidas pelos professores pois são momentos a serem executados dentro da carga horária destinada às atividades extraclasse, que transcendem a execução de tarefas meramente administrativas e organizacionais, para propor a conversão em um espaço dinâmico e enriquecedor, pautado na reflexão, no aprimoramento e no fortalecimento da equipe pedagógica que resultará, assim, em benefícios significativos para a qualidade do ensino oferecido pela escola.

O tempo designado para as atividades extraclasse, enquanto reuniões coletivas, é uma excelente oportunidade para os professores se envolverem em atividades de formação continuada. Durante esse período, os educadores se dedicam às atividades relacionadas ao processo de aprendizagem e desenvolvimento profissional que ocorrem ao longo da carreira. Essa prática visa aprimorar as habilidades pedagógicas, atualizar conhecimentos, incorporar novas metodologias e promover a reflexão sobre práticas educacionais.

Além disso, o horário destinado às atividades extraclasse propõe um espaço para a colaboração entre professores, possibilitando a troca de experiências e práticas bem-sucedidas. Esse compartilhamento de conhecimento entre pares é uma parte valiosa da formação continuada, pois promove um ambiente de aprendizagem colaborativo e incentiva a construção de uma comunidade

educacional mais forte, contudo é importante que as instituições educacionais e professores se apropriem com eficiência desse tempo para fomentar atividades voltadas à formação continuada e organizem um ambiente favorável para que os professores possam se engajar nessas atividades.

Nesse seguimento, por meio da proposta trazida por essa pesquisa, defende-se que o professor, em parceria com a escola, pode desenvolver atividades voltadas à sua capacitação profissional, considerando que a formação continuada é uma ferramenta para auxiliar o docente em sua autorreflexão, na promoção de novas estratégias para sua prática pedagógica, bem como no seu crescimento individual e profissional. Além de ser uma trajetória repleta de oportunidades para construir conceitos e estabelecer relações entre conhecimentos teóricos e práticos.

Flóride e Steinle (2019, p.11) corroboram ao dizer que

através de leitura, de reflexão e avaliação de suas práticas pedagógicas, o professor individualmente e principalmente através do trabalho coletivo como, grupo de estudos, realizado na hora atividade e/ou em outros momentos definidos por toda a comunidade escolar, possa ter a oportunidade de (re) organizar sua prática docente a partir do exercício da ação-reflexão-ação, valorizando a sua prática docente como uma possibilidade de êxito para aplicar criativamente a racionalidade técnica obtida no processo de aquisição de competências escolares. (Flóride; Steinle, 2019, p. 11).

A construção de conhecimento, a partir das práticas cotidianas dos docentes, representa um modelo de formação continuada, pois, viabiliza a reflexão e a assimilação da realidade que os indivíduos vivenciam e interpretam.

Sobre a formação contínua dos educadores, a partir de suas experiências diárias, Alvarado-Prada (2010, p. 370) oferece uma contribuição significativa ao afirmar que

os docentes em exercício constroem novos conhecimentos, ideias e práticas, pois é a partir daquilo que já possuem e sabem que continuam seu desenvolvimento. A construção da formação docente envolve toda a trajetória de profissionais, suas concepções de vida, de sociedade, de escola, de educação, seus interesses, necessidades, habilidades e também seus medos, dificuldades e limitações. (Alvarado-Prada, 2010, p. 370).

Os professores têm a oportunidade de desenvolver-se de maneira contínua por meio da interpretação do mundo no exercício de sua profissão, nas concepções

que possuem sobre a vida, a sociedade, a educação, a escola, as teorias e as experiências diversas. Em outras palavras, as teorias da educação não são soluções pré-determinadas aplicadas como receitas na sala de aula para a resolução de problemas.

Essa flexibilidade na abordagem teórica permite que os professores incorporem novas perspectivas e metodologias à sua prática, promovendo uma constante atualização e enriquecimento profissional. Ao se manterem abertos a diferentes abordagens, os educadores fortalecem sua capacidade de enfrentar desafios contemporâneos, como a diversidade de alunos, a tecnologia em sala de aula e as mudanças sociais.

Os desafios que os educadores enfrentam no ambiente escolar constituem uma realidade complexa e multifacetada, exigindo habilidades e estratégias adaptativas para proporcionar uma educação de qualidade. Dessa maneira, a formação continuada é um instrumento necessário para mitigar esses desafios, oferecendo aos professores oportunidades contínuas de aprendizado e desenvolvimento profissional. Sobre a formação continuada, Alvarado-Prado (2010) contribui ao mencionar que

a formação continuada de professores sempre esteve ligada à formação de professores no sentido de atualizar ou de manter a educação permanente que permitisse passar para os alunos aqueles conhecimentos científicos atualizados. (Alvarado-Prado 2010, p. 372).

Destaca-se que a formação continuada vai muito além de atualização de conhecimentos, ela precisa proporcionar a autorreflexão do docente, promovendo contribuições significativas para sua prática pedagógica e para as dificuldades enfrentadas pela escola, além de favorecer o crescimento individual e profissional.

Flóride e Steinle (2019, p. 5) ponderam que “a formação continuada é voltada para o profissional que está inserido em um contexto profissional sócio-histórico, e tem como finalidade mediar o conhecimento socialmente acumulado em uma perspectiva transformadora da realidade”. Nessa perspectiva, acredita-se que a formação continuada desempenha um papel central na busca pelo aprimoramento profissional. Sua função primordial ultrapassa mera atualização de conhecimentos, assemelha-se a uma jornada de autodescoberta e análise, na qual, o docente,

munido de um diagnóstico preciso, é capaz de intervir de maneira estratégica para alcançar resultados mais significativos em sua vida pessoal e profissional.

Nessa perspectiva, Flóride e Steinle (2019) trazem algumas contribuições oferecidas pela formação em serviço ao ambiente escolar:

- Nas estratégias de formação em serviço, os professores constituem-se em sujeitos do próprio processo de conhecimento onde ora são professores 'ensinantes' ora professores 'aprendentes';
- Esta modalidade de formação, por estar mais centrada no espaço escolar acaba oferecendo ao professor plena autonomia, decorrência natural da condição de sujeito do próprio conhecimento;
- Por estar centrada nos reais problemas da escola, a probabilidade de adesão e de comprometimento coletivo, com certeza, será maior; [...]. (Flóride; Steinle, 2019, p. 11-12).

Entende-se a importância de os professores dominarem novos recursos pedagógicos que se adequem à realidade de seus alunos, repensando métodos de ensino diante de um público que, a cada dia, busca uma abordagem mais dinâmica e menos tradicional no processo de aprendizagem. Para tal, a formação continuada surge como uma valiosa oportunidade para o desenvolvimento profissional, no entanto, observa-se que a carga horária destinada às atividades extraclasse, embora designada às atividades de formação continuada, muitas vezes, não é utilizada de maneira eficaz ou voltada para questões relevantes à experiência do professor.

Pensando no contexto profissional, o tempo dedicado aos estudos, ao planejamento e à avaliação constitui uma parcela importante da carga horária do professor, representando uma experiência essencial para a efetividade de sua atuação. Essas atividades não apenas complementam a rotina docente, mas desempenham um papel crucial na melhoria contínua das práticas pedagógicas. Ao reservar tempo para a formação continuada, elaboração de planos de aula e avaliação de desempenho, o professor não apenas aprimora suas habilidades, enriquece a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para um ambiente educacional mais eficiente e impactante.

Sob essa perspectiva da formação de professores, Gatti (2017, p.14) reforça que

Refletir sobre a formação de professores e construir caminhos que viabilizem a transformação do cenário atual das ações educacionais que se concretizam nas salas de aula na educação básica, demanda

levar em conta a interação e a intersecção de múltiplas condições, intrínsecas a essa formação (...) tendo no horizonte as lutas por dignidade social por parte de vários segmentos populacionais, e a meta de se conseguir equidade quanto ao usufruto de bens sociais e educacionais. (Gatti, 2017, p.14).

A formação continuada de docentes é um pilar fundamental para o aprimoramento da qualidade da educação, preparando os professores para enfrentarem os desafios contemporâneos, inovarem em suas práticas e proporcionarem experiências educacionais mais enriquecedoras e eficazes para os estudantes.

Em síntese, nesta seção, foi abordado o quanto a formação continuada de professores é imprescindível para a melhoria da qualidade do ensino. Professores em contínuo processo de aprimoramento profissional estão mais preparados para lidar com as demandas de um ambiente de aprendizagem em constante evolução. Além disso, a formação continuada auxilia na adaptação de novas metodologias, tecnologias educacionais e no atendimento às necessidades específicas dos alunos, incluindo aqueles com deficiências e de diferentes origens culturais. Na próxima seção, é apresentado o percurso metodológico adotado na pesquisa.

3.2 METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta seção tem por objetivo apresentar e justificar os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento desta pesquisa. A definição da metodologia está diretamente relacionada à natureza do problema investigado, aos objetivos propostos e à abordagem teórica que sustenta o estudo.

Eiterer e Medeiros (2010, p. 11), definem que “a metodologia é que confere cientificidade ao procedimento da pesquisa”, uma vez que existem diversas abordagens metodológicas disponíveis para a realização da coleta de dados e a seleção da metodologia empregada está diretamente vinculada à área específica em que a pesquisa se concentra.

Ao delinear a abordagem metodológica da pesquisa, é relevante recordar a questão central que orienta a discussão conduzida aqui: “de que maneira a gestão escolar poderia acompanhar e propor a formação continuada a seu corpo docente dentro da sua carga horária destinada às atividades extraclasse?”.

Na tentativa de responder à questão, adotou-se a metodologia qualitativa, que tem sido amplamente empregada no âmbito educacional, visto que possibilita uma análise mais aprofundada, a partir de situações singulares. Por meio da abordagem qualitativa, é viável explorar profundamente as informações, interpretar os significados e descrever processos culturais ou institucionais (Eiterer e Medeiros, 2010).

Complementando essa percepção, Ludke e André (1986, p.11) versam que “a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada”, buscando uma compreensão profunda e contextualizada por meio da imersão e interação direta com os participantes e o contexto em questão. O pesquisador almeja capturar as nuances e os detalhes que surgem dessa interação, permitindo uma análise mais rica e detalhada da realidade investigada, o que possibilita uma compreensão ampliada dos aspectos subjetivos e complexos inerentes à realidade pesquisada.

Na pesquisa qualitativa, o ambiente natural é a principal fonte de dados, enquanto o pesquisador atua como o principal instrumento (Creswell, 2007) e, nesse cenário, pressupõe-se que as percepções do pesquisador, bem como suas interpretações e interações com o campo de pesquisa são fundamentais para o processo investigativo.

Nessa mesma direção, Minayo (1994) apresenta a seguinte colaboração acerca da pesquisa qualitativa, ao mencionar que esse tipo de pesquisa:

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 1994, p. 22).

Considerando que a pesquisa qualitativa implica na aquisição de dados descritivos por meio da interação direta do pesquisador com a situação investigada, capturando a perspectiva dos participantes, optou-se por empregar essa abordagem neste caso de gestão, visto que viabiliza a descoberta de novos conhecimentos e contribui para o desenvolvimento da percepção do pesquisador.

Diante do caso de gestão apresentado nesta pesquisa: as dificuldades enfrentadas pela equipe gestora no acompanhamento e na promoção de formação continuada, dentro do tempo dedicado às atividades extraclasse, foi selecionada

como norteadora para o método de coleta de dados a análise documental ou, ainda, a pesquisa documental, caracterizada por Ludke e André (1986) como uma técnica adequada para a abordagem de dados qualitativos, sendo particularmente útil para explorar novos aspectos de um tema ou problema.

De acordo com Phillips (1974, p. 187 *apud* Ludke e André, 1986, p. 38), “são considerados documentos quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”. Por sua vez, Eiterer e Medeiros (2010) destacam como fontes de pesquisa documental diversos materiais, como: textos, fotografias, pinturas, áudios e vídeos, além de leis, normas, memorandos, diários pessoais, jornais e revistas. Os pesquisadores mencionam documentos escolares, como diários de classe, atas de reuniões, planos de aula e o PPP. Para esta pesquisa, optou-se pela análise documental por meio das atas de reuniões coletivas realizadas na escola, pois registram, de maneira sistemática, a organização e as discussões ocorridas no contexto institucional, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas e processos internos.

A análise documental apresenta um conjunto de vantagens e limitações que devem ser cuidadosamente consideradas no desenvolvimento de uma pesquisa. Entre os benefícios, destaca-se o baixo custo e maior rapidez na obtenção de dados de documentos, visto que o uso da análise documental requer “apenas investimento de tempo e atenção por parte do investigador para selecionar e analisar os mais relevantes” (Ludke e André, 1986, p.39).

Sobre as vantagens, salienta-se a possibilidade de acesso a uma extensa gama de informações consolidadas, o que pode fornecer uma visão histórica ou contextual aprofundada. Acrescenta-se que os documentos são considerados uma fonte consistente e rica de informações, por sua durabilidade ao longo do tempo, podem ser revisados diversas vezes e utilizados como referência para variadas pesquisas e representam uma base valiosa de onde se podem extrair evidências que embasarão as afirmações e conclusões do pesquisador (Ludke e André, 1986).

No entanto, apresenta desafios e limitações, como a possível obsolescência dos documentos utilizados. Nesse contexto, Eiterer e Medeiros (2010) destacam que os documentos não são neutros e não conseguem retratar plenamente a ocorrência investigada, o que agrava a dificuldade em avaliar a confiabilidade das fontes e há o risco de que os documentos carreguem uma visão ideológica, refletindo mais a perspectiva dos autores originais do que uma representação objetiva da realidade.

É essencial que o pesquisador dedique sua atenção a essas questões, ponderando sobre os benefícios e as limitações, a fim de garantir a validação da pesquisa. Diante disso, para a pesquisa em questão, optou-se pela análise documental dividida em três etapas.

Em uma primeira etapa, realizou-se uma pesquisa documental baseada nas legislações nacionais e estaduais, com o objetivo de verificar a aplicabilidade das mesmas e os avanços obtidos ao longo dos últimos anos, em relação à carga horária destinada às atividades extraclasse dos professores, o que culminou na valorização docente. Como marcos significativos desse processo, destacam-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) e a Lei do Piso, mencionadas no capítulo 2. Em consonância com a realidade mineira, podem ser citadas as legislações estaduais, como: a Lei 6.277/73, a Lei 15.293/2004 e a Resolução 46.125/2013, entre outras, também abordadas no Capítulo 2.

Na segunda etapa da pesquisa documental, foram analisados os dados da escola, disponíveis nos sistemas Simade e Simave, além dos dados funcionais dos servidores, com ênfase no corpo docente e foram examinadas as pautas das reuniões coletivas realizadas em 2022.

Por fim, optou-se por uma análise detalhada das pautas de reuniões coletivas do ano de 2023, estabelecendo um comparativo com as atas de reuniões coletivas do ano de 2022, previamente vistas nesta pesquisa.

A análise foi pautada considerando não apenas os aspectos administrativos e institucionais, mas também os pedagógicos, com o objetivo de fornecer uma compreensão abrangente e integrada das múltiplas dinâmicas que impactam o desenvolvimento das reuniões coletivas na escola pesquisada. Essa abordagem permitiu identificar se há momentos destinados à formação continuada da equipe escolar dentro da carga horária designada para as atividades extraclasse.

Após detalhar minuciosamente o caminho metodológico adotado nesta pesquisa, é crucial afirmar o compromisso com os padrões éticos, garantindo o sigilo da identidade dos participantes. Almeja-se que a pesquisa proporcione à equipe gestora da Escola Estadual Brighenti Cesare subsídios para desenvolver ações direcionadas à formação continuada de seus docentes, durante o cumprimento da carga horária destinada às atividades extraclasse.

3.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Esta seção tem como objetivo trazer a análise dos temas abordados durante as reuniões coletivas da Escola Estadual Brighenti Cesare, ao longo de 2023. Em seguida, será realizada uma análise comparativa entre as diretrizes referentes aos anos de 2022 e 2023, organizadas sob os eixos administrativo, pedagógico, planejamento e formação.

3.3.1 Análise dos temas abordados durante reuniões coletivas no ano de 2023

As datas das reuniões coletivas do ano de 2023 são apresentadas aos docentes no primeiro dia escolar do ano letivo, já que estão elencadas no calendário escolar.

Quadro 3 – Dias Módulo II determinados no Calendário Escolar – 2023

Mês	Dias previstos no calendário
Fevereiro	14 e 28
Março	14 e 28
Abril	11 e 18
Maio	02 e 23
Junho	13 e 27
Julho	04
Agosto	01 e 22
Setembro	12 e 26
Outubro	17
Novembro	14 e 28
Dezembro	12

Fonte: Elaborado pela autora, conforme Calendário Escolar (2023)

De acordo com o calendário escolar do ano de 2023, estavam previstas 19 reuniões coletivas, constatando-se, por meio das pautas, que todas foram realizadas, porém algumas delas tiveram suas datas alteradas.

A reunião prevista para o dia 02 de maio aconteceu no dia 09 do mesmo mês; a que estava prevista para o dia 01 de agosto aconteceu no dia 08; a reunião

do dia 17 de outubro foi transferida para o dia 24 e, por fim, a reunião referente ao dia 14 de novembro ocorreu no dia 23, conforme se pode verificar no Quadro 4, a seguir. Não foi possível encontrar informações que justificassem a alteração de datas.

Tendo definidas, então, as datas em que ocorreram as reuniões de Módulo II, de acordo com o Calendário Escolar 2023, observa-se, no Quadro 4, nas páginas seguintes, os temas abordados nas reuniões coletivas da Escola Estadual Brighenti Cesare, também em 2023.

Quadro 4 - Análise dos temas abordados em reuniões coletivas da Escola Estadual Brighenti Cesare, em 2023

(Continua)

Data	Pauta	Tema/atividade
14/02	Assuntos gerais: disponibilização de documentos no drive compartilhado; acesso ao e-mail institucional; inscrições em projetos externos (Olimpíadas de Matemática e Minas Soletra). Semana escolar de combate à violência contra a mulher, conforme calendário escolar; apresentação do programa de convivência democrática; organização das progressões parciais; organização para aplicação das avaliações diagnósticas.	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos
28/02	Assuntos gerais: disponibilização de documentos no drive compartilhado; acesso ao e-mail institucional; lembretes (organização e funcionamento da rotina escolar); Momento realizado para reunião de pais e/ou responsáveis (apresentação do Informativo E.E. Brighenti Cesare) Aplicação da 1ª avaliação diagnóstica 2023 (organização de aplicação e lançamento das respostas). Aplicação da avaliação de reclassificação Aplicação das avaliações de progressão parcial Semana escolar de combate à violência contra a mulher. Envio de planejamento bimestral para a EEB	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos

(Continuação)

Data	Pauta	Tema/atividade
14/03	Assuntos gerais e lembretes: disponibilização de documentos no <i>drive</i> compartilhado; acesso ao <i>e-mail</i> institucional; lembretes (organização e funcionamento da rotina escolar); unificação dos cabeçalhos de provas, padronização dos comunicados aos pais; apresentação da cota de xerox Apresentação dos documentos norteadores e organização para Conselhos de representantes de turma; Apresentação da Resolução nº 4824/2023 – Plano de recomposição das aprendizagens (PRA) Participação das psicólogas do Núcleo de acolhimento educacional (NAE) Instruções de uso dos equipamentos de informática das salas de aula	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos Formação
28/03	Assuntos gerais e lembretes: disponibilização de documentos no <i>drive</i> compartilhado; acesso ao <i>e-mail</i> institucional; lançamento DED; preenchimento PGDI; lembretes (organização e funcionamento da rotina escolar) e disponibilização e padronização dos cabeçalhos das avaliações. Apresentação da organização para os Simulados e avaliações bimestrais Pontuação a ser distribuída ao longo dos bimestres	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos
11/04	Assuntos gerais e lembretes: disponibilização de documentos no <i>drive</i> compartilhado; acesso ao <i>e-mail</i> institucional; lembretes (organização e funcionamento da rotina escolar);	Administrativos e/ou institucionais

(Continuação)

Data	Pauta	Tema/atividade
11/04	Informação de atividades extraclasse a serem desenvolvidas na escola (dia e horário) Informações sobre Memorando 02/2023 – Prêmio Escola transformação GIDE: sensibilização equipe e definição da ação ver e agir PDI – informações e prazo de entrega Estudo sobre o Conselho de classe	Pedagógicos Formação
18/04	Assuntos gerais e lembretes: disponibilização de documentos no <i>drive</i> compartilhado; acesso ao <i>e-mail</i> institucional; lembretes (organização e funcionamento da rotina escolar); preenchimento SISPATRI e DED Conselho de classe	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos
09/05	Assuntos gerais e lembretes: disponibilização de documentos no <i>drive</i> compartilhado; acesso ao <i>e-mail</i> institucional; lembretes (organização e funcionamento da rotina escolar); preenchimento SISPATRI Informação de atividades extraclasse a serem desenvolvidas na escola (dia e horário) Momento realizado para reunião de pais e/ou responsáveis (entrega de resultados 1º bimestre)	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos
23/05	Assuntos gerais e lembretes: disponibilização de documentos no <i>drive</i> compartilhado; acesso ao <i>e-mail</i> institucional; lembretes (organização e funcionamento da rotina escolar); preenchimento	Administrativos e/ou

(Continuação)

Data	Pauta	Tema/atividade
23/05	SISPATRI Informação de atividades extraclasse a serem desenvolvidas na escola (dia e horário) Organização 2º bimestre Live: Espaço escolar: acolher para viver bem	institucionais Pedagógicos Formação
13/06	Assuntos gerais e lembretes: disponibilização de documentos no <i>drive</i> compartilhado; acesso ao <i>e-mail</i> institucional; lembretes (organização e funcionamento da rotina escolar); preenchimento SISPATRI Informação de atividades extraclasse a serem desenvolvidas na escola (dia e horário) Repasse da organização para a aplicação dos simulados 2º bimestre Repasse da organização das avaliações intermediárias Informe sobre a organização da comemoração julina Apresentação material para escolha do livro didático Anos Iniciais - PNLD objeto 2 Planejamento do sábado letivo – intervenção pedagógica	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos Planejamento
27/06	Assuntos gerais e lembretes: disponibilização de documentos no <i>drive</i> compartilhado; acesso ao <i>e-mail</i> institucional; lembretes (organização e funcionamento da rotina escolar); preenchimento	Administrativos e/ou

(Continuação)

Data	Pauta	Tema/atividade
27/06	SISPATRI Organização de aplicação e lançamento das avaliações intermediárias Divulgação da organização da Comemoração julina	institucionais Pedagógicos
04/07	Assuntos gerais e lembretes: disponibilização de documentos no <i>drive</i> compartilhado; acesso ao <i>e-mail</i> institucional; lembretes (organização e funcionamento da rotina escolar). Avaliação dos pontos positivos e negativos da comemoração julina Organização do 3º bimestre Entrega dos planejamentos referentes ao 3º bimestre Conselho de classe	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos
08/08	Assuntos gerais e lembretes: disponibilização de documentos no <i>drive</i> compartilhado; acesso ao <i>e-mail</i> institucional; lembretes (organização e funcionamento da rotina escolar); preenchimento PGDI Informes sobre avaliações externas - PROALFA/PROEB e SAEB Apresentação material para escolha do livro didático Anos Finais - PNLD objeto 1 Momento realizado para reunião de pais e/ou responsáveis (entrega de resultados 2º bimestre)	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos
22/08	Assuntos gerais e lembretes: disponibilização de documentos no <i>drive</i> compartilhado; acesso ao <i>e-mail</i> institucional; lembretes (organização e funcionamento da rotina escolar) Apresentação programa Minas Soletra	Administrativos e/ou institucionais

(Continuação)

Data	Pauta	Tema/atividade
22/08	Escolha do livro didático Anos Finais - PNLD objeto 1 Avaliações externas: apresentação e análise dos resultados de 2022 e estudo das diretrizes para 2023; Repasse da organização da aplicação dos simulados 3º bimestre Planejamento atividades sábado letivo	Pedagógicos Planejamento
12/09	Assuntos gerais e lembretes: disponibilização de documentos no <i>drive</i> compartilhado; acesso ao <i>e-mail</i> institucional; lembretes (organização e funcionamento da rotina escolar); e lançamentos do DED Organização de aplicação dos simulados e avaliações bimestrais Informes de visitas programadas da SRE (equipe PRA e NAE) Informe dos prazos para entrega do PDI e planejamento 4º bimestre Minas Soletre: apresentação do programa Planejamento sábado letivo e semana da criança	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos Planejamento
26/09	Assuntos gerais e lembretes: disponibilização de documentos no <i>drive</i> compartilhado; acesso ao <i>e-mail</i> institucional; lembretes (organização e funcionamento da rotina escolar); e lançamentos do DED Informe dos prazos para entrega do PDI e planejamento 4º bimestre Conselho de classe	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos

(Continuação)

Data	Pauta	Tema/atividade
26/09	Assuntos gerais e lembretes: disponibilização de documentos no <i>drive</i> compartilhado; acesso ao <i>e-mail</i> institucional; lembretes (organização e funcionamento da rotina escolar); e lançamentos do DED Informe dos prazos para entrega do PDI e planejamento 4º bimestre Conselho de classe	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos
24/10	Assuntos gerais e lembretes: disponibilização de documentos no <i>drive</i> compartilhado; acesso ao <i>e-mail</i> institucional; lembretes (organização e funcionamento da rotina escolar); Apresentação do calendário de aplicação das avaliações externas Informação de atividades extraclasse a serem desenvolvidas na escola (dia e horário) Momento realizado para reunião de pais e/ou responsáveis (entrega de resultados 3º bimestre)	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos
23/11	Assuntos gerais e lembretes: disponibilização de documentos no <i>drive</i> compartilhado; acesso ao <i>e-mail</i> institucional; lembretes (organização e funcionamento da rotina escolar); atribuição de turmas e aulas para 2024 Apresentação do calendário de aplicação das avaliações externas e turmas a serem avaliadas; Informes sobre simulados 4º bimestres	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos
28/11	Assuntos gerais e lembretes: disponibilização de documentos no <i>drive</i> compartilhado; acesso ao <i>e-mail</i> institucional; lembretes (organização e funcionamento da rotina escolar);	Administrativos e/ou

(Conclusão)

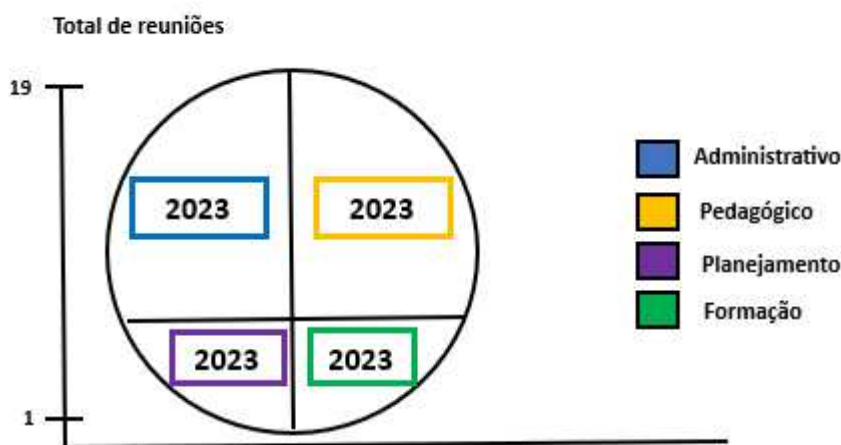
Data	Pauta	Tema/atividade
28/11	Apresentação do calendário de reposições às paralisações. Organização da semana de avaliações Pré conselho de classe	institucionais Pedagógicos
12/12	Assuntos gerais e lembretes: disponibilização de documentos no <i>drive</i> compartilhado; acesso ao <i>e-mail</i> institucional; lembretes (organização e funcionamento da rotina escolar); Conselho de Classe	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A partir das pautas analisadas, durante as reuniões coletivas realizadas no ano de 2023, constata-se que os assuntos abordados são apresentados de forma sistematizada e organizada, o que contribui para uma condução eficiente dos encontros. A estrutura das pautas segue uma organização lógica, permitindo clareza na apresentação dos temas e na definição de prioridades.

A análise das pautas das 19 reuniões coletivas, realizadas ao longo de 2023, estão registradas, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Análise das pautas das 19 reuniões coletivas de 2023



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Através do gráfico revela-se que, em 100% dos encontros, os temas discutidos foram predominantemente de cunho administrativo e/ou institucional. Essa constatação evidencia um direcionamento claro das reuniões para o tratamento de questões organizacionais, como repasses de informações e orientações gerais, em detrimento de debates pedagógicos ou formativos. Embora a organização sistematizada das pautas tenha garantido fluidez e clareza na condução das reuniões, observa-se uma ênfase maior nas demandas administrativas, o que limita o espaço para reflexões sobre a prática docente e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas no âmbito da formação continuada.

Todas as 19 reuniões coletivas contemplaram discussões relacionadas a temas pedagógicos que envolvem ações voltadas à organização do cotidiano escolar, avaliações internas e externas, bem como a programas e demandas específicas advindas da SEE-MG. Essas pautas refletem uma preocupação

recorrente com a gestão pedagógica e institucional, integrando aspectos essenciais para o funcionamento das escolas.

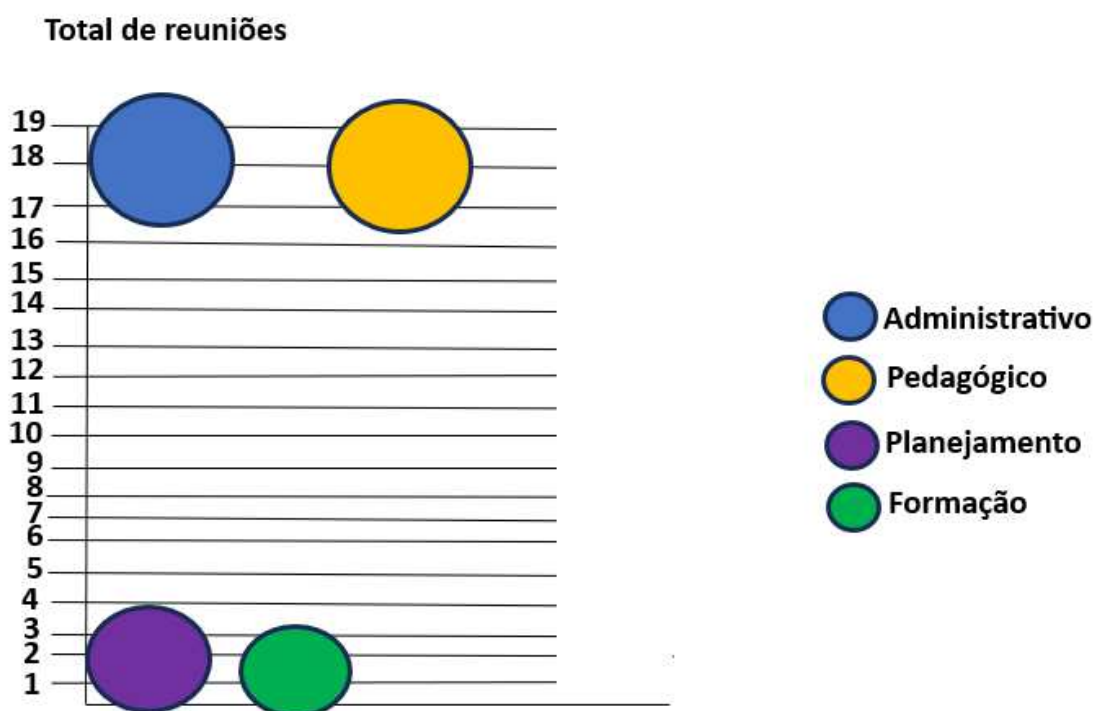
Considerando a análise das pautas voltadas para planejamento pedagógico revela-se que, das 19 reuniões realizadas em 2023, apenas 3 encontros (realizados nos dias 13/06, 22/08 e 12/09) trouxeram ações destinadas ao planejamento coletivo de atividades a serem desenvolvidas nos sábados letivos, correspondendo a 15% do total. Embora essas reuniões tenham proporcionado um espaço para a organização de práticas pedagógicas específicas, a baixa frequência desse tipo de abordagem levanta questionamentos sobre a adequação e a periodicidade de momentos dedicados ao planejamento pedagógico coletivo. Tal constatação sugere a necessidade de uma maior valorização dessas oportunidades, de modo a garantir um planejamento mais sistemático e colaborativo, fundamental para o aprimoramento do ensino e da aprendizagem no contexto escolar.

No âmbito da formação continuada, observa-se que três reuniões coletivas, realizadas nos dias 14/03, 11/04 e 23/05, foram parcialmente destinadas a momentos formativos. Nessas reuniões, foram abordadas instruções sobre o uso dos equipamentos de informática das salas de aula, estudos sobre a organização e a importância dos Conselhos de Classe, além de uma *live* disponibilizada pela SEE/MG sobre o espaço escolar. Esses encontros se configuram como oportunidades de formação em serviço, favorecendo a troca de saberes e a construção colaborativa de estratégias pedagógicas. Esses momentos abrem um caminho de múltiplas possibilidades, permitindo aos docentes não só o desenvolvimento pessoal, mas também uma troca de conhecimentos entre os colegas. (Alvarado-Prada, 2010).

Prosseguindo com a análise do tempo destinado às reuniões pedagógicas, constatou-se também que uma parte foi dedicada a reuniões com pais e/ou responsáveis dos alunos. A primeira dessas reuniões ocorreu em 28/02, com o objetivo de apresentar o informativo da escola, enquanto as demais, realizadas em 09/05, 08/08 e 24/10, foram voltadas para a apresentação e entrega dos resultados de cada bimestre escolar. Embora essas reuniões sejam fundamentais para estreitar a comunicação entre a escola e a família, observa-se que o tempo investido nessas atividades impacta o espaço que poderia ser destinado à formação continuada dos professores e ao aprofundamento das questões pedagógicas nas reuniões coletivas.

Fazendo a tabulação dos temas abordados durante as reuniões coletivas na Escola Estadual Brighenti Cesare, percebe-se, como podemos observar no gráfico, a seguir:

Gráfico 2 – Tabulação dos temas abordados durante as reuniões



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Os assuntos predominantes estão relacionados à organização do cotidiano escolar e ao trabalho pedagógico, no entanto, quando se trata de ações voltadas para a formação continuada dos professores no ambiente escolar, identifica-se que esse espaço tem sido pouco aproveitado. A baixa frequência de momentos destinados ao desenvolvimento profissional evidencia uma lacuna importante, uma vez que as reuniões coletivas poderiam ser mais amplamente utilizadas para a troca de saberes e o aprimoramento das práticas pedagógicas por meio de formação em serviço.

Os assuntos abordados nas reuniões coletivas da escola pesquisada estão apresentados na Tabela 15.

Tabela 15 – Temas abordados e frequência durante as reuniões coletivas da Escola Estadual Brighenti Cesare

Temas abordados nas reuniões coletivas	Número de reuniões em que o tema foi abordado	Percentual
Administrativos e/ou institucionais	19	100%
Supervisão pedagógica (calendário escolar e suas ações; apresentação de programas e projetos da SEE; organizações para avaliações internas e externas; atividades extraclasse, conselho de classe; organizações bimestrais etc)	19	100%
Planejamento	03	15%
Formação continuada	03	15%

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Analisando-a, verifica-se que, nas reuniões coletivas realizadas, há uma prevalência de assuntos de natureza administrativa e supervisão pedagógica, enquanto temas relacionados ao planejamento coletivo e à formação continuada no ambiente escolar ocupam um espaço mínimo. Essa distribuição evidencia um foco maior na organização do cotidiano escolar e nas questões administrativas, em detrimento de discussões mais aprofundadas sobre o desenvolvimento profissional docente e o planejamento pedagógico colaborativo.

É importante destacar que essa observação não busca desvalorizar os temas administrativos e/ou institucionais e supervisão pedagógica, pois ambos são essenciais para o bom funcionamento da escola, mas sim ressignificá-los, promovendo uma abordagem mais reflexiva, que evite que essas discussões se tornem repetitivas ou burocráticas.

Sobre isso, Fusari (1992) recomenda que o diretor adote um olhar mais atento para integrar a formação continuada dos professores em serviço, a partir das atividades cotidianas da escola de forma reflexiva. Ao invés de tratar esses momentos apenas como tarefas administrativas, é possível transformá-los em oportunidades formativas que promovam o desenvolvimento profissional dos docentes. Dessa maneira, a formação continuada em serviço pode se manifestar de

diversos modos no ambiente escolar, demandando do gestor uma visão abrangente, em que se aproveite todas as oportunidades para desenvolver as competências e habilidades da equipe pedagógica.

Ao abordar as atividades do cotidiano escolar de forma reflexiva, promovendo a troca de experiências entre os pares e reavaliando objetivos educacionais, métodos e procedimentos de ensino, cria-se um ambiente propício para o desenvolvimento profissional dos professores. Esse enfoque não apenas aprimora a prática docente, como também contribui significativamente para a melhoria dos processos educativos da escola como um todo. Concomitantemente, a baixa frequência de momentos dedicados à formação continuada durante as reuniões pedagógicas, evidencia a necessidade de reestruturar esses encontros, visando alcançar um equilíbrio mais adequado entre as demandas administrativas e as oportunidades formativas.

Nesse contexto, a troca entre os pares se torna fundamental, pois é por meio da partilha de experiências e saberes que os professores podem refletir coletivamente sobre suas práticas, discutir desafios comuns e construir soluções pedagógicas inovadoras. Corroborando, Formosinho e Araújo (2011, p.14) reconhecem “que a formação mais significativa ocorre nos contextos de trabalho, na escola, em boa parte através da aprendizagem com os pares”. Tais momentos de interação colaborativa e troca entre a equipe pedagógica são essenciais para promover o desenvolvimento profissional contínuo e fortalecer o compromisso com a qualidade do ensino no ambiente escolar.

É necessário questionar o equilíbrio entre as discussões administrativas e/ou institucionais, supervisão pedagógica, planejamento e a formação continuada dos docentes, uma vez que a predominância de questões administrativas e/ou institucionais limita o aprofundamento de momentos formativos mais eficazes para as reuniões coletivas. Nas seções subsequentes, é realizada a análise documental dos dados reunidos entre 2022 e 2023, enfatizando as nuances e desdobramentos da implementação da formação continuada na Escola Estadual Brighenti Cesare.

3.3.2 Sob os eixos administrativo, supervisão pedagógica, formação e planejamento: a análise documental dos anos 2022 e 2023

Conforme explorado neste trabalho, os quatro eixos — administrativo, supervisão pedagógica, formação e planejamento — são fundamentais para o contexto escolar e o desempenho institucional e devem ser abordados de forma equilibrada durante as reuniões coletivas. Para isso, é necessário um planejamento cuidadoso e integrado entre a equipe gestora (diretor e vice-diretor) e a equipe pedagógica (EEB), garantindo que as reuniões coletivas sejam produtivas e contribuam para a construção de um ambiente escolar preparado para enfrentar os desafios e transformações da sociedade. Sobre isso, Luck (2009, p.32) contribui ao considerar que:

Planejar constitui-se em um processo imprescindível em todos os setores da atividade educacional. É uma decorrência das condições associadas à complexidade da educação e da necessidade de sua organização, assim como das intenções de promover mudanças de condições existentes e da produção de novas situações, de forma consistente.

São fundamentais a estruturação e a organização das reuniões coletivas para garantir que as ações educacionais sejam consistentes, bem direcionadas e capazes de gerar mudanças positivas, contribuindo para a construção de uma prática educativa que responda às necessidades da instituição escolar. Sob essa perspectiva, a seguir, são apresentados a relevância de cada eixo e o papel que desempenham nos desdobramentos da educação.

O eixo que traz as abordagens *administrativas e/ou institucionais* envolve desde a organização à normatização dos diversos aspectos que englobam o ambiente e a rotina escolar. Essas abordagens abrangem desde a disposição do espaço físico e a organização das ações cotidianas, até o controle de tempo e a distribuição de tarefas entre os membros da equipe pedagógica. Por meio desse eixo, é possível garantir a organização, a eficiência e a produtividade das ações desenvolvidas no ambiente escolar e buscar a promoção do alinhamento entre a equipe pedagógica e a gestão escolar.

Pinheiro e Salemo (2016) referem-se ao planejamento administrativo como um recurso de grande relevância pelo seu caráter político-pedagógico, pois

possibilita a mobilização dos envolvidos e expressa a construção de uma identidade para a instituição; no caso, a escola. Por meio do eixo administrativo, é possível alcançar de forma organizada o cotidiano escolar.

As ações realizadas dentro do eixo *supervisão pedagógica* envolvem uma série de atividades direcionadas a rotinas de funcionamento da escola e sala de aula que visam tanto o acompanhamento do desempenho dos alunos quanto a melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem; dentre elas, cabe citar os registros nos diários, avaliações externas e internas, essenciais para o monitoramento e avaliação do aprendizado dos estudantes, permitindo que o professor identifique áreas de dificuldade e proponha intervenções pedagógicas. Paralelamente, apresentação e execução de programas, projetos e demandas, advindos da SEE, que estão integrando novas abordagens e práticas educativas, incentivando o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para os alunos. Sobre as ações pedagógicas da equipe escolar, cita-se: “coordenar e subsidiar a elaboração de diagnósticos da realidade escolar nos vários níveis; coordenar e subsidiar a elaboração, execução e avaliação do planejamento” (Pimenta, 1993, p.81), ações que se desdobram no próximo eixo a ser abordado.

O *planejamento*, aqui ressaltando o planejamento coletivo de professores em reuniões coletivas, envolve a construção de estratégias educacionais que atendam às necessidades dos alunos e ao contexto escolar, envolvendo a participação ativa de todos os docentes na discussão e elaboração de planos de ensino, unificando objetivos pedagógicos, conteúdos, metodologias e formas de avaliação. Essa abordagem propicia um espaço para a troca de saberes e experiências, permitindo que os professores integrem diferentes perspectivas e fortaleçam suas práticas pedagógicas.

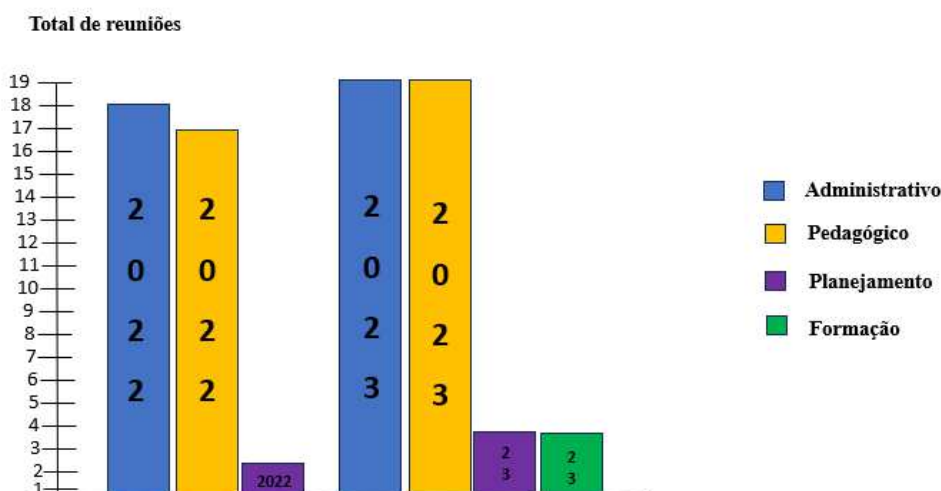
Nesse contexto, destaca-se o planejamento como um processo contínuo que envolve planejar, acompanhar, avaliar e retomar, se necessário, uma valiosa forma de organizar o trabalho pedagógico coletivo dentro do ambiente escolar (Ganzeli, 2001). O planejamento coletivo é um momento importante para a análise crítica das práticas pedagógicas, revisão de resultados e adaptação de planos às demandas emergentes da escola, fortalecendo o caráter reflexivo e dinâmico para a formação continuada.

Por fim, o último eixo, a *formação continuada* de professores em reuniões coletivas, tem como ponto principal o desenvolvimento profissional e a atualização

constante das práticas pedagógicas. A formação continuada pode ser entendida como um processo de aperfeiçoamento das práticas docentes, centrado no professor, ou em um grupo de professores em colaboração que englobam momentos formais e informais, com o objetivo de promover transformações educativas que beneficiem os alunos (Formosinho; Araújo, 2011). As reuniões coletivas tornam-se um espaço propício para a formação continuada, entendida como um processo colaborativo, em que os docentes, por meio de discussões, reflexões e trocas de experiências, podem aprimorar suas competências didáticas e aprofundar seus conhecimentos teóricos e metodológicos. Esse ambiente fomenta a criação de uma cultura de aprendizagem compartilhada, em que o conhecimento é construído coletivamente, fortalecendo a união da equipe docente e promovendo uma melhoria da educação.

Tendo demonstrado a importância de se contemplar os quatro eixos e desenvolvê-los na escola, apresenta-se a análise documental das atas das reuniões coletivas, realizadas na e pela Escola Estadual Brighenti Cesare, nos anos de 2022 e 2023. Para isso, o Gráfico 3, a seguir, demonstra um comparativo entre as reuniões coletivas de 2022 e 2023, considerando-se as pautas e a presença dos eixos administrativo, supervisão pedagógica, planejamento e formação nas reuniões realizadas.

Gráfico 3 – Comparativo entre as reuniões coletivas de 2022 e 2023



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Para elaborar o Gráfico 3 acima, consideraram-se os dados obtidos, demonstrados e analisados nos Quadros 2 e 4, (páginas 68 e 76, respectivamente) conforme apresentados, com o objetivo de sintetizar e visualizar as informações de modo que seja possível, agora, realizar a análise documental dos anos de 2022 e 2023, comparando-os, contrastando-os e refletindo acerca de determinados direcionamentos.

Identifica-se que, no ano de 2022, a escola pesquisada realizou 18 reuniões, contemplando, praticamente, em sua totalidade os eixos administrativo e supervisão pedagógica. Por outro lado, os eixos de formação e planejamento foram, pode-se dizer, significativamente nulos, tendo apenas duas reuniões voltadas para o planejamento.

A priorização dos eixos administrativo e supervisão pedagógica, durante as reuniões coletivas da Escola, em 2022, tem implicações significativas no desenvolvimento profissional dos docentes e na qualidade das práticas educacionais. O eixo administrativo demanda um enfoque maior em questões burocráticas e organização de processos internos, o que é fundamental para o funcionamento da escola, todavia o excesso de diretrizes administrativas diminui o tempo disponível para discussão acerca do planejamento e da formação pedagógica, que são cruciais para o aprimoramento das práticas de ensino.

Nesse sentido, Tardif e Lessard (2014) acreditam que, apesar de o trabalho do docente envolver tarefas burocráticas e ser regulado por normas administrativas, é igualmente – ou até mais – necessário promover atividades que incentivem a autonomia e o desenvolvimento dos professores, o que entendemos, neste trabalho, como o desenvolvimento da formação continuada.

Almeida (2016, p.84) acrescenta que “as questões administrativas devem, para os professores, ter um papel secundário em relação às pedagógicas, por meio da formação continuada planejada pela própria escola”. Tais apontamentos não excluem a importância de abordagens administrativas durante as reuniões coletivas, mas trazem à tona a necessidade de otimizar o tempo dessas reuniões em favor da prática pedagógica, tornando-as um espaço para a formação continuada em serviço dos professores.

No que diz respeito ao eixo supervisão pedagógica, o aspecto direcionado às rotinas de funcionamento da escola e sala de aula está diretamente relacionado às práticas de avaliação e adaptação curricular, o que contribui para a melhoria do

aprendizado dos estudantes, contudo ausência de abordagens mais estruturadas dos eixos de formação continuada e planejamento coletivo impactam as necessidades, demandas e ações do âmbito pedagógico, a serem desenvolvidas pelos docentes e pela escola. Nesse sentido, os estudos de Larchert (2010) pontuam o planejamento como o conjunto de ações pedagógicas sistematizadas da escola e do professor, diante disso, as reuniões coletivas podem e devem oportunizar momentos voltados ao planejamento coletivo.

Por sua vez, o ano de 2023 apresentou, mesmo que de forma tímida, uma breve diferença. A escola permaneceu mantendo a média do número de reuniões (19); nelas, ainda se observa a predominância dos eixos administrativo e supervisão pedagógica, por sua vez, de acordo com o Gráfico 3 (página 91), os eixos de formação e planejamento tiveram maior visibilidade em comparação com o ano de 2022, sendo contemplados em três, das dezenove reuniões realizadas.

Observa-se que a gestão escolar buscou, de forma intencional, introduzir mudanças ao incluir, ainda que de maneira tímida, momentos destinados à formação docente. A dificuldade em consolidar esse eixo se mantém, considerando o volume de exigências do cotidiano escolar que, frequentemente, sobrecarrega as reuniões com temas administrativos. Isso reflete o desafio contínuo, como demonstrado no decorrer deste texto, de equilibrar as necessidades administrativas e pedagógicas com o desenvolvimento profissional dos professores, essencial para a construção de uma prática pedagógica mais habilitada e colaborativa.

Sob essa perspectiva, reafirma-se que as reuniões devem ser consideradas como um espaço coletivo, que promova interação e contemple todos os eixos – os quais já enumeramos e exploramos nesta pesquisa, de modo que, por meio deles, sejam trazidos aspectos democráticos e questões relevantes para a comunidade escolar como um todo.

Assim, como Ramos (2013, p. 13.095), reconhecemos que:

[...] as atividades exercidas pelo coordenador não se restringem à burocracia da instituição, deve estabelecer, acima de tudo, a formação continuada dos professores, pautar reuniões, construir os planejamentos e refletir se estes estão adequados ao que compete a cada segmento, além de se fazer presente na prática dos professores, dando sugestões, trazendo inovações, motivando [...] (Ramos, 2013, p. 13.095).

As funções da gestão escolar vão muito além das tarefas burocráticas dentro da escola, exercendo um papel central na formação continuada dos professores, fundamental para o aprimoramento do processo educacional. Entre as atribuições estão: a organização de reuniões coletivas destinadas à construção de planejamentos, a análise constante e adequação desses planos aos objetivos da escola. Por meio da gestão, deve-se proporcionar a troca entre os professores, oferecendo sugestões e inovações pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento mútuo.

Com a explanação dos dados demonstrados no Gráfico 3 (página 89), sobre os anos de 2022 e 2023, propõe-se uma reflexão, pois, como já vimos, os eixos administrativo e supervisão pedagógica representam uma ferramenta para garantir a organização, a eficiência e a produtividade das ações desenvolvidas no ambiente escolar, e envolvem as atividades direcionadas às rotinas de funcionamento da escola e sala de aula, que visam tanto o acompanhamento do desempenho dos alunos quanto a melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem. Tê-los como aporte no cotidiano escolar não pode ser visto como suficiente, se os demais eixos – formação e planejamento – não forem, de igual forma, contemplados.

O planejamento e a formação continuada são fundamentais para potencializar a efetividade das reuniões coletivas, garantindo que os encontros se tornem espaços produtivos de troca e aprendizado. Um planejamento coletivo bem estruturado possibilita a definição de objetivos claros e permite a escolha de temas relevantes para a prática docente, abordando aspectos que estão alinhados às necessidades e aos desafios do contexto escolar. A formação continuada dos professores, no ambiente escolar, contribui para que sejam desenvolvidas competências reflexivas e analíticas, entre o corpo docente. Esse processo formativo busca instrumentalizar os educadores a refletirem criticamente sobre suas práticas, mas também a promoverem a construção coletiva de estratégias pedagógicas, tornando as reuniões espaços de colaboração e desenvolvimento profissional.

Segundo Gatti (2014), o trabalho do professor exerce influência direta na qualidade da educação nas escolas e no sucesso dos estudantes, por sua vez, está ligado a diversos fatores que contemplam o papel do educador, pois o professor ocupa o papel central de mediador e articulador do conhecimento, fazendo com que o alicerce dessa prática resida em sua formação profissional. Dessa maneira, se faz necessário pensar e realizar a formação continuada dos professores, durante as

reuniões coletivas, considerando a rotina escolar, a fim de elaborar propostas que permitam a resolução dos desafios e vão ao encontro de vivências do cotidiano escolar. A esse respeito, Imbernón (2010) afirma que

O formador deve assumir cada vez mais um papel de colaborador prático em um modelo mais reflexivo, no qual será fundamental criar espaços de formação, inovação e pesquisa, a fim de ajudar a analisar os obstáculos, individuais e coletivos, que os professores encontram para realizar um projeto de formação que os ajude a melhorar. (Imbernón, 2010, p. 94).

O autor reporta que o formador deve atuar como um colaborador e não como um impositor, buscando criar um ambiente reflexivo que permita analisar os desafios individuais e coletivos enfrentados pelos professores, resultando que a participação mútua se torna ainda mais essencial, não apenas durante as reuniões, mas também na definição dos temas a serem abordados.

Sobre isso, Nóvoa (1991) acrescenta que

a formação continuada deve estar articulada com desempenho profissional dos professores, tomando as escolas como lugares de referência. Trata-se de um objetivo que só adquire credibilidade se os programas de formação se estruturarem em torno de problemas e de projetos de ação e não em torno de conteúdos acadêmicos". (Nóvoa, 1991, p. 30).

Para o autor, a formação continuada precisa estar conectada às necessidades dos professores, considerando o ambiente de trabalho e suas vivências diárias como referências. Sendo assim, a pauta e o desenvolvimento da formação terão um caráter funcional e capaz de proporcionar contribuições, tanto para os docentes quanto, consequentemente, para os alunos.

Diante disso e com base na análise realizada, o objetivo não é desvalorizar os eixos administrativo e supervisão pedagógica, mas sim propor um equilíbrio entre os quatro eixos considerados durante as reuniões coletivas da escola, tornando esses encontros mais produtivos e significativos para toda a equipe. A busca por esse equilíbrio envolve integrar questões administrativas essenciais, como: a organização escolar e a comunicação de decisões institucionais, com o aprofundamento pedagógico e o compartilhamento de práticas de ensino.

O planejamento e a formação continuada dos docentes em serviço desempenham um papel fundamental, uma vez que permitem que os professores reflitam sobre suas práticas, troquem experiências e se aperfeiçoem continuamente, de acordo com as demandas e desafios específicos do contexto escolar. Por esse motivo, as reuniões coletivas deixam de ser apenas um momento de cumprimento de obrigações administrativas e se transformam em um espaço colaborativo e reflexivo, em que todos os envolvidos podem contribuir para o aprimoramento do ambiente educacional e para a qualidade do ensino. Em acordo com esse pensamento, Santos (2010) aborda que a formação continuada

precisa estar contemplada dentro da jornada de trabalho do professor, evitando assim, a responsabilização unicamente dos professores pela continuidade de sua formação (enquanto clientes), tomando para si, enquanto agência responsável pela manutenção e desenvolvimento do ensino, o compromisso de possibilitar a formação contínua em serviço. (Santos, 2010, p. 14).

A importância da formação continuada em serviço para a melhoria da qualidade educacional é, como percebe-se, inegável. A prática pedagógica está profundamente conectada à formação de profissionais que têm base teórica sólida e que conseguem integrar esse conhecimento à sua prática diária e ao contexto em que atuam, por isso a formação continuada em serviço é essencial.

Se a atuação nas reuniões for realizada da maneira como explicitado, a equipe gestora e os professores tornam-se mais preparados para momentos de reflexão e intervenção em todas as abordagens pedagógicas, estando aptos a propor estratégias mais eficientes para lidar com as dificuldades encontradas e implementar mudanças necessárias a fim de melhorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, porém, tendo em vista a análise ora apresentada, verifica-se que trazer a formação continuada para as reuniões coletivas ainda é um desafio para a escola. Nóvoa (2017) afirma:

não há soluções simples. Mágicas. Não há atalhos. A formação de professores é um campo de grande complexidade, nos planos acadêmico, profissional e político. Sabemos o que é preciso fazer. Teremos coragem para o fazer? (Nóvoa, 2017, p. 1117).

Como se pode observar, os obstáculos são evidentes e as soluções não são mágicas, nem fáceis de implementar. É preciso ter clareza dos desafios e

determinação para enfrentá-los. Logo, apesar das dificuldades encontradas, a formação continuada em serviço, além dos benefícios já mencionados, contribui para qualidade no ensino oferecido por cada docente e, conseqüentemente, pela escola como um todo. A interação promovida durante esses momentos de formação nas reuniões coletivas, é essencial para fortalecer a consciência sobre a importância do trabalho em equipe, sendo uma oportunidade para consolidar um trabalho colaborativo, construído pela gestão, pela equipe pedagógica e pelos professores.

Diante dessas constatações, no próximo capítulo é evidenciado o Plano de Ação Educacional (PAE), com o objetivo de apresentar alternativas e estratégias que contribuam para a implementação de momentos formativos nas reuniões coletivas da E.E. Brighenti Cesare, criando um espaço de formação continuada em serviço.

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

Após a análise dos dados da pesquisa, este capítulo tem como objetivo apresentar propostas para a implementação de um Plano de Ação Educacional (PAE), visando oferecer à gestão escolar estratégias para introduzir momentos de formação continuada nas reuniões coletivas da E.E. Brighenti Cesare.

Considerando a necessidade de estabelecer condições efetivas para o desenvolvimento profissional dos professores como um princípio fundamental para garantir uma educação de qualidade, tendo em vista os diversos desafios, evidenciados nesta pesquisa, que dificultam essa realidade, propõem-se ações viáveis e concretas para sua implementação no ambiente escolar, respeitando a carga horária dos professores. Ressalta-se que tais ações não substituem a necessidade de políticas públicas em todas as esferas de governo, voltadas para a melhoria das condições de trabalho e remuneração dos professores que, consequentemente, contribui para uma educação de qualidade.

Para isso, será utilizada a ferramenta *5W2H*, adequada aos objetivos propostos no Plano de Ação Educacional (PAE). A ferramenta *5W2H* é uma metodologia amplamente utilizada no planejamento e na gestão de projetos, sendo reconhecida por sua simplicidade e eficácia. Seu nome deriva das iniciais de sete perguntas fundamentais, que ajudam a organizar ideias e ações de forma lógica e prática: *What* (o quê); *When* (quando); *Why* (por quê); *Where* (onde); *Who* (quem); *How* (como) e *How much* (quanto). Cada uma dessas perguntas orienta a definição de objetivos, a identificação dos responsáveis, a localização das ações, os prazos, os métodos de execução e os custos envolvidos. Behr, Moro e Estabel (2008, p. 39) complementam que essa ferramenta consiste:

em uma maneira de estruturarmos o pensamento de uma forma bem organizada e materializada antes de implantarmos alguma solução[...] ou seja, quando nos depararmos com determinada tarefa, perguntaremos-nos cada uma dessas palavras e escreveremos as respostas.

No contexto educacional, sua possibilidade é a de uma estruturação clara e objetiva de planos de ação, como as aplicações direcionadas à formação continuada e ao planejamento coletivo, garantindo que as propostas incluídas sejam viáveis e conectadas às necessidades da escola. Essa ferramenta se destaca por fornecer

uma visão sistemática e estratégica, facilitando a implementação e o acompanhamento das ações planejadas, bem como “ajuda a melhorar a segregação de tarefas dentro de um processo e a ver, de maneira gerencial, como os processos estão se desenvolvendo” (Behr; Moro; Estabel, 2008, p. 39).

Com base nessa ferramenta e nos resultados da pesquisa, a primeira etapa a ser desenvolvida no contexto escolar é a apresentação das ações planejadas para implementação no PAE. Essa atividade será realizada em uma reunião coletiva, envolvendo toda a equipe escolar, incluindo gestores e professores.

Destarte, a partir dos resultados apresentados no Gráfico 3 (página 89), a segunda ação será voltada para que as reuniões coletivas sejam planejadas e organizadas de forma a equilibrar os diferentes assuntos abordados, contemplando tanto os aspectos pedagógicos e administrativos, quanto a formação continuada dos professores. Para isso, sugere-se a realização de encontros regulares entre os membros da equipe gestora, com o objetivo de planejar coletivamente essas reuniões. Recomenda-se que, no início do ano letivo, o calendário e os temas das formações em serviço sejam elaborados de forma colaborativa, garantindo uma consonância com as necessidades da escola e dos docentes.

No âmbito do planejamento coletivo, destaca-se a importância de fomentar planejamentos interdisciplinares que promovam a construção conjunta de ações pedagógicas entre os professores. Essas iniciativas não apenas fortalecem o planejamento coletivo, como criam oportunidades para a troca de experiências entre os docentes, contribuindo para o desenvolvimento profissional e para a melhoria da prática pedagógica como um todo.

Por fim, será realizada uma ação voltada para o monitoramento e a avaliação das ações propostas no plano. Esse momento terá como objetivo analisar os pontos positivos e negativos, com vistas a realizar os ajustes necessários e planejar possíveis melhorias para o próximo ano.

Para facilitar a compreensão das iniciativas, o Quadro 5, na página a seguir, apresenta as ações propostas para o PAE, estruturadas com base na ferramenta *5W2H*.

Quadro 5 – Síntese 5W2H das ações propostas no PAE

(Continua)

What O quê?	When Quando?	Why Por quê?	Where Onde?	How Como?	Who Quem?	How much Quanto?
Organizar uma reunião coletiva para apresentação das ações a serem implementadas no PAE	Início do ano letivo	Apresentar a equipe escolar (EEB e professores) as ações planejadas a fim de ressignificar as reuniões coletivas	Na escola	Organizar, no início do ano letivo, um momento para apresentar as ações elaboradas para o PAE	Equipe gestora	Sem custo
Proporcionar e ressignificar as reuniões coletivas com momentos formativos e colaborativos	Durante as reuniões coletivas	Oportunizar momentos destinados a formação continuada no ambiente escolar.	Na escola	Organizar, ao longo do ano, encontros com temas e propósitos definidos, garantindo que promovam o caráter formativo e o aprimoramento profissional	Equipe gestora	Sem custo
Planejamento e organização das	Início de cada	Otimizar o tempo destinado às demandas	Na escola	Elaborar, de forma coletiva, um	Equipe gestora	Sem custo

(continuação)

What O quê?	When Quando?	Why Por quê?	Where Onde?	How Como?	Who Quem?	How much Quanto?
reuniões coletivas	bimestre	administrativas e planejar o tempo destinado a cada eixo durante as reuniões coletivas.		calendário com temas sugeridos pelos professores durante a primeira reunião coletiva. Por meio de reuniões com a equipe gestora, elaborar estratégias para distribuição de forma equilibrada e com ritmo adequado a cada eixo a ser abordado nas reuniões coletivas.		
Fortalecer momentos coletivos para o planejamento de ações pedagógicas e interdisciplinares.	Durante as reuniões coletivas ao longo do ano letivo	Para promover a colaboração entre os professores e possibilitar a troca de saberes, práticas e experiências	Na escola	Destinar espaço durante as reuniões coletivas para o planejamento de ações coletivas e	Equipe gestora	Sem custo

(conclusão)

What O quê?	When Quando?	Why Por quê?	Where Onde?	How Como?	Who Quem?	How much Quanto?
		na construção de estratégias pedagógicas integradas e contextualizadas.		colaborativas entre os professores para a criação de estratégias que atendam as demandas educacionais da escola de forma significativa.		
Monitorar e avaliar o PAE	No final do ano letivo	Para avaliar as ações executadas ao longo do ano letivo e apontar os pontos negativos e positivos, a fim de adequá-los para o próximo ano.	Na escola	Durante a reunião coletiva propor um momento de avaliação, replanejamento e aprimoramento das ações executadas	Equipe gestora	Sem custo

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em seguida, nas próximas seções, é apresentada a descrição de cada ação sugerida no PAE, expostas no Quadro 5.

4.1 APRESENTAÇÃO DO PAE

Nesta seção, propõe-se apresentar à equipe escolar, composta pela EEB e pelos professores, os resultados da pesquisa realizada, assim como as ações previstas para execução do PAE. O objetivo principal é apresentar o PAE à equipe escolar, sensibilizando todos para a importância da sistematização de momentos de formação continuada de professores na rotina de trabalho, aproveitando a carga horária prevista para as reuniões coletivas, conforme se pode ser no Quadro 6.

Quadro 6 – Apresentação do PAE

What (O quê?)	Organizar uma reunião coletiva para apresentação das ações a serem efetuadas no PAE
When (Quando?)	Início ano letivo
Why (Por quê?)	Apresentar a equipe escolar (EEB e professores) a ações planejadas a fim de ressignificar as reuniões coletivas
Where (Onde?)	Na escola
How (Como?)	Organizar um momento para apresentar as ações elaboradas para o PAE
Who (Quem?)	Equipe gestora
How Much (Quanto?)	Sem custo

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A reunião de apresentação do PAE deverá ser realizada no início do ano letivo, garantindo a organização e o encadeamento das estratégias, desde o início das atividades escolares.

4.2 REUNIÕES COLETIVAS COMO ESPAÇO FORMATIVO EM SERVIÇO

Entende-se que todos os eixos — administrativos e/ou institucionais, pedagógicos, planejamento e formação continuada — são fundamentais no contexto escolar, sendo necessário que todos estejam coadunados nas reuniões coletivas. É crucial, portanto, que sejam tratados de maneira equilibrada, a fim de garantir que todos sejam contemplados. No caso específico da formação continuada em serviço, destaca-se sua importância, pois, conforme as normativas vigentes, ela deve ser realizada dentro da carga horária destinada para as atividades extraclasse.

O Quadro 7 apresenta um resumo da ação proposta nesta seção.

Quadro 7 – Descrição das ações sugeridas

What (O quê?)	Proporcionar e ressignificar as reuniões coletivas com momentos formativos e colaborativos
When (Quando?)	Durante as reuniões coletivas
Why Por quê?)	Oportunizar momentos destinados a formação continuada no ambiente escolar
Where (Onde?)	Na escola
How (Como?)	Organizar, ao longo do ano, encontros com temas e propósitos definidos, garantindo que promovam o caráter formativo e o aprimoramento profissional
Who (Quem?)	Equipe gestora
How Much (Quanto?)	Sem custo

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

É essencial ressignificar as reuniões coletivas, transformando-as em momentos formativos e colaborativos entre os professores, nos quais sejam abordados temas determinados e homologados à realidade da escola. Imbernón (2010) contribui para essa discussão ao apontar a formação continuada como um impulsionador do desenvolvimento pessoal, profissional e institucional dos professores, permitindo a elevação da prática pedagógica, fundamentada na teoria e na reflexão, com vistas à transformação do contexto escolar.

Assim, sugere-se organizar, ao longo do ano, encontros com temas e propósitos bem definidos, com o objetivo de garantir o caráter formativo e o

aprimoramento profissional dos docentes. Para tanto, na primeira reunião coletiva de 2025, haverá um momento dedicado ao estudo das normativas vigentes relativas à carga horária das atividades extraclasse, para que todos os professores conheçam seus direitos e deveres.

Após o conhecimento das normativas que regulam a carga horária da formação continuada em serviço, será realizado um levantamento entre os professores a fim de identificar os temas mais relevantes a serem desenvolvidos, durante o ano, nas reuniões coletivas, além dos assuntos que precisam ser tratados na e pela escola.

Após a definição dos temas, as sugestões serão incluídas no calendário escolar, destinando a primeira reunião de cada mês à formação continuada em serviço. A inserção dessa ação no calendário escolar confere maior importância e relevância ao desenvolvimento profissional dos professores. Ao priorizar a primeira reunião de cada mês, preservamos as reuniões de conselho de classe, previstas no calendário escolar, que possuem um caráter formativo, para que os resultados bimestrais sejam analisados e haja a proposição de estratégias e soluções para as dificuldades levantadas nos conselhos.

O Quadro 8, constante na página a seguir, apresenta sugestões de temas relevantes para a escola, foco desta pesquisa, a serem trabalhados durante as reuniões coletivas, considerando a experiência e vivência da pesquisadora. Destaca-se que se trata de um calendário fictício, sujeito a ajustes conforme a rotina e a dinâmica da escola no próximo ano, visando atender às demandas específicas do contexto escolar.

Quadro 8 - Organização dos assuntos a serem abordados nas reuniões coletivas.

(Continua)

Mês	Tema para reuniões coletivas
Fevereiro	Estudo das legislações vigentes para a organização do ano letivo.
Março	Atualização curricular (BNCC e CRMG)
Abril	Apropriação dos resultados das avaliações externas
Maiο	Estratégias de ensino e aprendizagem
Junho	Uso das TICs em sala de aula

Fonte: elaborado pela autora (2024).

(conclusão)

Mês	Tema para reuniões coletivas
Agosto	Educação inclusiva
Setembro	Práticas avaliativas
Outubro	Formação socioemocional
Novembro	Clima escolar e relações interpessoais

Tal distribuição permite um planejamento mais adequado das reuniões coletivas e previne que assuntos administrativos e/ou institucionais, ou temas de natureza imediata, ocupem todo o tempo das reuniões, garantindo que as reuniões se tornem mais objetivas, claras e produtivas.

Um planejamento estruturado possibilita que os momentos destinados à formação continuada ocorram durante as reuniões coletivas, sem que sejam substituídos por outros temas urgentes do cenário escolar. Embora reconheça-se a dinâmica e a rotina viva da escola, não se pretende engessar as reuniões coletivas, mas sim vislumbrar soluções plausíveis para a formação docente, a médio e longo prazo, garantindo que a formação continuada esteja como um eixo central do processo educativo.

4.3 PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DAS REUNIÕES COLETIVAS PELA GESTÃO ESCOLAR

Nesta seção propõe-se a realização de quatro reuniões, ao longo do ano, preferencialmente, no início de cada bimestre, entre a gestão escolar (direção e vice-direção) e a EEB, com o objetivo de planejar as atividades a serem trabalhadas, durante as reuniões coletivas, conforme Quadro 9, a seguir.

Quadro 9 – Reuniões coletivas: planejamento

What (O quê?)	Planejamento e organização das reuniões coletivas
When (Quando?)	Início de cada bimestre
Why Por quê?)	Otimizar o tempo destinado às demandas administrativas e planejar o tempo destinado a cada eixo durante as reuniões coletivas
Where (Onde?)	Na escola
How (Como?)	Elaborar, de forma coletiva, um calendário com temas sugeridos pelos professores durante a primeira reunião coletiva. Por meio de reuniões com a equipe gestora, elaborar estratégias para distribuição de forma equilibrada e com ritmo adequado a cada eixo a ser abordado nas reuniões coletivas.
Who (Quem?)	Equipe gestora
How Much (Quanto?)	Sem custo

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Para esses encontros específicos, é necessário ser elaborado um calendário baseado nos temas anteriormente sugeridos pelos professores, durante o encontro realizado no início do ano letivo. Esse modelo de planejamento colaborativo objetiva garantir que as ações pedagógicas e administrativas sejam aprovadas, atendendo às necessidades específicas da escola e favorecendo o desenvolvimento profissional contínuo dos docentes.

As reuniões entre a gestão escolar e a EEB têm como principal propósito alinhar as ações de forma estratégica, com interesse nos objetivos que se deseja alcançar em cada reunião coletiva. Além de promover essa consonância, tais encontros são configurados como momentos importantes para a avaliação das reuniões anteriores, realizadas com os professores. Durante essas análises, a equipe poderá identificar os aspectos positivos, bem como os pontos de melhoria que ainda precisam ser trabalhados. Esse processo reflexivo permite o aprimoramento contínuo das práticas pedagógicas e de gestão, promovendo uma cultura de avaliação e autoaperfeiçoamento, essencial para o desenvolvimento da escola como um todo.

Essas reuniões desempenham um papel fundamental na elaboração de estratégias para o monitoramento e acompanhamento das ações planejadas para as reuniões coletivas. Dessa forma, oportuniza-se que os objetivos definidos no início do ano sejam realizados com uma revisão constante das práticas inovadoras. O acompanhamento contínuo permite a adaptação das estratégias sempre que necessário, garantindo que as reuniões coletivas atendam às reais necessidades da equipe e dos alunos.

Ressalta-se que essas reuniões de planejamento não se restringem ao encadeamento de ações, mas têm como objetivo o equilíbrio dos diversos eixos e demandas que precisam ser trabalhados coletivamente pela equipe. A gestão escolar deve garantir que todas as áreas — pedagógicas, administrativas e/ou institucionais, planejamento e de formação continuada — recebam a devida atenção, evitando que uma área sobrecarregue outras. Esse equilíbrio é crucial para o sucesso das reuniões coletivas, pois permite que as temáticas sejam abordadas de maneira holística, sem negligenciar nenhum aspecto importante do processo educativo.

4.4 PLANEJAMENTO COLETIVO PARA AÇÕES PEDAGÓGICAS E INTERDISCIPLINARES

Nesta seção, será apresentada a ação do PAE, destinada ao planejamento coletivo, como estratégia para oportunizar momentos de construção de ações pedagógicas entre os professores, conforme o Quadro 10, a seguir.

Quadro 10 – Ações pedagógicas e interdisciplinares

(Continua)

What (O quê?)	Fortalecer momentos coletivos para o planejamento de ações pedagógicas e interdisciplinares
When (Quando?)	Durante as reuniões coletivas ao longo do ano letivo
Why Por quê?)	Para promover a colaboração entre os professores e possibilitar a troca de saberes, práticas e experiências na construção de estratégias pedagógicas integradas e contextualizadas.

Where (Onde?)	Na escola
How (Como?)	Destinar espaço durante as reuniões coletivas para o planejamento de ações coletivas e colaborativas entre os professores para a criação de estratégias que atendam as demandas educacionais da escola de forma significativa
Who (Quem?)	Equipe gestora
How Much (Quanto?)	Sem custo

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Destinar um espaço, durante as reuniões coletivas, para o planejamento de ações conjuntas e colaborativas entre os professores é uma estratégia fundamental para o desenvolvimento de soluções pedagógicas que atendam de forma eficaz e significativa às demandas educacionais da escola. Esse tipo de planejamento coletivo não só fortalece o trabalho em equipe, inclusive contribui para a construção de estratégias mais específicas, alinhadas à realidade da instituição e às necessidades específicas dos alunos.

O planejamento colaborativo entre os docentes permite a troca de experiências, saberes e práticas pedagógicas, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem. Ao trabalharem juntos, os professores podem compartilhar suas dificuldades, explorar diferentes abordagens e soluções, e desenvolver estratégias que atendam às diversidades do contexto escolar. Isso contribui para uma abordagem mais integrada e personalizada do ensino, em que os profissionais se tornam coautores das soluções, ao invés de simplesmente executores de um currículo ou de normas “de cima para baixo”.

Um ambiente de colaboração precisa ser proporcionado pela gestão, por meio de ações dialógicas, de debates, rodas de conversa e outras estratégias, ou seja, não é algo que acontecerá de forma aleatória, mas sim por meio de ações intencionais da gestão (Machado, 2012). Ao reservar tempo, durante as reuniões coletivas, para o planejamento coletivo, a escola cria uma cultura de cooperação que se reflete na prática cotidiana dos professores. Essa colaboração pode ocorrer de diversas formas: desde a análise conjunta dos resultados educacionais, a revisão

das práticas pedagógicas utilizadas, até a criação de projetos interdisciplinares que envolvem diferentes áreas do conhecimento. Esses momentos de troca e construção coletiva são fundamentais para fomentar a inovação pedagógica, permitindo que os professores experimentem novas abordagens, ajustem suas metodologias e respondam de forma mais eficaz às necessidades emergentes da comunidade escolar.

Além disso, o planejamento colaborativo fortalece o desenvolvimento profissional dos docentes. Ao trabalhar em conjunto, os professores têm a oportunidade de aprender uns com os outros, ampliando seu repertório pedagógico e desenvolvendo habilidades de trabalho em equipe, de comunicação e de resolução de problemas. Outra vantagem significativa desse tipo de planejamento é que ele permite que as estratégias criadas sejam mais adequadas ao contexto real da escola. Como os professores estarão diretamente envolvidos na criação dessas estratégias, eles podem considerar a realidade de suas turmas, os desafios específicos da comunidade escolar e as características dos alunos, criando soluções mais personalizadas e adequadas.

Portanto, destinar espaço para o planejamento coletivo e colaborativo não apenas fortalece a prática pedagógica, mas também cria uma rede de apoio entre os professores, permitindo que as demandas educacionais sejam atendidas de maneira mais significativa, integrando as diversas perspectivas e saberes que compõem o ambiente escolar. Esse modelo de planejamento não só beneficia os professores, mas também contribui para o protagonismo docente e discente, em concomitância.

4.5 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PAE

A ação prevista para o monitoramento e avaliação do PAE, conforme apresenta o Quadro 11, configura-se como um dos elementos centrais deste plano, uma vez que abrange o acompanhamento contínuo e a execução das ações propostas, além de possibilitar uma análise crítica dos resultados.

Quadro 11 – Monitoramento e avaliação do PAE

What (O quê?)	Monitorar e avaliar o PAE
When (Quando?)	No final do ano letivo
Why Por quê?)	Para avaliar as ações executadas ao longo do ano letivo e apontar os negativos e positivos, a fim de adequá-los
Where (Onde?)	Na escola
How (Como?)	Durante a reunião coletiva propor um momento de avaliação, replanejamento e aprimoramento das ações executadas
Who (Quem?)	Equipe gestora
How Much (Quanto?)	Sem custo

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Em concomitância, monitoramento e avaliação permitem a identificação de aspectos positivos do plano, bem como dos pontos que necessitam de correções para que o objetivo central seja, efetivamente, alcançado. Com o intuito de sistematizar esse processo, sugere-se que, ao final de cada ano letivo, os professores respondam a um formulário de acompanhamento e avaliação, conforme apresentado no Quadro 12.

Quadro 12: Formulário de monitoramento e avaliação

Ação:			
Atividade desenvolvida	Ponto positivo	Ponto de melhoria	Sugestão de ajuste

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Esse formulário possibilita a identificação das atividades realizadas, destacando os pontos positivos, as áreas que necessitam de revisões para a realização de melhorias e as sugestões de ajustes apontadas pelos membros da

equipe e, por meio dele, é possível identificar os pontos positivos concebidos por ações inovadoras, além de apontar as áreas que demandam melhorias. Permite que os membros da equipe escolar proponham sugestões para ajustes, contribuindo para a evolução contínua do PAE e o aprimoramento das práticas pedagógicas.

É possível identificar e analisar os pontos positivos das ações propostas pelo PAE, por meio das contribuições dos professores, permitindo não apenas destacar as conquistas, mas também identificar as áreas que necessitam de atenção, de ajustes e quais pontos merecem atenção para realizar melhorias, contribuindo para o aprimoramento contínuo das ações executadas.

Dessa forma, as propostas neste PAE visam fornecer à equipe gestora da escola estratégias eficazes para superar as dificuldades enfrentadas na promoção de momentos formativos, durante as reuniões coletivas. Após a conclusão do estudo apresentado, a próxima seção traz as considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal analisar o cumprimento da carga horária destinada às atividades extraclasse na Escola Estadual Brighenti Cesare, com vistas à implementação de ações que favoreçam a efetivação da formação continuada dos professores.

Na rede estadual de Minas Gerais, a jornada de trabalho docente é dividida em dois momentos: a carga horária voltada à docência em sala de aula e a carga horária destinada às atividades extraclasse. Para um professor com jornada semanal de 24 horas, 16 horas são destinadas à docência, enquanto as 8 horas restantes contemplam atividades extraclasse, sendo 4 horas realizadas em local de livre escolha, para estudo, planejamento e avaliação; e 4 horas realizadas na escola, em local definido pela gestão, das quais até 2 horas devem ser dedicadas a reuniões coletivas.

No âmbito desta pesquisa, tornou-se fundamental analisar as normativas nacionais e estaduais que regulamentam essa política pública. Ao longo do estudo, observou-se que o processo de regulamentação e implementação das atividades extraclasse ocorreu de forma gradual e desafiadora.

Para compreender esses aspectos, o Capítulo 2 foi dedicado à caracterização da escola pesquisada e ao estudo das normativas que fundamentam a formação continuada no Brasil e em Minas Gerais. Entre as legislações analisadas, destaca-se a Lei nº 9.394/1996 (LDB), que enfatiza a valorização do profissional docente e a importância de se destinar tempo na jornada de trabalho para estudo, planejamento e avaliação. A Lei nº 11.738/2008, conhecida como “Lei do Piso”, que trouxe avanços significativos ao estabelecer que no máximo 2/3 da carga horária total do professor devem ser destinados à interação com os alunos, garantindo 1/3 para atividades extraclasse. Contudo, desafios persistiram, como evidenciado na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.167/2011, proposta por alguns estados para questionar os direitos assegurados pela “Lei do Piso”.

Em Minas Gerais, a regulamentação evoluiu a partir de leis como a nº 6.277/1973 e a nº 7.109/1977, sendo apenas em 2012, com a publicação da Lei nº 20.592, que se garantiu a proporção de 2/3 da carga horária destinada à docência. No entanto, a efetivação prática dessa divisão ocorreu somente com o Decreto nº

46.125/2013 e o Ofício Circular GS nº 2.663/2016, ambos atualmente substituídos pela Resolução nº 4968/2024, que detalha a aplicação das atividades extraclasse.

No contexto específico da escola estudada, a pesquisa documental realizada em 2022 revelou que 100% das reuniões coletivas foram predominantemente voltadas para assuntos administrativos e pedagógicos, enquanto temas relacionados à formação continuada e ao planejamento coletivo representaram apenas 11% do tempo. Em 2023, esse percentual cresceu de forma tímida, alcançando 15%, mas ainda com a predominância dos eixos administrativos e pedagógicos.

Essa realidade não desvaloriza os temas administrativos e pedagógicos, indispensáveis ao bom funcionamento da escola, mas evidencia a necessidade de otimizar o tempo das reuniões coletivas para priorizar momentos de formação continuada e planejamento coletivo, transformando esses encontros em espaços estratégicos para o fortalecimento das práticas pedagógicas.

Com base nessas constatações, foi elaborado um Plano de Ação Educacional (PAE) contendo três ações integradas para a organização de momentos formativos durante as reuniões pedagógicas. As ações foram pensadas para serem implementadas simultaneamente e adaptadas à realidade da escola, contribuindo para superar as dificuldades enfrentadas pela gestão escolar e aprimorar a formação continuada no ambiente coletivo.

Esta pesquisa destaca a relevância de se promoverem espaços dedicados ao planejamento coletivo e à formação continuada nas reuniões coletivas, fortalecendo práticas pedagógicas e criando redes de apoio entre os professores. Assim, as demandas educacionais da escola podem ser atendidas de maneira mais efetiva e significativa.

Por fim, destaco a experiência proporcionada pelo Mestrado Profissional do PPGP, que representou um marco significativo em minha trajetória acadêmica, promovendo um enriquecimento pessoal e profissional valioso. Este estudo reafirma a importância de unir teoria e prática para transformar os desafios enfrentados na educação em oportunidades de crescimento e inovação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. S. **A percepção dos professores de ensino fundamental da Seduc/AM da cidade de Manaus sobre a hora de trabalho pedagógico na escola**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2017/01/ALINE-SANTOS-DE-ALMEIDA.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2024

ALVARADO-PRADA, L. E.; FREITAS, T. C.; FREITAS, C. A. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidade e propostas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 10, n. 30, p. 367-387, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2464/2368>. Acesso em: 27 jul. 2023.

AUGUSTO, C. A. *et al.* Pesquisa qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Revista Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 51, n. 4, p. 745-764, out./dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000400007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 nov. 2023.

BEHR, A.; MORO, E. L. S.; ESTABEL, L. B. Gestão da biblioteca escolar: metodologias, enfoques e aplicação de ferramentas da gestão e serviços de biblioteca. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 37, n. 2, p. 32-42, maio/ago. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652008000200003&script=sci_arttext. Acesso em: 16 out. 2024.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>. Acesso em: 02 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 04 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea “e” do inciso II do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básico. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 04 set. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP nº 2/2015**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília, DF: CNE/CP, 2015.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 8 jun. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP nº 1/2019**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília, DF: CNE/CP, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 8 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 23.197, de 26 de dezembro de 2018**. Estabelece normas gerais para a política estadual de incentivo à economia solidária e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/23197/2018/#:~:text=Institui%20o%20Plano%20Estadual%20de,Art>. Acesso em: 8 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 05 set. 2024

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Cidade e estados**. Acesso em: 10 out. 2023

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha – 2.ed. – Porto Alegre: Artmed, 2007.

DINIZ-PEREIRA, J. E.; SOARES, L. J. G. Artigo - Formação de educadoras/ES, diversidade e compromisso social. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 35, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v35/1982-6621-edur-35-e217314.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

EITERER, C. L.; MEDEIROS, Z. **Metodologia de Pesquisa em Educação**. Belo Horizonte: UFMG, 2010

ESCOLA ESTADUAL BRIGHENTI CERSARE. **Projeto Político Pedagógico**. São João del-Rei, 2020.

FLÓRIDE, M. A.; STEINLE, M. C. B. **Formação continuada em serviço: uma ação necessária ao professor contemporâneo**. Curitiba: Secretaria da Educação e do Esporte, 2019. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2429-6.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2023.

FORMOSINHO, J. M.; ARAÚJO, J. M. Formação contínua de professores em Portugal (1992-2011): os efeitos de um sistema de formação. **Educere et Educare**, Cascavel, v. 6, n. 11, 2011. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/4875/3959>. Acesso em: 19 out. 2024.

FUSARI, J. C. **A formação continuada de professores no cotidiano da escola fundamental**. São Paulo: Centro de Referência em Educação Mario Covas, 1992. Disponível em: Acesso em: 19 out. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GANZELI, P. O processo de planejamento participativo da unidade escolar. Palmas: Universidade Estadual do Tocantins, 2001. Disponível em: https://www2.unitins.br/BibliotecaMidia/Files/Documento/AVA_633867914849063750_o_processo_de_planejamento_participativo_da_unidade_escolar.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

GATTI, B. A. Ensinando e aprendendo: avanços e desafios dos professores no Brasil. In: **Lançamento do relatório de monitoramento global da educação para todos – EPT – 2013**. Brasília, DF: Unesco, 29 jan. 2014. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000367919>. Acesso em: 2 nov. 2024

GATTI, B. A. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 721-737, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/viewFile/8429/17739>. Acesso em: 10 jul. 2023.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LARCHERT, J. M. **O planejamento pedagógico e a organização do trabalho docente**. (2010). Disponível em: <http://www.uepg.br/formped/disciplinas/OrganizacaoTrabalho/DIDATICA.pdf>. Acesso em: 16 out. 2024.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. In: São Paulo: EPU, 1986.

LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

MACHADO, J. C. Ateliê de formação continuada e em serviço: subsídios à atualização do conhecimento pedagógico na escola. In: **ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO**, 16., 2012, Campinas. Anais [...]. Campinas: Unicamp, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323432060_Ateliê_de_formacao_continuada_e_em_servico_subsidios_a_atualizacao_do_conhecimento_pedagogico_na_escola. Acesso em: 8 nov. 2024.

MINAS GERAIS. **Lei nº 6.277, de 27 de dezembro de 1973**. Contém o Estatuto do Magistério de Ensino de 1º e 2º Graus do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 1973. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-6277-1973-minas-gerais-contem-o-estatuto-do-magisterio-de-ensino-de-1-e-2-graus-do-estado-de-minas-gerais>. Acesso em: 03 abr. 2023

MINAS GERAIS. **Lei nº 7.109, de 13 de outubro de 1977.** Estabelece o Estatuto do pessoal do magistério do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 1977. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=7109&ano=1977>. Acesso em: 03 abr. 2023.

MINAS GERAIS. **Lei nº 15.293, de 2 julho de 2004.** Institui as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 2004. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=dec&num=46125&ano=2013>. Acesso em: 6 abr. 2023.

MINAS GERAIS. **Lei nº 20.592, de 28 de dezembro de 2012.** Altera as Leis nºs 15.293, de 5 de agosto de 2004, que institui as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado, e 15.301, de 10 de agosto de 2004, que institui as carreiras do Grupo de Atividades de Defesa Social do Poder Executivo, e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 2012a. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=20592&ano=2012&tipo=LEI>. Acesso em: 6 abr. 2023.

MINAS GERAIS. **Decreto Estadual nº 46.125 de 04 de janeiro de 2013.** Regulamenta dispositivos da Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/>. Acesso em: 07 dez. 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Ofício GS Circular nº 1891, de 6 de junho de 2013.** Orienta sobre o cumprimento de 1/3 da carga horária do professor destinado às atividades extraclasse nos termos do art. 10 da Resolução SEE nº 2.253/2013. Belo Horizonte: SEE, 2013. Disponível em: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/stories/noticias/2013/Junho/1801.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2022

MINAS GERAIS. **Ofício nº 2.663 de 13 de setembro de 2016.** Orienta sobre o cumprimento de 1/3 da carga horária de professor destinada às atividades extraclasse, de acordo com a Lei Estadual nº 20.592, de 28 de dezembro de 2012, o Decreto Estadual nº 46.125 de 04 de janeiro de 2013, e as normas vigentes da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Disponível em: <https://orientaeducacao.files.wordpress.com/2017/02/ofc3adcio-circular-2663-2016-cumprimento-de-carga-horc3a1ria-destinada-c3a0s-atividades-extraclasse-4.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2022

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Portal do especialista. Disponível em: <https://portaldoespecialista.educacao.mg.gov.br/gide>. Acesso em: 02 set. 2023

MINAS GERAIS. SEE-MG. Resolução nº 4.968, de 23 de fevereiro, de 2024. Estabelece normas para o cumprimento da carga horária destinada às atividades extraclasse pelo Professor de Educação Básica das escolas da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/resolucao-see-n-o-4-968-2024/#gallery>. Acesso em: 11 dez.2024.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

NÓVOA, A. Concepções e práticas da formação contínua dos professores. In: NÓVOA, A. (org). **Formação contínua de professores: realidade e perspectivas**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.

NÓVOA, A. Os professores e o “novo” espaço público da educação. In: TARDIF, M.; LESSARD, C. **O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais**. Tradução: Lucy Magalhães. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

NÓVOA, A. Firmar posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v47n166/1980-5314-cp-47-166-1106.pdf>. Acesso em: 15 out 2024.

PIMENTA, S. G. Questões sobre a organização do trabalho na escola. São Paulo: Centro de Referência em Educação Mario Covas, 1993. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_16_p078-083_c.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

PINHEIRO, E. V.; SALERNO, S. K. Planejamento educacional: um olhar a partir da fala dos profissionais. Revista Brasileira de Iniciação Científica, Itapetininga, v. 3, n. 4, 2016. Disponível em: <https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/IC/article/download/130/415>. Acesso em: 27 out. 2024.

RAMOS, I. de S. A identidade profissional do coordenador pedagógico: caminhos incertos. **XI congresso Nacional de educação**. 2013. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Anais.Curitiba, de 23 a 26 set. 2013. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/8173_6489.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

REIS, R. C. **Cursos de licenciatura em Ciências da Natureza: o conhecimento químico na formação de professores de ciências para o ensino fundamental**. 2016. Tese (Doutorado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A8JP8U>. Acesso em: 12 mar. 2022.

SANTOS, V. L. F. Formação contínua em serviço: da construção crítica de um conceito à “reconcepção” da profissão docente. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 1, n. 1, p. 5-19, 2010. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/download/646/610>. Acesso em: 02 nov. 2024.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2724102/mod_resource/content/1/Sabere

s%20docentes%20e%20forma%C3%A7%C3%A3o%20profissional.pdf. Acesso em: 27 jul.2023.

TARDIF, M. LESSARD, C. **O trabalho docente** - elementos para a teoria da docência como profissão de interações humanas. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

YIN, R. K. **Estudo de Caso** - planejamento e Métodos. 5.ed. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2015.

ANEXOS

ANEXO I - Carga horária destinada ao cumprimento de atividades extraclasse
(Continua)

Número de horas na docência	Local para outras atividades		Carga Horária	
	Definido pela direção	Livre escolha docente	Semanal	Mensal
1h	15 min	15 min	1h 30min	7h
2h	30 min	30 min	3h	14h
3h	45 min	45 min	4h 30min	20h
4h	1 h	1 h	6h	27h
5h	1 h 30 min	1 h 30 min	8h	36h
6h	1 h 30 min	1 h 30 min	9h	41h
7h	2 h	2 h	11h	50h
8h	2 h	2 h	12h	54h
9h	2 h 15 min	2 h 15 min	13h 30min	61h
10h	2 h 30 min	2 h 30 min	15h	68h
11h	2 h 45 min	2 h 45 min	16h 30m	74h
12h	3 h	3 h	18h	81h
13h	3 h 15 min	3 h 15 min	19h 30m	88h
14h	3 h 30 min	3 h 30 min	21h	95h
15h	3 h 45 min	3 h 45 min	22h 30m	101h
16h	4 h	4 h	24h	108h
17h	4 h 15 min	4 h 15 min	25h 30m	115h
18h	4 h 30 min	4 h 30 min	27h	122h
19h	4 h 45 min	4 h 45 min	28h 30m	128h
20h	5 h	5 h	30h	135h
21h	5 h 15 min	5 h 15 min	31h 30m	142h
22h	5 h 30 min	5 h 30 min	33h	149h
23h	5 h 45 min	5 h 45 min	34h 30m	155h
24h	6 h	6 h	36h	162h

(conclusão)

Número de horas na docência	Local para outras atividades		Carga Horária	
			Semanal	Mensal
25h	6 h 15 min	6 h 15 min	37h 30m	169h
26h	6 h 30 min	6 h 30 min	39h	176h
27h	6 h 30 min	6 h 30 min	40h	180h

Fonte: Minas Gerais (2013).

ANEXO II - Termo de Anuência

08/02/2025, 12:29

SEI/GOV/MG - 104994999 - Termo



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS
GERAIS**

Secretaria de Estado de Educação

**Assessoria de Ensino Superior - Políticas e
Programas de Educação Superior**

Termo de Anuência - SEE/ASU/PESQUISA/EXTENSÃO

Belo Horizonte, 06 de janeiro de 2025.

TERMO DE ANUÊNCIA

A Assessoria de Ensino Superior da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, após análise da documentação encaminhada, referente ao Projeto de Pesquisa **REUNIÕES PEDAGÓGICAS DA ESCOLA ESTADUAL BRIGHENTI CESARE: POSSIBILIDADES PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA**, que será conduzido pela pesquisadora **KENIA MIRELLE RESENDE** sob orientação da Profa. Dra. **EDNA SILVA FARIA**, vinculadas à **UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**, manifesta-se **ciente** da realização da pesquisa, destacando ser importante a avaliação ética e os aspectos protocolares e normativos definidos pelo Sistema CEP/CONEP, sendo de responsabilidade da pesquisadora, bem como da Instituição de Ensino Superior à qual esteja vinculada, a observância de tais aspectos normativos, protocolares e orientadores.

06/02/2025, 12:29

SEINGOVMG - 104994999 - Termo

Esta Assessoria de Ensino Superior recomenda e destaca a importância de se observar os Protocolos de Pesquisa de acordo com os normativos.

Compreendemos não ser de responsabilidade da Rede Estadual de Ensino a verificação/solicitação do Protocolo de avaliação do Sistema CEP/CONEP.

Todos os dados, arquivos, informações disponibilizadas, deverão ser preservados em sigilo, sendo que a eventual utilização científica e manipulação deverão observar as prerrogativas da Constituição da República Federativa de 1988, especialmente, no que tange ao direito da intimidade e a privacidade dos seres humanos; a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Lei de Acesso à Informação nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - que Regula o acesso a informação; Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 - que estabelece o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências; Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - que Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira; a Resolução CNS n.º 466, de 12 dezembro de 2012 - que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos; a Resolução CNS n.º 510, de 7 de abril de 2016 - que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis, ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana; Resolução CNS nº 674, de 06 de maio de 2022; ofício Circular nº 12/2023/CONEP/SECNS/DGIP/SE/MS; Norma Operacional CNS nº 001/2013, que dispõe sobre a organização e funcionamento do Sistema CEP/CONEP; os princípios éticos para o desenvolvimento da pesquisa das Instituições de Ensino Superior à qual o(a) pesquisador(a) esteja vinculado, da Rede Estadual de Educação, entre outros normativos que regem a ética na pesquisa, o envolvimento com seres humanos e o tratamento dos dados.

08/02/2025, 12:29

SEI/GOV/MG - 104994999 - Termo

A identidade dos envolvidos na pesquisa deverá ser mantida em sigilo, de acordo com os normativos legais e avaliação ética da pesquisa.

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, as Instituições de Ensino, setores envolvidos e os colaboradores da pesquisa da Rede Estadual não terão nenhum tipo de ônus.

As informações constantes nos dados, arquivos disponibilizados ou observados poderão ser utilizadas especificamente para fins científicos e acadêmicos, produzidos com essa finalidade, sendo vedado o uso desses dados, arquivos ou informações em outros projetos e estudos.

As informações obtidas por meio dessa pesquisa são exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, sendo vedado o uso dessas informações em quaisquer meios de mídia (jornais, televisão, rádio, cinema, Internet, entre outros aqui não especificados), salvo os resultados da pesquisa que, com a ciência do orientador da Instituição ao qual se vincula o (a) pesquisador(a), poderão ser cientificamente veiculadas.

Destacamos a necessidade de o(a) pesquisador(a) realizar os contatos prévios em articulação com os responsáveis dos Setores e/ou Superintendências Regionais de Ensino, direção das escolas, entre outros colaboradores da pesquisa, apresentando a proposta metodológica e as necessidades da pesquisa. É importante que o (a) pesquisador(a) verifique o interesse dos profissionais em participarem, bem como, a disponibilidade dos mesmos respeitando: os que optarem por não participarem; a confidencialidade das informações, tratamento e veiculação dos dados, a não exposição das escolas e profissionais, de acordo com os normativos legais, que regem a ética na pesquisa, entre outros documentos legais.

Os trabalhos e interação do(a) pesquisador(a) não poderão afetar as atividades e/ou rotinas das escolas e dos setores.

A Emissão deste Termo não garante ao(à) pesquisador(a) acesso automático aos dados e documentos. Dessa forma, as solicitações de dados, poderão ser encaminhadas, diretamente pelo(a) pesquisador(a) para os setores responsáveis que promovam e/ou detenham esses dados e informações, que analisará a solicitação de acordo com normativos legais e orientações necessárias, considerando a classificação dessas informações. É importante registrar que muitos desses dados e/ou documentos já se encontram disponibilizados nas redes de forma aberta. Como as informações não estão centralizadas normalmente em apenas um local (setor), cada setor e/ou departamento apreciará o fornecimento das informações que estejam em sua guarda ou produzidos por estes. Para isso será necessário que a solicitação para obtenção de dados e informações sejam dirigidas a esses setores/departamentos diretamente pelo interessado(a).

A gestão dos documentos produzidos ou analisados, quanto à sua guarda, preservação, manuseio e descarte, deve observar os normativos legais e éticos sobre a gestão de documentos públicos e demais normativos éticos da Pesquisa.

As pesquisas que envolvem a participação de seres humanos devem respeitar os princípios éticos de dignidade, liberdade e autonomia. Assim, a pesquisa deverá prever o processo de consentimento livre e esclarecido para sua realização. O (A) pesquisador(a) deve esclarecer ao participante sobre a pesquisa, em local adequado, com a devida preparação, conceder o tempo necessário para a decisão sobre a participação na pesquisa, obter o consentimento e registrá-lo por meio de um documento que se denomina Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de acordo com os normativos citados neste

08/02/2025, 12:29

SEE/GOV/MG - 104994999 - Termo

termo e outros normativos legais e suas alterações. No caso da participação de menores ou incapazes, além do processo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) dos pais ou responsáveis, autorizando quem está sob sua tutela, também é necessário realizar o processo de assentimento livre e esclarecido, com a elaboração de um documento que se denomina Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), de acordo com os normativos citados neste termo e outros normativos legais.

A SEE/MG, caso julgue pertinência, poderá disponibilizar, criar, promover, aprimorar, aperfeiçoar políticas públicas, programas e ações, utilizando-se dos decorrentes dados e/ou dos resultados e estudos publicados.

A emissão deste termo está em consonância com o termo de responsabilidade assinado pelo(a) pesquisador(a) no que tange à concordância de todos os normativos legais mencionados, entre outros que regem o tema e orientações posteriores.

Esta Anuência refere-se às Escolas Estaduais e Setores jurisdicionados à **Superintendência Regional de Ensino de São João Del Rei - MG.**

Leandra F. Martins

Assessoria de Ensino Superior

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais



Documento assinado eletronicamente por **Leandra Felicia Martins, Assessora Chefe**, em 08/01/2025, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

06/02/2025, 12:29

SEI/GOV/MG - 104994999 - Termo



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **104994999** e o código CRC **6DD8D8DF**.

Referência: Processo nº
1260.01.0163183/2024-63

SEI nº 104994999

APÊNDICE A – Descrição dos temas abordados em reuniões coletivas da Escola Estadual Brighenti Cesare em 2022

(Continua)

Data	Pauta	Tema/atividade
08/02	Assuntos gerais: disponibilização de documentos no drive compartilhado; acesso ao e-mail institucional; inscrições projetos externos (Olimpíadas de Matemática e Minas Soletra); eleição de representantes de turma (Memorando circular nº6/2022/SEE). Semana escolar de combate à violência contra a mulher, conforme calendário escolar.	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos
22/02	Aplicação da 1ª avaliação diagnóstica 2022 (cronograma). Eleição de representantes de turma (Memorando circular nº6/2022/SEE). Inscrição para o Minas Soletra. Semana escolar de combate à violência contra a mulher, conforme calendário escolar (desenvolvimento de atividades com registro no DED) e atividades de culminância no sábado letivo. Apresentação das informações sobre o Prêmio Escola Transformação 2022 Envio de planejamento bimestral para a EEB	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos
08/03	Momento realizado para reunião de pais e/ou responsáveis (apresentação do Informativo E.E. Brighenti Cesare)	Administrativos e/ou institucionais
22/03	Assuntos gerais e lembretes: disponibilização de documentos no <i>drive</i> compartilhado; acesso ao <i>e-mail</i> institucional; declaração de bens e valores 2022.	Administrativos e/ou

(Continuação)

Data	Pauta	Tema/atividade
	Informações sobre o Minas Soletra	institucionais
22/03	Apresentação da organização para os Simulados Pontuação a ser distribuída ao longo dos bimestres	Pedagógicos
05/04	Assuntos gerais e lembretes: acesso ao DED; assinatura do ponto; acesso ao <i>drive</i> compartilhado e e-mail institucional; declaração de bens e valores; preenchimento PGDI. Informar alunos ausentes para EEB Aplicação avaliações de Progressão parcial Ações de intervenção pedagógicas Data de aplicação dos simulados Recuperação bimestral Entrega de PDI Entrega de planejamento 2º bimestre	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos
19/04	Assuntos gerais e lembretes: acesso ao DED; assinatura do ponto; acesso ao <i>drive</i> compartilhado e e-mail institucional; declaração de bens e valores; formação gratuita por meio da Escola de forma da SEE/MG; uso dos equipamentos de informática; fechamento DED, entrega do planejamento do 2º bimestre. Informar alunos ausentes para EEB Informações da GIDE	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos

(Continuação)

Data	Pauta	Tema/atividade
	Reclassificação para alunos com distorção de idade/série Ações de intervenção pedagógica para os Anos Iniciais e Finais	Planejamento
10/05	Assuntos gerais e lembretes: assinatura do ponto; acesso ao <i>drive</i> compartilhado e <i>e-mail</i> institucional; declaração de bens e valores; formação gratuita por meio da Escola de forma da SEE/MG. Informar alunos ausentes para EEB Organização sábado letivo 21/05 Repasse das ações da GIDE.	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos
24/05	Assuntos gerais e lembretes: assinatura do ponto; acesso ao <i>drive</i> compartilhado e <i>e-mail</i> institucional; declaração de bens e valores; formação gratuita por meio da Escola de forma da SEE/MG. Apresentação e análise dos resultados referentes ao 1º bimestre. Intervenção pedagógica: levantamento de habilidades não consolidadas e elaboração de ações. Informe sábado letivo. Socialização de práticas de intervenção exitosas	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos
07/06	Assuntos gerais e lembretes: assinatura do ponto; acesso ao <i>drive</i> compartilhado e <i>e-mail</i> institucional; declaração de bens e valores; formação gratuita através da Escola de forma da SEE/MG. Apresentação do resultado da 1ª etapa do Prêmio Escola Transformação Planejamento de ações da GIDE Semana Estadual de prevenção ao uso de drogas	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos

(Continuação)

Data	Pauta	Tema/atividade
	Repasse da organização para a aplicação dos simulados 2º bimestre Orientações para professores apoio: preenchimento do PDI 2º bimestre	
21/06	Assuntos gerais e lembretes: assinatura do ponto; acesso ao <i>drive</i> compartilhado e <i>e-mail</i> institucional; declaração de bens e valores; formação gratuita através da Escola de forma da SEE/MG, Reforma da escola: reorganização das salas de aula. Leitura do Projeto de Lei nº 867 de 2015 (escola sem partido) Repasse da organização para aplicação dos simulados e 1º avaliação trimestral Repasse de informações sobre os sábados letivo: “Manhã junina” e “tarde junina” Organização dos estudos independentes de recuperação bimestral	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos
05/07	Repasse do dia de aplicação dos Estudos Independentes; horário de reposição de greve; fechamento do DED e informe do próximo dia escolar. Conselho de classe	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos
26/07	Assuntos gerais e lembretes: assinatura do ponto; acesso ao <i>drive</i> compartilhado e <i>e-mail</i> institucional; acesso ao SISAD; próximo sábado letivo; reunião de pais e entrega do planejamento 3º bimestre	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos

(Continuação)

Data	Pauta	Tema/atividade
09/08	Assuntos gerais e lembretes: assinatura do ponto; acesso ao <i>drive</i> compartilhado e <i>e-mail</i> institucional; edital para certificação ocupacional de Diretor Escolar, visitas guiadas pela professora de História com as respectivas turmas. Revisão do plano de intervenção pedagógica Ações da GIDE	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos
23/08	Assuntos gerais e lembretes: assinatura do ponto; acesso ao <i>drive</i> compartilhado e <i>e-mail</i> institucional; preenchimento DED. Planejamento das ações de intervenção pedagógica Discussão das ações da GIDE Organização e planejamento do sábado letivo: intervenção pedagógica Repasse da organização da aplicação dos simulados 3º bimestre	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos Planejamento
13/09	Assuntos gerais e lembretes: assinatura do ponto; acesso ao <i>drive</i> compartilhado e <i>e-mail</i> institucional; preenchimento DED; lembrando combinados de sala de aula. Revisão da organização da aplicação dos simulados - 3º bimestre. Discussão das ações da GIDE Informações sobre PNLD: escolha do livro didático	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos
27/09	Assuntos gerais e lembretes: assinatura do ponto; acesso ao <i>drive</i> compartilhado e <i>e-mail</i> institucional;	Administrativos

(Continuação)

Data	Pauta	Tema/atividade
	preenchimento DED; relembrando combinados de sala de aula, envio do planejamento do 4º bimestre, entrega dos PDIs. Análise dos resultados da GIDE Organização para aplicação da 2º avaliação trimestral	e/ou institucionais Pedagógicos
04/10	Momento realizado para reunião de pais e/ou responsáveis	Administrativos e/ou institucionais
25/10	Assuntos gerais e lembretes: assinatura do ponto; acesso ao <i>drive</i> compartilhado e <i>e-mail</i> institucional; preenchimento DED e outros. Informe sobre a premiação da 2ª Edição do Prêmio Escola Transformação. Discussão sobre o plano de intervenção pedagógica Informe sobre sábado letivo: intervenção pedagógica Discussão sobre plano de ação da GIDE	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos
08/11	Assuntos gerais e lembretes: assinatura do ponto; acesso ao <i>drive</i> compartilhado e <i>e-mail</i> institucional; preenchimento DED, apresentação da resolução nº 4.782 (Normas para processo de escolha de servidor para o cargo de provimento em comissão de diretor e para a função gratificada de vice-diretor), cadastro escolar para novos alunos. Análise dos resultados da 2ª. Avaliação trimestral.	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos

(Conclusão)

Data	Pauta	Tema/atividade
	Apresentação dos dados referentes a 3ª etapa do Prêmio Escola Transformação Organização dos Simulados do 4º bimestre. Apresentação do cronograma para a Semana de Educação para a Vida	
22/11	Assuntos gerais e lembretes: assinatura do ponto; acesso ao <i>drive</i> compartilhado e <i>e-mail</i> institucional; preenchimento DED, cadastro escolar para novos alunos. Informes sobre a organização dos próximos sábados letivos e festividades de formatura. Apresentação da organização e cronograma para aplicação dos Simulados 4º bimestre. Informações sobre a recuperação do 4º bimestre. Informações sobre a entrega dos PDIs.	Administrativos e/ou institucionais Pedagógicos
13/12	Não houve reunião nesta data.	

Fonte: Elaborado pela autora (2023)